

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FCH
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

GRAZIELA MOURA DE SOUZA

**AS MULHERES NA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE MATO GROSSO DO
SUL: NARRATIVAS DE PREFEITAS REELEITAS NO ESTADO**

DOURADOS / MS
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / FCH
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

GRAZIELA MOURA DE SOUZA

**AS MULHERES NA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE MATO GROSSO DO
SUL: NARRATIVAS DE PREFEITAS REELEITAS NO ESTADO**

Dissertação do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia, da Faculdade de Ciências
Humanas, da Universidade Federal da Grande
Dourados (FCH/UFGD).

Área de concentração: *Cidadania, Diversidade
e Movimentos Sociais.*

Orientadora: Profa. Dra. Alzira Salete Menegat

DOURADOS / MS
2025

BANCA EXAMINADORA DA DEFESA

GRAZIELA MOURA DE SOUZA

**AS MULHERES NA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE MATO GROSSO DO
SUL: NARRATIVAS DE PREFEITAS REELEITAS NO ESTADO**

Profª Drª Alzira Salete Menegat (Presidente/Orientadora) FCH /UFGD

Profª Drª Marisa de Fátima Lomba de Farias (Membro Titular Interno) FCH/UFGD

Profª Drª Jacy Correa Curado (Membro Titular Externo)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S729m Souza, Graziela Moura De
AS MULHERES NA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE MATO GROSSO DO
SUL:
NARRATIVAS DE PREFEITAS REELEITAS NO ESTADO [recurso eletrônico] /
Graziela Moura De Souza. -- 2025.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Alzira Salete Menegat.
Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Grande
Dourados, 2025. Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Mulher. 2. Política. 3. Gênero. 4. Desigualdade de gênero. I. Menegat, Alzira Salete. II.
Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Dedico esta pesquisa à memória do meu pai e do meu irmão, homens que sempre acreditaram no meu potencial como mulher, filha, irmã, cidadã e profissional. Estruturaram suas vidas com base no compartilhamento e no apoio mútuo, superando, muitas vezes, suas próprias limitações, impostas por uma sociedade machista.

AGRADECIMENTOS

Após oito anos, retornei à vida acadêmica para ingressar no Mestrado em Sociologia, uma área que todos deveriam estudar em algum momento da vida, para compreender os fenômenos sociais que se desenrolam ao longo de nossa trajetória. Para mim, foi extremamente gratificante aprender com os/as docentes do programa e com os/as colegas, cujas histórias de vida refletem mundos e experiências tão ricas. Um abraço especial em vocês: Ivanilda, Juliel, Karenynna e Adriana.

É preciso agradecer, primeiramente, a Deus, ao meu Pai que me honra todos os dias com saúde, perseverança e esperança. Às pessoas especiais que sempre me encorajaram a estudar e a estar aberta às novas fases da vida, começando pela minha mãe, Cleide, professora que dedicou sua vida ao ensino do básico da educação formal e, mais ainda, ao essencial para uma formação integral. Desde os seis anos, minha mãe foi para um colégio em regime de internato, e nunca mais voltou a morar com os pais, indo estudar na capital, Cuiabá – MT, onde ficou com a tia até o casamento. Ela me ensinou sobre fé, disciplina, persistência, resiliência, respeito à diversidade e aceitação das adversidades da vida. Não posso deixar de mencionar minha irmã, Rita, que muitas vezes assumiu o papel de cuidadora em casa para que meus pais pudessem trabalhar. Ela me ensinou e continua me ensinando a cuidar do corpo e do espírito.

Aos homens da minha vida, incluindo meu pai, Manoel, que sempre esteve presente, me aconselhando, inclusive, a ingressar em um concurso público; ao meu irmão, Márcio, que nunca duvidou do meu potencial, mesmo quando eu não via as possibilidades. Tenho a certeza de que ambos estão muito orgulhosos da minha pesquisa finalizada. E ao meu marido e companheiro, Cristiano, que não se rende ao machismo dessa sociedade patriarcal e, incansavelmente, me serviu café e comida durante os estudos e meu filho, João Manoel, que chegou ao mundo como um presente de Deus e trilhará este caminho comigo, sempre com respeito às mulheres, às diferentes pessoas e aos seres.

Sem desmerecer todas as mulheres com quem convivo diariamente, preciso destacar essas pessoas incríveis que passaram pela minha trajetória e contribuíram para a construção de uma *Grazi* mais corajosa, perspicaz e humana. À professora Ceres Moraes, minha gratidão pelos momentos de encontro e pelas indagações sobre minha qualificação; à Célia Flores, por me ensinar que o mundo pode ser igual e justo para

homens e mulheres, levando essa prática para sua vida; à Karine Segatto, que me mostrou que os estudos e o trabalho nos empoderaram e nos abrem portas para oportunidades únicas; à Joana Romero e à Ana Helena, que sempre acreditaram em meu potencial e nas minhas capacidades; à Marcia Rocha, que nunca deixou faltar o bom e o velho tereré e as boas conversas na hora do descanso, você é instrumento de Deus na minha vida, amiga, e à Stella Zanchet, cuja inteligência única me fez entender melhor temas relevantes, incluindo a política. Conviver com vocês foi e sempre será um prazer e um aprendizado.

Estudar e analisar a política institucional é resultado de um encontro com a política partidária desde minha juventude. Agradeço aos muitos colegas e amigos que vivenciaram comigo os momentos de campanha, eleição e mandatos, especialmente à Zonir Tetila e à Dalva Gonçalves, que nunca me desampararam nos diversos embates internos. Também agradeço aos gestores que estiveram à frente de lugares pelos quais passei profissionalmente, incluindo Laerte Tetila, Wilson Biasotto (*in memoriam*) e Damião Farias, que, de fato, colocam em prática os discursos sobre igualdade e o enfrentamento ao machismo que tanto ouvimos por aí.

Por fim, agradeço à equipe da Coordenadoria de Cultura da UFGD, que prontamente assinou os documentos necessários para minha substituição nas atividades, permitindo que eu me afastasse para me dedicar aos estudos. E à minha orientadora, professora Alzira Menegat, que generosamente dispôs do seu tempo sempre que eu precisei e me auxiliou com sua sabedoria e inteligência ao longo de todo esse processo. Eu te admiro imensamente.

Ao longo deste documento, diversas lacunas de pesquisa podem ser identificadas. Muitos temas ainda podem ser explorados, com a esperança de que, um dia, possamos vivenciar um mundo verdadeiramente igualitário, onde ele seja, de fato, de todas as pessoas.

RESUMO

Palavras-chave: Mulher. Política. Gênero. Desigualdade de gênero.

Esta pesquisa apresenta a narrativa de seis mulheres sobre sua atuação na política institucional em Mato Grosso do Sul, um campo ainda predominantemente masculinizado, marcado por misoginia e machismo. A análise desse ambiente revela as relações sociais conservadoras que o dominam. Essas mulheres integram um grupo de treze prefeitas reeleitas no estado, entre 1982 e 2020, incluindo Edileuza Rocha (Rochedo), Marcela Lopes (Corguinho), Mara Caseiro (Eldorado), Maria Odeth dos Santos (Caracol), Marta Araújo (Eldorado) e Sandra Cassone (Itaquiraí). Vale destacar que as outras cinco prefeitas reeleitas não concederam entrevista para a pesquisa e outras duas já são falecidas.

As prefeitas reeleitas foram entrevistadas com base em um roteiro de perguntas pré-elaboradas, mas abertas a modificações, o que não ocorreu. A dissertação é estruturada em três capítulos, além da conclusão. O primeiro capítulo apresenta uma análise teórica sobre a sub-representação feminina na política institucional ao longo da história do Brasil. O segundo capítulo aborda a correlação de forças na política institucional de Mato Grosso do Sul sob a ótica de gênero, discutindo a Lei de Cotas e o financiamento das campanhas de candidaturas femininas. O terceiro capítulo é dedicado às narrativas das prefeitas reeleitas, organizadas em categorias analíticas para facilitar o entendimento dos leitores.

Em Mato Grosso do Sul, apenas 6% das prefeitas ocupam cargos no Executivo municipal. No contexto do último pleito de 2024, elas somam 67 mulheres, incluindo as reeleitas, que têm governado as cidades sul-mato-grossenses ao longo de 48 anos de história. Em nível nacional, as mulheres representam 12% das prefeitas eleitas nos municípios, concentrando-se principalmente em cidades de pequeno porte e governando para apenas 9% da população brasileira. Além disso, o Brasil ocupa uma das últimas posições no ranking de participação feminina no poder executivo, tanto entre os países latino-americanos quanto no cenário mundial, estando na 135ª colocação.

O avanço da participação feminina nas prefeituras tem sido mais lento em comparação com outras esferas políticas. Vários fatores contribuem para esse cenário,

como a falta de fiscalização eficaz da Lei de Cotas, a distribuição desigual do financiamento das campanhas eleitorais, a falta de compromisso dos partidos políticos com as candidaturas femininas e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para equilibrar os espaços públicos e privados, uma vez que a construção social ainda define o lugar da mulher na sociedade.

Neste contexto, a pesquisa buscou ouvir essas mulheres como protagonistas e sujeitas ativas nesse campo político, entendendo as dinâmicas sociais que possibilitaram sua ascensão ao poder local. O estudo também identifica os capitais políticos utilizados como ferramentas eleitorais, além da influência de familiares na política estadual e/ou municipal, que muitas vezes servem como apoio estratégico para viabilizar suas candidaturas.

As entrevistas coletadas revelam a persistência do machismo no campo político, o que impacta tanto a vida pessoal quanto a saúde das mulheres entrevistadas. As trajetórias das prefeitas são marcadas por opressões frequentemente naturalizadas, e os depoimentos indicam que os partidos políticos desempenham um papel crucial na manutenção do *status quo* da desigualdade, frequentemente manipulando as cotas eleitorais para favorecer candidaturas laranjas ou predominantemente masculinas. Embora as prefeitas considerem a Lei de Cotas um avanço, há um consenso de que ela ainda precisa ser mais bem fiscalizada e, possivelmente, alterada para garantir sua real eficácia.

Os registros orais, utilizados como método de pesquisa, trazem à tona as experiências, lutas e vivências dessas mulheres, permitindo a construção de narrativas e a reinterpretação de eventos sob novas perspectivas. As histórias compartilhadas enriquecem a análise e oferecem registros valiosos de tempos passados, proporcionando uma compreensão mais profunda das ações sociais e das transformações que podem surgir a partir delas, mantendo o compromisso com o futuro da sociedade e da humanidade.

ABSTRACT

Keywords: Women. Politics. Gender. Gender inequality.

This research presents the narratives of six women about their work in institutional politics in Mato Grosso do Sul, a field that is still predominantly masculinized, marked by misogyny and machismo. The analysis of this environment reveals the conservative social relations that dominate it. These women are part of a group of thirteen female mayors re-elected in the state between 1982 and 2020, including Edileuza Rocha (Rochedo), Marcela Lopes (Corguinho), Mara Caseiro (Eldorado), Maria Odeth dos Santos (Caracol), Marta Araújo (Eldorado) and Sandra Cassone (Itaquiraí). It is worth noting that the other five re-elected mayors did not give interviews for the survey and two others are already deceased.

The re-elected mayors were interviewed on the basis of a script of pre-prepared questions, but they were open to modifications, which did not occur. The dissertation is structured in three chapters, plus the conclusion. The first chapter presents a theoretical analysis of female under-representation in institutional politics throughout Brazil's history. The second chapter looks at the correlation of forces in institutional politics in Mato Grosso do Sul from a gender perspective, discussing the Quotas Law and the financing of female candidates' campaigns. The third chapter is dedicated to the narratives of the re-elected female mayors, organized into analytical categories to make it easier for readers to understand.

In Mato Grosso do Sul, only 6% of female mayors hold positions in the municipal executive. In the context of the last election in 2024, there were 67 women, including those re-elected, who have governed the cities of Mato Grosso do Sul for 48 years. At a national level, women represent 12% of elected mayors in municipalities, mainly concentrated in small towns and governing only 9% of the Brazilian population. In addition, Brazil occupies one of the last positions in the ranking of female participation in executive power, both among Latin American countries and on the world stage, in 135th place.

The progress of female participation in city halls has been slower than in other political spheres. Several factors contribute to this scenario, such as the lack of effective enforcement of the Quotas Law, the unequal distribution of funding for electoral campaigns, the lack of commitment by political parties to female candidates and the

difficulties faced by women in balancing public and private spaces, since social construction still defines women's place in society. In this context, the research sought to listen to these women as protagonists and active subjects in this political field, understanding the social dynamics that made their rise to local power possible. The study also identifies the political capital used as electoral tools, as well as the influence of family members in state and/or municipal politics, who often serve as strategic support to make their candidacies viable.

The interviews collected reveal the persistence of machismo in the political field, which impacts both the personal lives and the health of the women interviewed. The mayors' careers are marked by oppression that is often naturalized, and the testimonies indicate that political parties play a crucial role in maintaining the status quo of inequality, often manipulating electoral quotas to favour orange or predominantly male candidates. Although the mayors consider the quota law to be a step forward, there is a consensus that it still needs to be better monitored and possibly amended to ensure its real effectiveness.

Oral recordings, used as a research method, bring to light the experiences, struggles and lives of these women, allowing for the construction of narratives and the reinterpretation of events from new perspectives. The stories shared enrich the analysis and offer valuable records of times gone by, providing a deeper understanding of social actions and the transformations that can arise from them, while maintaining a commitment to the future of society and humanity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1. Categorias de análise das narrativas das prefeitas reeleitas em MS

Ilustração 2. Número de prefeitos/as eleitos/as em 2024 por partido político

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Relação das prefeitas reeleitas em Mato Grosso do Sul

Quadro 2. Legislação sobre o direito ao voto conquistado pelas mulheres até 1965

Quadro 3. Relação das deputadas constituintes

Quadro 4. Dispositivos de participação das mulheres na política pós constituinte

Quadro 5. Relação das deputadas estaduais eleitas em Mato Grosso do Sul

Quadro 6. Relação das deputadas federais eleitas em Mato Grosso do Sul

Quadro 7. Relação das Senadoras da República por Mato Grosso do Sul

Quadro 8. Relação das prefeitas eleitas nos municípios de Mato Grosso do Sul (1982-2024)

Quadro 9. Relação das prefeitas reeleitas no Mato Grosso do Sul (1982-2024)

Quadro 10. Relação das prefeitas eleitas no Mato Grosso do Sul no último pleito, em 2024

Quadro 11. Ranking das eleitas por partidos políticos nas eleições de 2024

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Registro de eleitoras mulheres no Brasil, por estados.

Gráfico 2. Evolução da eleição de prefeitas nos municípios brasileiros.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	pg. 12
CAPÍTULO I - As mulheres e a sub-representação na política institucional...pg. 24	
1.1. Os estudos feministas no Brasil sobre as relações de gênero.....	pg. 25
1.2. A sub-representação das mulheres na política institucional.....	pg. 31
1.3. As mulheres na política institucional e no pós-constituente de 1988.....	pg. 37
1.4. Política ainda “é coisa de homem?”.....	pg. 44
CAPÍTULO II - A correlação de forças na política institucional em Mato Grosso do Sul: os dispositivos para a participação feminina.....pg. 55	
2.1. A garantia das ações afirmativas: a Lei de Cotas e o financiamento das campanhas.....	pg. 55
2.2. Forças econômicas/políticas na criação de Mato Grosso do Sul.....	pg. 66
2.3. As mulheres na política institucional de Mato Grosso do Sul.....	pg. 72
2.4. A composição feminina nas eleições municipais de 2024 e sua relação partidária.....	pg. 82
CAPÍTULO III - As narrativas das prefeitas reeleitas nos pleitos eleitorais na história de Mato Grosso do Sul.....pg. 89	
3.1. A saúde das mulheres que participam da política institucional.....	pg. 91
3.2. A política institucional é misógina e o machismo estrutural no campo político.....	pg. 96
3.3. A economia do cuidado como impeditivo de participação das mulheres na política institucional.....	pg. 102
3.4. A viabilidade financeira das candidaturas e das gestões de recursos como impeditivo para ampliação no número de mulheres na política institucional.....	pg. 108
3.5. A reeleição automática das prefeitas: consenso da boa administração.....	pg. 115
3.6. Os capitais políticos familistas e institucionais das prefeitas reeleitas em Mato Grosso do Sul.....	pg. 119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....pg. 128	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....pg. 134	

INTRODUÇÃO

O que notamos é uma lacuna entre as normas e as práticas sociais, onde as primeiras garantem conquistas em relação à busca pela igualdade, e, a segunda, na esfera social opera a prática, reproduzindo desigualdades. (Comin. 2019, p. 159).

Essa dissertação analisou a participação/atuação das mulheres na política institucional em Mato Grosso do Sul, tendo como centralidade as prefeitas reeleitas no período de 1982 a 2020. Para isso, partiu-se do fato que a representação feminina no campo político nos estados e municípios brasileiros é baixa, especialmente em Mato Grosso do Sul, havendo necessidade de ampliar análises sobre o tema, especialmente quando se reporta à esfera da política institucional no âmbito municipal, compreendendo as mulheres enquanto sujeitas dessa trajetória.

Nesse sentido, essa pesquisa teve como recorte ouvir as mulheres nos municípios de MS, nos quais foram reeleitas para darem continuidade aos mandatos propostos. Segundo Biroli (2018), é fundamental a compreensão das experiências das mulheres na política municipal, pois ela é a base de construção de parte significativa das carreiras políticas (Biroli. 2018, p. 9).

Dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL apresentam um crescimento na eleição de prefeitas na América Latina, passando de 5% em 1998 para 15% em 2021 (última atualização). No Brasil, elas somam 12% das eleitas, diante de mais de 84 milhões de mulheres aptas a votarem (dados de 2022). E, conforme Censo das Prefeitas Brasileiras (2021-2024), produzido e publicado pelo Instituto Alziras, elas se concentram em municípios menores e governam para 9% da população, sendo que nas capitais brasileiras houve uma única prefeita eleita, sendo em Boa Vista (RR), em 2016, e em Palmas (TO), em 2020, apesar de ter havido crescimento de 2% da presença de prefeitas nas cidades mais populosas no pleito de 2020, naquelas acima de 500 mil habitantes.

A atuação política no âmbito municipal se aproxima mais das pessoas e atende demandas coletivas que afetam diretamente a vida particular dos indivíduos. Nesse cenário municipal, importante para a atuação política e para a construção de bases de apoio, as mulheres também se encontram sub-representadas nas Câmaras Municipais,

ocupando menos de 16% do total de cadeiras nas casas legislativas, o que significa que 84% das cidades brasileiras nunca elegeu uma mulher como vereadora, conforme estatística publicada pelo TSE de 2020 (última atualização).

Em Mato Grosso do Sul, apenas 6% das prefeitas ocupam as vagas no executivo municipal, conforme estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2020 (última atualização). Em pesquisa realizada pela socióloga Jaqueline Comin (2019), que realizou investigação sobre os resultados dos pleitos de 1982 a 2016 em Mato Grosso do Sul, 49 mulheres foram eleitas para assumirem as gestões municipais nos mais de 40 anos de criação do estado. Dos 79 municípios que compõem o MS, apenas 27 cidades tiveram mulheres eleitas nas prefeituras ao longo desses anos, ou seja, 52 municípios nunca tiveram a presença feminina no poder executivo municipal. No pleito, em 2020, apenas 5 mulheres se elegeram para as prefeituras e dessas, duas foram reeleitas.

Nesse contexto de baixa participação feminina na política institucional das prefeituras de Mato Grosso do Sul se insere o recorte da pesquisa, analisando o perfil das mulheres que estiveram à frente das prefeituras em Mato Grosso do Sul por dois mandatos, trazendo relatos delas enquanto sujeitas desse campo político, marcado pela sub-representação ao longo da história, compreendendo como chegaram à etapa da reeleição. Em relação ao recorte cronológico da pesquisa, trazemos relatos de mulheres reeleitas nos pleitos que compreende o período de 1982 a 2020. No entanto, ao longo do texto, apresentamos dados estatísticos também do pleito de 2024, este realizado nos meses de outubro e novembro daquele ano, etapa em que havíamos encerrado a coleta das entrevistas e estávamos na finalização da análise de dados e de construção do texto não havendo tempo hábil para incluir novas entrevistas com mulheres reeleitas no último pleito.

No que se refere ao percurso para a realização das entrevistas, foi necessário delinear as trajetórias das prefeitas reeleitas, suas motivações e os instrumentos utilizados para a construção de suas candidaturas, especialmente para a reeleição, junto aos partidos políticos aos quais pertenciam, além de compreender como se deu essa construção também no espaço doméstico. Elas foram ouvidas sobre a criação dos dispositivos estatais, como a Lei de Cotas, e sobre a eficácia desses instrumentos de

participação feminina, principalmente com relação ao financiamento das campanhas eleitorais municipais.

Dessa forma, este trabalho levantou como as prefeitas reeleitas organizaram seus mandatos, especialmente para o segundo pleito, em se tratando das negociações partidárias, da construção das equipes de trabalho, da elaboração e execução das pautas relacionadas às mulheres em suas cidades, trazendo as avaliações das mesmas sobre a política institucional em Mato Grosso do Sul.

Cabe destacar que as prefeitas reeleitas ao longo dos pleitos eleitorais de Mato Grosso do Sul somam treze, distribuídas pelas regiões do Bolsão (municípios de Santa Rita do Pardo e Três Lagoas); de Campo Grande (municípios de Corguinho e Rochedo); do Cone Sul (municípios de Eldorado e Itaquiraí); da Grande Dourados (municípios de Douradina e Fátima do Sul); do Pantanal (município de Miranda) e região Sudoeste (município de Caracol). Assim, as mulheres reeleitas assumiram prefeituras de seis, das nove regiões de Mato Grosso do Sul. Entre elas, duas exerceram mandatos nas prefeituras até o último pleito, realizado em 2024: Ilda Machado, em Fátima do Sul, e Marcela Ribeiro, em Corguinho; outras quatro seguiram na política institucional, ocupando outros cargos, de ministra de Estado, como no caso de Simone Tebet; de deputada estadual, como no caso de Mara Caseiro; de chefe de gabinete da prefeitura de Caracol, como no caso de Maria Odeth Leite e outras concorreram a outros pleitos eleitorais municipais como candidatas a prefeitas, como e Edileuza de Andrade (2008) e Nair Branti (eleita em 2024), e como deputada federal, Sandra Cassone (2018). Tais reflexões farão parte das análises do Capítulo 3.

Dentre as 13 prefeitas reeleitas até o pleito de 2020, recorte da pesquisa para as entrevistas, duas são falecidas. Dessa forma, pretendíamos, inicialmente ouvir a todas elas e, para isso, fizemos contatos durante o ano de 2023 e 2024, obtendo retorno e confirmação de seis delas, que concordaram em participar da pesquisa, sendo:

Quadro 1. Prefeitas entrevistadas, reeleitas em Mato Grosso do Sul

PREFEITA	MUNICÍPIO	PLEITOS ELEITORAIS	PARTIDO POLÍTICO	PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA
Edileuza de Andrade Lopes Dias	Rochedo	1996 eleita / 2000 reeleita	PFL/PV/PSDB (coligação) / PSD	Participou

Eledir Barcelos de Souza	Santa Rita do Pardo	2004 eleita / 2008 reeleita	PT	Não participou
Elizabeth de Paula Pereira Almeida	Miranda	2000 eleita / 2004 reeleita	PT	Não participou
Ilda Salgado Machado	Fátima do Sul	2004 eleita / 2008 reeleita 2016 eleita / 2020 reeleita	PL / PR PR (PR/ PDT/ PSL/ PEN/ PSC/ PT/ PV) coligação / PSD	Não participou
Marcela Ribeiro Lopes	Corguinho	2016 eleita / 2020 reeleita	PSDB	Participou
Maria Odeth Constância Leite dos Santos	Caracol	2004 eleita / 2008 reeleita	PL / PR	Participou
Mara Elisa Navacchi Caseiro	Eldorado	2000 eleita / 2004 reeleita	PDT	Participou
Marta Maria de Araújo	Eldorado	2008 eleita / 2012 reeleita	PDT / (PP/ PDT/ PT/ PTB/ PMDB/ PSC/ PR/ PPS/ DEM/ PSDC/ PRTB/ PMN/ PTC/ PSB/ PV/ PRP/ PSDB/ PSD/ PT do B) coligação	Participou
Nair Branti	Douradina	2000 eleita / 2004 reeleita	PSDB / PDT	Não participou
Sandra Cardoso Martins Cassone	Itaquiraí	2004 eleita / 2008 reeleita	PT	Participou
Simone Nassar Tebet	Três Lagoas	2004 eleita / 2008 reeleita	PMDB	Não participou

Fonte: Dados sistematizados pela autora

O objetivo, com as entrevistas das mulheres acima citadas, foi o de traçar o perfil dessas mulheres que atuaram no Estado, principalmente por este ser marcado por relações sociais conservadoras, buscando compreender quais dinâmicas sociais utilizaram para chegarem ao poder local, investigando quais capitais culturais/políticos¹

¹ Clara Araújo cita as demarcações da política no Brasil em artigo publicado na revista Estudos Feministas as quais transcendem a questão de gênero, como a política como propriedade, ou seja, como capital familiar (feudos políticos); capital institucional; capital financeiro e capital político pessoal dizendo que ter ou não esses

foram utilizados como instrumentos eleitorais, e se estes tiveram relação direta com a presença de familiares na política estadual e/ou municipal, como frentes para abrir caminhos para mulheres assumirem prefeituras de MS. Todas as entrevistas foram realizadas no ano de 2024. Três delas foram presenciais e aconteceram nos locais escolhidos pelas prefeitas reeleitas, duas em seus municípios e uma em gabinete, na Assembleia Legislativa de MS. Outras três foram remotas, visto que uma delas se encontrava fora do Estado e as outras duas optaram por esse formato.

Consideram importante apresentar as prefeitas reeleitas e com as quais dialogamos durante a pesquisa de campo sendo elas: Edileuza Lopes é médica, casada e mãe de duas filhas. Foi vereadora em Rochedo, onde exerceu a presidência da Câmara Municipal; foi vice-prefeita na gestão de Francisco de Paula Ribeiro e prefeita por duas vezes consecutivas. O marco da sua gestão foi a construção de um Hospital Municipal; a melhoria do transporte escolar, pois “meninas não vinham para a escola” e a formação de 50 profissionais de nível superior com apoio da Prefeitura Municipal. É natural de Catolé do Rocha (PA) e está no Mato Grosso do Sul há mais de 40 anos.

Marcela Ribeiro Lopes é mãe de três filhos. Enfermeira, atuou na profissão até o momento em que decidiu entrar para a política, sob influência do pai, Ubaldo Ribeiro Lopes, que foi prefeito da cidade de 1993 a 1997. Na primeira tentativa ao cargo, em 2012, com apenas 31 anos, não foi eleita. Nesse período, foi Secretária de Saúde de Água Clara e tentou novamente ser prefeita em 2016, dessa vez com o apoio do pai, conforme ela relata. Com o mote de “devolver a esperança para a cidade” ela consertou mais de 4 mil km de estradas vicinais, que ligam a cidade a quatro distritos rurais e a quatro assentamentos, e conseguiu colocar transporte escolar nessas regiões para atender crianças e adolescentes do trajeto casa/escola/casa. Suas gestões foram marcadas pelo asfaltamento, investimentos em assistência social, reforma de escolas e construção da primeira creche da cidade.

Maria Odeth Constância Leite dos Santos é casada e mãe de um filho. É pedagoga e ingressou na política apoiando o seu esposo, Josélio dos Santos, que foi vereador na cidade e candidato a prefeito. E disse que se encantou com as causas sociais nas “andanças” de campanha. Foi a vereadora mais votada, em 2000, sendo depois

capitais é decisivo para definir a disposição das pessoas em participar do processo eleitoral. E para as mulheres, sua carreira está condicionada a ter ou não esses capitais. A participação seria considerada como “circunstância”, já para os homens a participação é um “projeto de vida”.

eleita prefeita por dois mandatos consecutivos. O marco de sua gestão foram os investimentos em habitação, atendendo famílias que não tinham nem banheiro em suas casas, e no sistema de esgotamento sanitário com implantação de rede de esgoto. Também investiu fortemente em cursos de qualificação profissional.

Mara Elisa Navacchi Caseiro é dentista, casada e mãe de dois filhos. Em 1996, se elegeu vereadora, onde também foi presidente da Câmara Municipal de Eldorado e depois foi prefeita por dois mandatos consecutivos. Sua gestão foi marcada pela construção de sete postos de saúde e contratação de médicos, trabalho considerado uma “revolução” para a cidade. O asfaltamento dos bairros também foi um marco junto com a vinda de um Frigorífico, garantindo a empregabilidade dos munícipes. Mara Caseiro foi eleita deputada estadual em 2010 e 2014. Em 2018 assumiu a presidência da Fundação de Cultura de MS e, em 2020, assumiu a suplência na AL, no lugar de Onevan de Mattos. Nas últimas eleições para o parlamento, em 2022, foi a candidata a deputada estadual mais votada em todo o MS, sendo eleita para o seu quarto mandato.

Marta Maria de Araújo é casada e mãe de dois filhos. É professora e advogada atuante na profissão até hoje. Foi eleita vereadora em 1988, 2002 e 2004, sendo a única mulher na Câmara Municipal nesse período, onde exerceu por duas vezes a presidência da Casa de Leis. Foi chefe de gabinete da prefeita Mara Caseiro onde, juntas, construíram a ideia de lançarem seu nome para o próximo pleito onde foi eleita prefeita por dois mandatos consecutivos. Seu mandato foi marcado pela implantação de cursos de qualificação, pela vinda de uma indústria de confecção, de avicultura na cidade, por implantação de rede de esgoto, construção de creche, melhorias em escolas rurais e das aldeias indígenas, além da construção de 350 unidades habitacionais.

Sandra Cassone está divorciada e é mãe de dois filhos. É professora de Matemática e foi na rede pública de ensino que iniciou sua carreira política, quando ocupava o cargo de diretora de escola. Em 2004, foi eleita para administrar o município de Itaquiraí e reeleita para um segundo mandato. No seu mandato, incentivou a criação de escolas rurais e criou a primeira escola no assentamento Santa Rosa, com dormitório para os professores, pois uma das dificuldades era conseguir com que o professorado permanecesse atuando nessas localidades distantes, bem como melhorias no transporte escolar. Seu marco foi a industrialização da cidade, com incentivo às granjas e

abatedouros, fábricas de ração até a vinda da Bello Alimentos, que até hoje está localizada na cidade.

As outras cinco prefeitas reeleitas Eledir Barcelos, Elizabeth Almeida, Ilda Machado, Nair Brant e Simone Tebet não participaram das entrevistas. Foram feitos inúmeros contatos durante o ano de 2024 com todas elas e/ou com suas assessorias, sendo que apenas duas justificaram a recusa por motivos diversos, e as outras três não nos deram resposta ao nosso pedido. No caso de Simone Tebet, mesmo não tendo sido entrevistada, em alguns momentos do capítulo 3 trazemos algumas de suas considerações sobre a política institucional, coletadas de entrevistas que a mesma concedeu a redes de televisão.

Ouvir essas mulheres, conhecer o caminho que traçaram para seus mandatos sucessivos também me encantou pessoalmente, numa curiosidade intrínseca que me tornou uma jornalista, ávida pela contação de histórias, e que com o mestrado em Sociologia iniciei um caminho diferente e tão encantador quanto, que é o da pesquisa social. Encontrar a prática na literatura foi um encontro prazeroso e de muito aprendizado. Associado a isso, também estive durante 24 anos com participação na política partidária, e isso me fez enxergar a sub-representação feminina, levando-me a refletir sobre a importância de entender o “jogo político” que tanto está estruturado e enraizado na condução dos processos de construção de lideranças, bem como de candidaturas e das próprias eleições. A conjugação desses fatores mostrou que se faz necessário desconstruir discursos e a lógica de operacionalização de funcionamento dos partidos.

Em relação aos referenciais teóricos, essa pesquisa teve como base a análise da socióloga Jaqueline Comin, que levantou importantes dados junto ao Tribunal Superior Eleitoral dos pleitos eleitorais em Mato Grosso do Sul, de 1982 a 2016, apresentando relação das mulheres eleitas no parlamento e na esfera municipal, evidenciando a masculinização histórica no campo político, destacando que é preciso desnaturalizar e problematizar essa prática, especialmente nas instituições.

Os estudos de Ivete Garcia (1998) também subsidiam a pesquisa, destacando que o planejamento da gestão municipal, como um exercício de participação e democracia, deve levar em consideração o conceito de gênero, principalmente porque é

na base que se identificam problemas e encaminham soluções. Por isso corroboramos com a autora quando enumera as experiências que as mulheres acumulam por suas vivências e demandas, sendo:

- 1) Em geral é a mulher quem usa os serviços públicos em torno da residência para o atendimento da família, assumindo o papel de gestora do cotidiano; 2) O trabalho doméstico não é dividido igualmente entre os membros da família; 3) O Estado não oferece os equipamentos e serviços de apoio à reprodução social para toda a população; 4) Tem sido crescente a feminização da pobreza, ressaltando-se a mulher como chefe de família. (Garcia, 1998, p. 175).

Para estruturar o caminho da pesquisa, definiu-se pela realização de pesquisa do tipo exploratória que, segundo Köche, se caracteriza pelo levantamento da presença das variáveis e sua caracterização quantitativa ou qualitativa, descrevendo o que se quer conhecer. Com as informações levantadas, optou-se pela técnica da entrevista gravada, conduzida por um roteiro previamente elaborado com perguntas fechadas, do tipo perguntas e respostas, que versavam sobre o início de suas carreiras políticas; sobre a construção das candidaturas junto aos partidos políticos, incluindo a Lei de Cotas e o financiamento das campanhas; análises dos mandatos, bem como os desafios colocados nas relações de gênero e a atividade política nos dias atuais.

Esse caminho aponta a reeleição como um fenômeno social, para além do levantamento dos dados quantitativos, e, por isso, traçamos um perfil dessas prefeitas, incluído dados pessoais e demográficos, analisando de forma qualitativa essas informações, em se tratando das ações sociais individuais e grupais e de localização no tempo e no espaço, seguindo o que destaca Martins:

A preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Se há uma característica que constitui a marca dos métodos qualitativos ela é a flexibilidade, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita. (Martins, 2004, p. 292).

Utilizar um método qualitativo requereu cuidado, pois trouxe variedade dos materiais obtidos que exigiram capacidade de integração dos mesmos para a análise dos resultados, ou seja, foi importante manusear os significados atribuídos a todos os registros orais coletados durante a pesquisa, requerendo competência teórica e metodológica da cientista social que, mesmo com sua liberdade intelectual, teve como premissa a representação do seu objeto de estudo diante do conjunto de casos componentes de uma sociedade.

Outra questão cuidada dentro da pesquisa qualitativa foi a subjetividade, que resultou da aproximação entre a pesquisadora e as pessoas com as quais se deu o diálogo, no caso as mulheres. Os registros orais, com base nas entrevistas com cada prefeita reeleita oportunizou coletar informações ainda não produzidas, gerando possibilidades de novos documentos sobre sua participação na história da vida política de municípios e do Estado, conforme recomenda Martins.

Cabe aos cientistas sociais obter os resultados orais por meio de entrevistas, construir histórias de vida, como sempre o fizeram. História oral é um movimento voltado não à coleta de documentos já produzidos, mas à elaboração de novos documentos a partir de relatos e entrevistas de informantes que não necessariamente têm uma projeção na vida pública ou alguma notoriedade, mas que se encontram em condições de relatar algo sobre sua participação na história (Martins, 2004, p. 294).

O tratamento dado aos registros orais fez parte dos resultados da pesquisa e, conseqüentemente, das análises que dão amplitude e profundidade no levantamento das informações, segundo a literatura que subsidia a análise dos dados coletados. Cabe destacar que as perguntas elencadas no roteiro para as entrevistas foram definidas previamente, mas a conversa não foi direcionada, evitando assim que posições ideológicas e concepções políticas pudessem, porventura, conduzir de maneira equivocada a produção dos materiais coletados. Nesse ponto, Martins defende que “temos que fornecer um conhecimento que ajude a esses sujeitos a se fortalecerem enquanto sujeitos autônomos, capazes de elaborar o seu projeto de classe. Autonomia dos sujeitos pressupõe a liberdade no uso da razão” (Martins. 2004, p. 296).

Ainda em se tratando das entrevistas, foram utilizados, primeiramente, contatos jornalísticos para a localização das prefeitas reeleitas. Depois, fontes secundárias facilitaram o acesso às mesmas. Os registros orais como método de pesquisa oportunizam vida às sujeitas políticas, sociais e históricas, destacando suas experiências, lutas e vivências, possibilitando também, a construção de narrativas e a reconstrução de acontecimentos sob outras perspectivas. Para Samantha Castelo Branco (apud Carneiro, 2012), a história oral é uma importante ferramenta que busca compreender as transformações ou mudanças que ocorrem na sociedade, em um grupo social ou mesmo no modo de vida das pessoas.

No caso do estudo em questão, as entrevistas orais trouxeram novos elementos de análise dos mandatos dessas mulheres. Os registros orais são preciosos arquivos de

tempos passados e que possibilitam a compreensão das ações sociais para as possíveis transformações e mudanças, conferindo à produção do conhecimento riqueza e profundidade, das pessoas envolvidas e do conhecimento e da história, mantendo o compromisso também com o destino da humanidade. Cremilda Medina (1987) ressalta que os diálogos com o entrevistado, tem sentido de apuração dos fatos, sendo possível analisar os gestos, os comportamentos, a entonação da voz e até os silêncios. Segundo a autora, a entrevista é um diálogo ou plurólogo que busca entender também os sentidos presentes no processo e o caráter humano das relações. “A linguagem do diálogo pertence à etapa do pleno exercício do direito à informação, do direito ao acesso de canais de participação” (Medina, 1987, p. 104).

Lage (2004) classifica ainda o tipo de entrevista que foi realizada como de profundidade, que torna o entrevistado a figura mais importante da pesquisa, ouvindo a sua representação de mundo, onde as circunstâncias conversarão, permitindo um aprofundamento e detalhamento dos pontos abordados. A pesquisa fez parte de um processo intenso de construção contínua de uma ideia, onde se explora as capacidades construtivas e analíticas do pesquisador sobre o seu tema em questão. Na pesquisa foi levado em conta a sua representatividade junto à sociedade.

Toda pesquisa acontece dentro de um campo de estudo, científico, e que não é rígido e nem estático, onde cabem método e técnicas para levantamento de dados, para serem analisados. Pierre Bourdieu (1989) indica a necessidade de se manter uma postura diante do estudo que se pretende fazer, transformando a ciência em algo objetivado, que é capaz e possível, com distanciamento aceitável, mas com equilíbrio entre as observações objetivas e subjetivas, construindo uma capacidade crítica diante da pesquisa com movimentos teóricos e metodológicos.

Com esse fio condutor buscamos percorrer o campo da pesquisa, levantando e analisando dados, construindo um texto final para a apresentação dos resultados, distribuídos por três capítulos e a conclusão. No primeiro capítulo, foram tecidas reflexões sobre os estudos feministas no Brasil, dialogando com estudos sobre relações de gênero, sub-representação na política institucional e partidária, com ênfase no pós-constituente, até os dias atuais. Nessa primeira parte da composição textual apresentamos a construção dos poderes, que dificultam a atuação das mulheres na política institucional. Para isso, o diálogo com algumas autoras foi fundamental, dentre

elas citamos: Helleieth Saffioti, Flávia Birolli, Anna Bárbara Araújo, Bila Sorj, Célia Pinto, Joan Scott, Michael Foucault, Margareth Rago, Luis Felipe Miguel, Jaqueline Comin, Fernando Limongi, Pierre Bourdieu, Clara Araújo e Teresa Sacchet.

No segundo capítulo foram abordados os dados sobre a criação de Mato Grosso do Sul e como se deu a correlação de forças econômicas, sociais e políticas ao longo do tempo, apresentando quem foram as mulheres envolvidas na política institucional no Estado e de como se movimentaram nesse campo predominantemente masculino. A pesquisa dialogou com autores/as latino americanos/as e regionais, incluindo Nico Poulantzas, Ellen Wood, Aníbal Quijano, Paulo Roberto Cimó Queiroz e outros.

No terceiro capítulo, os dados da pesquisa entraram na prática de campo, apresentando o perfil das prefeitas reeleitas em Mato Grosso do Sul em seus 46 anos de história política, e de suas vivências no campo pessoal/familiar, profissional e político, abarcando essencialmente as relações partidárias e de gestão nas prefeituras, onde atuaram. Foram utilizados levantamentos bibliográficos para as discussões teóricas dos resultados alcançados, incluindo pesquisas na área de Letícia Kulaitis, Flavia Biroli e Débora Quintela, Luiz Felipe Miguel, Esther Solano, Camila Rocha e Lilian Sendretti, Thomas Brambor e Ricardo Ceneviva e Clara Araújo.

Ao longo de todo o trabalho, foram utilizados ainda, documentos oficiais e estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, bem como análises das revistas feministas especializadas e institutos, incluindo o Centro Feminista de Estudos e Assessoria - Cfêmea, Instituto Alzirias, Revistas de Estudos Feministas, Portal Catarinas, Revista Ártemis, Cadernos Pagu e Observatório da Igualdade de Gênero.

Por fim, buscou-se entender como as mulheres reeleitas em Mato Grosso do Sul, onde o índice de sub-representação é elevado (se assemelhando a outros estados brasileiros), alcançaram ser representantes, por oito anos consecutivos, na gestão das prefeituras de suas cidades. Ouvi-las e compreender suas atuações teve duplo sentido: elucidar resistências femininas sobre processos de dominação social; publicizá-las como sujeitas de momentos importantes para a história das mulheres, com atuações no campo político do Estado. Além desses aspectos, espera-se, com o presente estudo, contribuir

com a sociedade, especialmente no âmbito dos partidos políticos, para que novas relações de poderes sejam criadas, repensadas e/ou revistas. Nesse sentido a importância da pesquisa, trilhando esse caminho guiado pelo viés de que “a ciência é uma renovação, uma correção, um aperfeiçoamento, uma construção crítica e histórica constante do conhecimento” (Köche, 1997, p. 131).

CAPÍTULO 1 - As mulheres e a sub-representação na política institucional

Esse capítulo vai trazer reflexões sobre os estudos feministas na academia, alcançando cientificidade, simultaneamente com a trajetória de luta do movimento feminista brasileiro e sobre os debates em torno das relações de gênero, que estão muito aquém da dualidade masculino e feminino, se constituindo como um elemento chave das relações sociais, significando também relações de poder, calcadas em relações subjetivas entre indivíduos, instituições e em outras esferas.

Em outra seção, será narrada como se deu a construção da participação das mulheres na política, com a latência do espaço privado, e como isso se reflete no direito ao voto e na construção dessa trajetória até a década de 1960, que antecede a Ditadura Militar. Na sequência serão apresentadas análises da participação feminina na política institucional no pós-constituente, evidenciando números dessa participação e da sub-representação na política institucional. Composto o conjunto de reflexões, serão analisadas a legislação, especialmente a Lei de Cotas, e os Fundos Partidário e Eleitoral para candidaturas femininas, tentando compreender as resistências das mulheres na correlação de poderes para atuação na política institucional.

O capítulo é finalizado com contribuições sociológicas sobre o campo político onde as mulheres estão inseridas, que se baseia em uma estrutura intermediada por ações de *habitus* adquirido na família e nas experiências, perpassando a escola, a igreja, a indústria cultural e as experiências profissionais. Isso caracteriza vivências como um poder simbólico que direciona escolhas, dentre elas o voto, imprime condutas opressoras, naturalizando processos de dominação, exclusão e invisibilidades sobre as mulheres, distanciando-as dos espaços de poder, especialmente aqueles da política institucional. Essa primeira parte da pesquisa finaliza com a apresentação de indicadores nacionais que demonstram também que a sub-representação abarca uma série de outras questões, para além do espaço privado e da legislação, visto que estão intrínsecas num movimento de presença feminina nesse campo político, de participação e de representatividade.

1.1 - Os estudos feministas no Brasil e os debates sobre as relações de gênero

A prática política como uma atividade humana tem seu lugar no espaço e no tempo e é preciso citar os estudos de gênero no Brasil e o importante trabalho de pesquisadoras feministas ao longo desses anos nesse campo de atuação. As relações das mulheres na sociedade de classes e a sua condição nas relações sociais, vinculada primeiramente às forças produtivas capitalistas², inauguraram esse debate na academia. Na década de 1960, a socióloga Heleieth Saffioti foi pioneira no assunto ao realizar pesquisas acadêmicas problematizando e fazendo denúncias das condições precárias da instituição família nas sociedades de classes, que culminava na naturalização da opressão, como apontado na obra de Sorj:

Se esta obra não se dirige apenas às mulheres, não assume, de outra parte, a defesa dos elementos do sexo feminino. Não é, portanto, feminista. Denuncia, ao contrário, as condições precárias de funcionamento da instituição familiar nas sociedades de classe, em decorrência de uma opressão que, tão somente do ponto de vista da aparência, atinge apenas a mulher (Saffioti 2013 apud Sorj e Araújo, 2014, p. 322).

A circulação dos escritos de Saffioti (1969) ao longo das últimas cinco décadas foi analisada pelas pesquisadoras Sorj e Araújo (2014), que perceberam que muitos temas das Ciências Sociais, entre eles a política, são reinterpretados por pesquisadoras que, de certa forma, apresentam o valor analítico do conceito de gênero. O trabalho de Saffioti, segundo as autoras, inaugura então os estudos da relação social das mulheres no Brasil que só alcançam força na década de 1970, após o Ano Internacional da Mulher. “Os estudos sobre a mulher se consolidaram na academia brasileira ainda na década de 1970. Nesse período, pesquisas, seminários e artigos científicos se dedicaram ao estudo da situação da mulher nas mais diferentes esferas da vida, buscando explicar a opressão/subordinação derivadas da condição feminina” (Sorj e Araújo, 2021, p. 5).

Nessa trajetória, ainda segundo as autoras, os estudos de gênero seguiram dois movimentos no país. O primeiro deles foi da classe sobre o sexo, que se preocupava em mostrar que a interseccionalidade das mulheres na sociedade capitalista, onde a opressão feminina não era mera decorrência, mas pensada na estrutura de classes,

² Conceito de origem marxista, as forças produtivas, também designadas por 'forças de produção', são constituídas pelos meios de produção: capitais, terras, matérias-primas, ferramentas e equipamentos via métodos e técnicas de utilização pelos trabalhadores. Rosa Luxemburgo foi um exemplo de revolucionária que se juntou à luta dos trabalhadores e trabalhadoras no Partido Proletário pela defesa da democracia e considerava que qualquer mudança ou revolução só ocorreriam com protagonismo popular. Foi membra do Partido Social Democrata, isso na Alemanha, no início do século XX.

visando controle das mulheres, como citado por Pinto (2014). Conforme a autora, no caso do movimento que denominou de feminismo bem comportado, sob a liderança de Berta Lutz³, este agia no limite da pressão intra classe, ou seja, não agregava nenhum tipo de tema que colocasse em xeque as bases da organização das relações patriarcais. Essa condição leva Saffioti, citada por Pinto, a tecer críticas ao feminismo brasileiro. “As lutas das mulheres por direitos políticos (direito de votarem e serem votadas) e por melhores condições de trabalho foram vistas como questões pequeno-burguesas, que respondiam aos interesses do capitalismo” (Saffioti, 1976, apud Pinto, 2014, p. 325). E a autora continua dizendo que:

Saffioti entendia que medidas que melhorassem as condições de trabalho da mulher eram no máximo paliativas e correspondiam a um feminismo pequeno-burguês que não tomava em consideração as condições estruturais do país. A crítica da autora sempre se dirige a uma falta de perspectiva revolucionária do feminismo brasileiro, preocupado somente com direitos das mulheres e não com o sistema capitalista e a luta de classes (Pinto, 2014, p. 326).

O segundo momento diz respeito à virada nos estudos feministas a partir dos anos 1990 e 2000, que passaram a contestar a visão unitária, homogênea e universal contida no conceito de gênero. “Isto ocorre sobretudo pela contribuição das feministas negras que evocam o reconhecimento das diferenças entre mulheres: classe, raça e gênero” (Sorj; Araújo, 2021, p. 11).

E foi, justamente, por reconhecer o sexismo e as questões de raça e classe na sociedade capitalista que as contribuições de Saffioti voltaram à tona nos estudos feministas. Natália Pietra Méndez (2021) fez uma análise historiográfica da obra principal da pioneira e levantou que, além da contribuição de novos elementos para a construção da história do Brasil e os estudos feministas nesse contexto, deixando de ser fatos centrados em um sujeito universal masculino que relegava a história das mulheres à invisibilidade, também trouxe apontamentos sobre a questão racial.

³ Bertha Maria Júlia Lutz esteve à frente da luta pelo voto feminino e pela emancipação da mulher no Brasil. Nasceu em São Paulo em 1894, estudou na França e no Brasil. Foi a segunda mulher a fazer parte do serviço público no Brasil, ocupando uma série de cargos públicos. Em 1919, criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, foi representante brasileira na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras e, em 1932, conseguiu que o então presidente Getúlio Vargas assinasse o direito ao voto feminino. Bertha também organizou o primeiro congresso feminista brasileiro. Atuou como deputada na Câmara Federal em 1936, onde lutou pela igualdade salarial, pela redução da jornada de trabalho (que era de 13 horas por dia) e pela licença maternidade de 3 meses. Participou da Conferência de São Francisco (realizada em 1945) com a delegação do Brasil, tendo defendido a igualdade de gênero. Bertha era a única mulher da comitiva brasileira e uma de quatro delegadas presentes em todo o encontro.

A historiadora levantou que Saffioti discutiu como a categoria sexo operava no sistema capitalista mundial e quais às especificidades dessa relação na história do Brasil, neste caso, que constituía uma categoria subalterna, especialmente quando relacionado às mulheres da classe trabalhadora, negras, em países periféricos.

Dessa maneira, Saffioti foi pioneira na categorização da sociedade patriarcal brasileira a fazer essa diferenciação entre sexo, raça e classe, o que foi e ainda é fundamental para entender a construção do Brasil que, até então, explicava a inferioridade feminina nas relações sociais limitando a situação das mulheres à esfera doméstica. “Tais explicações, de acordo com Saffioti, salientavam o patriarcalismo como um aspecto que limitava a atuação das mulheres ao domínio masculino legitimado na vida privada” (Méndez, 2021, p. 3).

E uma das maiores contribuições desse marco teórico dentro dos estudos feministas no Brasil foi o entendimento de que há uma relação direta entre as estruturas econômicas do país, que determinaram e ainda determinam os papéis femininos na sociedade brasileira, dando outras possibilidades de interpretação sobre os contextos históricos e políticos. “Desde o desenvolvimento da indústria farmacêutica até as ideologias, tudo reflete na condição feminina” (Saffioti, 1976, apud Méndez 2021, p. 05). Méndez enfatiza as contribuições de Saffioti para a compreensão das teias que estruturam as relações de gênero destacando:

Saffioti pavimentou um caminho para pensar a história das mulheres no Brasil, entrelaçando-as ao sistema capitalista que ela definiu como patriarcal e patrimonialista. Desde seu primeiro estudo, realçou a necessidade de teorizar a história a partir do conceito de patriarcado. Embora suas afirmações possam, à luz dos estudos atuais sobre o tema, ser lidas como generalizáveis e talvez simplificadoras, seu livro teve o mérito de salientar a relevância das mulheres para a compreensão do nosso tecido social, abrindo novas perspectivas de interpretações históricas atentas ao caráter estruturante das relações de gênero (Méndez, 2021, p. 11).

Como categoria de análise teórica, Joan Scott (1986) aborda que é preciso ultrapassar o entendimento da lógica da dualidade masculino/feminino, homem e mulher, para analisar as relações de gênero como meio de falar de sistemas de relações sociais hierárquicas, construídas com significados culturais, concebendo processos ligados entre si. “Para fazer surgir o sentido, temos que tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular à natureza das suas interrelações, pois ambos têm importância crucial para compreender como funciona o gênero e como ocorre a mudança” (Scott, 1986, p. 20). E Scott continua dizendo:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si (Scott, 1986, p. 21).

A autora destaca que é preciso analisar importantes pontos quando se trata das relações de gênero: os símbolos culturalmente disponíveis e suas representações evocadas; os conceitos normativos na construção do gênero nas doutrinas religiosas, escolas, na ciência, na política ou na área jurídica que tipicamente tomam a forma de uma oposição binária, emergindo como dominante e de um consenso social. “Um exemplo desse tipo de história é fornecido pelo tratamento da ideologia vitoriana da mulher no lar, como se ela fosse criada num bloco só, como se ela só tivesse sido colocada em questão posteriormente, enquanto ela foi tema permanente de divergência de opinião” (Scott, 1986, p. 21).

Ainda é preciso levar em consideração a noção do político, ou seja, as referências às instituições e organizações sociais, incluindo análises do mercado de trabalho, a educação e o sistema político e o seu quarto aspecto, que é a identidade subjetiva do gênero, como destacado na obra de Scott.

O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os (as) historiadores (as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (Scott, 1986, p. 23).

Na política, as mulheres aparecem como irrelevantes com qualquer noção de política ou de vida pública. A força, a autoridade, a dominação e o poder sempre foram identificados ao masculino. Scott destaca que essas ações adquirem sentido quando são integradas a uma análise de construção e de consolidação de poder, onde a diferença sexual tem sido concebida em termos de dominação e de controle das mulheres.

A alta política, ela mesma, é um conceito de gênero porque estabelece a sua importância decisiva de seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência da sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de

gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (Scott, 1988, p. 27).

A abordagem foucaultiana considera que, para além dessas representações, é possível analisar a forma discursiva do poder exercido pelos homens no contexto dos espaços públicos, especialmente na prática política, e como essas mulheres rompem com essa estrutura e constroem suas próprias abordagens, ou seja, produzem seus discursos que fazem sentido, construindo posições de sujeito e outros modos de subjetivação⁴ que escapam das formas marcadas pelo racismo, sexismo e violência. Nesse sentido, conforme Foucault,

Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. (Foucault, 2012, p. 41).

Rago (2019) explica que os feminismos questionaram os modelos de feminilidade impostos às mulheres e que eles apontaram para a necessidade de se criar novos espaços sociais e outras condições subjetivas para si mesmas. “Críticas da definição biológica da mulher estreitamente vinculada ao útero, da maternidade obrigatória e da mistificação da esfera privada do lar, elas levaram um intenso combate macro e micropolítico para que a reinvenção de si e a construção de modos de existência mais justos, libertários e filóginos se tornassem possíveis” (Rago, 2019, p. 2)”. A autora cita as teorizações de Foucault sobre o poder, a liberdade, o sujeito, a sexualidade e o corpo que forneceram às feministas questões politicamente pouco claras ou visíveis, e discorre:

Foucault renovou a questão, trazendo a subjetividade para o primeiro plano e articulando estreitamente subjetividade e política. Segundo ele, a questão fundamental no presente consiste não apenas em liberar o indivíduo do Estado, mas em “nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga”, como esclarece em “Sujeito e Poder” (p. 239). Não se trata de descobrir quem somos, reforçando uma identidade imposta pelas formas disciplinares, biopolíticas e pelas tecnologias da governamentalidade, mas de “recusar o que somos”, libertando-nos tanto da individualização quanto da totalização própria das estruturas do poder moderno (Rago, 2019, p. 2).

A historiadora defende ainda que é necessário que haja promoção de novas formas de subjetividade por meio da recusa de um tipo de individualidade que foi imposta às mulheres há séculos e de como a construção desse sujeito se formou na

⁴ A subjetividade é a busca, a prática, a experiência vivida pelas pessoas. Michael Foucault constatou uma série de relações de poder entre a instituição e as pessoas, o que produz uma forma de subjetivação, estabelecendo uma relação de 'saber-poder'.

história, associado à ideia de culpa, pecado, obediência, subordinação, submissão. “Assim, dando um balanço em sua trajetória, Foucault afirma que mais do que o poder, seu problema maior foi a constituição do sujeito em relação ao poder, à verdade e à subjetivação” (Rago, 2019, p. 3). E a autora continua dizendo:

Nessa direção, nomear experiências que agem como linhas de fuga ao biopoder, à biopolítica e à governamentalidade neoliberal, isto é, ao governo das condutas das mulheres, e dar visibilidade às novas formas de experimentação subjetiva engendradas relacionalmente nas práticas feministas e fora delas é tarefa urgente num mundo que se desconecta com muita facilidade da tradição positiva que nos foi legada, reforçando a violência e a intolerância entre pessoas, grupos, classes, etnias, gêneros e gerações (Rago, 2019, p. 04).

Ao longo da história, o feminismo vem produzindo críticas, também ao modo de produção do conhecimento científico que evidencia uma relação de poder constitutivo do saber e vem propondo alternativas de estudos em diferentes e diversos campos. Rago lembra que as teóricas propuseram que o sujeito fosse considerado como efeito das determinações culturais. “Portanto, em se considerando os estudos da mulher, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais” (Rago, 1998, p. 6).

O feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática, mais subjetiva e inserida no mundo do conhecimento, mais vinculada ao seu objeto do conhecimento, o que, para Rago, permite produzir um conhecimento com envolvimento do sujeito e seu objeto, destacando:

Uma nova ideia da produção do conhecimento: não o cientista isolado em seu gabinete, testando seu método acabado na realidade empírica, livre das emoções desviantes do contato social, mas um processo de conhecimento construído por indivíduos em interação, em diálogo crítico, contratando seus diferentes pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses, sem um método pronto. Reafirma-se a ideia de que o caminho se constrói caminhando e interagindo (Rago, 1998, p. 11).

O conceito central de gênero, portanto, unifica um conjunto de estudos e envolve duas dimensões, segundo Sorj (2019): uma que compreende que o gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações e outra que envolve a noção de que o poder é desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição na organização da vida social. “Assim, tal qual o conceito de classe para o marxismo, o gênero adquire um estatuto universal, quer no que diz

respeito à sua transcendência histórica, quer à sua qualidade difusa e totalizadora dos agentes sociais” (Sorj, 2019, p. 97).

Nesse sentido, a autora reflete sobre a construção teórica do feminismo destacando três elementos centrais que marcaram as teorias sociais modernas. O primeiro, referiu-se à universalidade da categoria de gênero - uma experiência comum das mulheres e coletivamente compartilhada através das culturas e da história - e que acabou por produzir um discurso metaessencialista⁵ sobre os sexos e suas relações. O segundo elemento foi a construção de um ator coletivo, baseado na crescente presença das mulheres no cenário político, que deu destaque ao gênero sobre outras dimensões que definem um grupo social, com interesses e identidades próprias, mas que não reconheceu as múltiplas identidades do universo da subjetividade e da política. E o terceiro elemento foi a criação de uma utopia emancipatória que não obteve consenso.

No pensamento pós-moderno, segundo Sorj, privilegia a indeterminação, a fragmentação, a diferença e a heterogeneidade como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural, o feminismo encontrou nas ciências sociais o entendimento de que o ideal de esfera pública e instituições políticas estão fundadas numa moral racional, a qual as mulheres se encontram subordinadas; uma moral que é construída longe de desejos, empatia, afetividade e sentimentos, estas consideradas manifestações inferiores.

Na medida em que as mulheres são identificadas com um estilo moral de julgamento pautado por esses últimos, são excluídas da moral racional e confinadas à esfera doméstica, em que a subjetividade – parte integrante e inevitável da existência humana – poderia florescer, e cada indivíduo reconhecer e afirmar a sua singularidade. Se o mundo público, sua cultura e instituições se organizam por intermédio de uma moral racional, haveria pouca chance de se ver aí incluída a perspectiva das mulheres. Consequentemente, ou as mulheres abandonam sua identidade particular e se integram no “humano universal”, ou bem estariam excluídas do mundo público (Sorj, 2019, p. 101).

1.2 A sub-representação das mulheres na política institucional

O que mais retrata a sub-representação das mulheres na política institucional se encontra na relação entre o público e o privado; e é essa construção social e estrutural que permeia todos os debates em torno das teorias feministas em todos os tempos,

⁵ Trata-se de um método para identificar o que é vital e eliminar todo o resto, para que se possa dar maior contribuição possível àquilo que realmente importa. Quando tenta-se fazer tudo e ter tudo, realiza-se concessões que afastam da meta.

incluindo principalmente a teoria política feminista⁶. As ausências de políticas públicas para reduzir a vulnerabilidade relativa às mulheres nesse espaço acumulam desvantagens em comparação com os homens, como por exemplo, a falta de creches e de políticas adequadas para a conciliação entre a rotina de trabalho e o cuidado com filhos/as, principalmente em sociedades que ainda mantêm a compreensão convencional do feminino e do masculino.

Miguel e Biroli (2014) afirmam que é nessa esfera privada, afetiva e doméstica, onde não são construídas variáveis políticas para a maior parte das correntes e dos estudos. O trabalho doméstico e o uso do tempo dedicado pelas mulheres é muito maior do que o tempo dedicado pelos homens, o que se define como uma injustiça distributiva e barreiras à igualdade nas oportunidades, deixando para trás o estereótipo que definiam as mulheres como menos interessadas na política, sendo necessário considerar essas desigualdades para compreender a sub-representação dentro da política brasileira. Os autores colocam também a importância de se analisar a dominação masculina sob o ponto de vista das noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça e de democracia. “Em suma, instituições patriarcais foram transformadas, mas a dominação masculina permanece. Parte importante dessa transformação é a substituição de relações de subordinação direta de uma mulher a um homem, próprias do patriarcado histórico, por estruturas interpessoais de atribuição de vantagens e oportunidades” (Miguel e Biroli, 2014, p. 19).

A importância do movimento feminista do início do século XX para a garantia dos direitos das mulheres, com efetiva participação por dentro da política brasileira, foi fundamental para a democracia e para as conquistas femininas. Conforme Comin (2019), o movimento defendia a inclusão das mulheres na política e nos espaços públicos, mas não questionava os motivos das desigualdades “e por isso ficou conhecido como um movimento inter classes lideradas por mulheres brancas da elite, e que apenas tangenciavam o questionamento do sistema patriarcal de dominação e opressão. A ênfase esteve na reivindicação do direito à participação político

⁶ A teoria política feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero. Sendo assim, o gênero é um dos eixos centrais que organizam as experiências no mundo social. Onde há desigualdade que atendem a padrões de gênero, ficam definidas também as posições relativas de mulheres e de homens, com vinculação à classe, raça e sexualidade. A teoria política descolou a compreensão do que é justiça, democracia, autonomia, identidade e fez isso motivada por uma compreensão crítica das instituições vigentes e das relações que elas fomentam.

institucionalizada”. (Comin, 2020, p. 275). A presença de Bertha Lutz com a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, foi um dos importantes marcos para a história das mulheres dentro da política partidária, que insistia em uma representação feminina na esfera política, o que aconteceu somente 14 anos depois, com a nomeação de Bertha como suplente na Câmara dos Deputados.

Os cientistas políticos Limongi et al (2019) documentaram a discriminação política às mulheres nessa primeira onda do movimento feminista e mapearam os termos do debate relativo ao voto feminino nas Assembleias Constituintes de 1824, 1891, 1934 e 1946 e nos projetos de lei que abordaram o direito político das mulheres e as consequências práticas da legislação, compilando dados oficiais sobre a participação eleitoral das mulheres, a partir de informações fornecidas pelos Boletins Eleitorais estaduais e arquivos do Tribunal Superior Eleitoral - TSE. Dentre os dados compilados, destaca-se a seguinte cronologia que os autores apresentam:

Quadro 2: Legislação sobre o direito ao voto conquistado pelas mulheres até 1965.

Quadro 1 - Principais alterações legais relativas à extensão do voto para as mulheres (1824-1965)

Data	Lei	Efeitos	Fonte
1824	Constituição Política do Império do Brasil	Proibição do voto feminino. O termo cidadão não abrangia as mulheres, embora o texto não as listasse nas exceções do Art. 94.	Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de Março de 1824)
1891	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	Proibição do voto feminino. O texto constitucional não afirma explicitamente que as mulheres seriam impedidas de votar no Art. 70.	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de Fevereiro de 1891)
1932	Código Eleitoral, Decreto No 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, Art. 2º e Art. 121	São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, sem distinção de sexo, segundo o Art. 2, mas o voto feminino é definido como voluntário, por meio do Art. 121.	Decreto nº 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932
1934	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	O voto feminino é mantido como voluntário, por meio da obrigação do alistamento somente para os homens, prevista no Art. 109.	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934)
1945	Lei Agamenon, Decreto-Lei No 7.586 de 28 de maio de 1945	O voto feminino é voluntário para as mulheres que não exerçam profissão lucrativa, conforme Art. 3º.	Decreto-Lei 7.586, de 28 de Maio de 1945
1946	Constituição dos Estados Unidos do Brasil	O voto feminino é mantido como voluntário para a mulher casada, aquela que não exerce profissão lucrativa, por meio de legislação ordinária, como autorizado pelo Art. 133.	Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de Setembro de 1946)
1950	Código Eleitoral, Lei No 1.164, de 24 de julho de 1950	O voto feminino é voluntário para as mulheres que não exerçam profissão lucrativa, conforme Art. 4º	Lei nº 1.164, de 24 de Julho de 1950
1965	Código Eleitoral, Lei No 4.737, de 15 de julho de 1965	Universalização do voto, por meio do Art. 6º, exigindo que o alistamento e o voto sejam obrigatórios para um e outro sexo.	Lei nº 4.737, de 15 de Julho de 1965

Fonte: os autores.

Fonte: Limongi et al. (2019, p.3).

No quadro acima, percebe-se a invisibilidade das mulheres, mesmo durante a criação de dispositivos de participação com a Constituição da República do Brasil. Elas conquistaram o direito de votar e de serem votadas somente 41 anos depois, em 1932, mas o voto feminino ficou assim definido como voluntário. A participação feminina na política então seguiu uma trajetória de submissão, pois estava sempre condicionada à autorização dos maridos, em poderem ou não votar, poderem ou não participar, perdurando essa condição por 33 anos. Nesse ínterim, apenas mulheres que exerciam função pública remunerada poderiam votar.

Limongi et al (2019) reconstituiu o tratamento ‘legal’ dispensado às mulheres naquele período histórico e apresentou que há mais continuidade do que ruptura na forma como a questão foi tratada, pois a exclusão feminina foi preservada sem que fosse

explicitada. Em outras palavras, entre 1824 e 1965, houve uma naturalização da exclusão, segundo os autores. Com relação ao direito ao voto, os pesquisadores informaram que não houve dúvidas de que as mulheres foram discriminadas e que participavam menos da vida política do que os homens. “Mais do que isso, os dados apresentados são suficientes para sustentar que a principal forma de exclusão política era ditada pelo gênero e não pela renda ou educação” (Limongi et al., 2019, p.14). Elas sempre estiveram condicionadas à vontade de outrem.

Nesse mesmo período, os cientistas avaliaram as taxas de candidaturas femininas com a inclusão do voto voluntário, que teve seus efeitos práticos ao longo da história cerceando a participação feminina na política partidária. Nesse sentido, Limongi et al destacam:

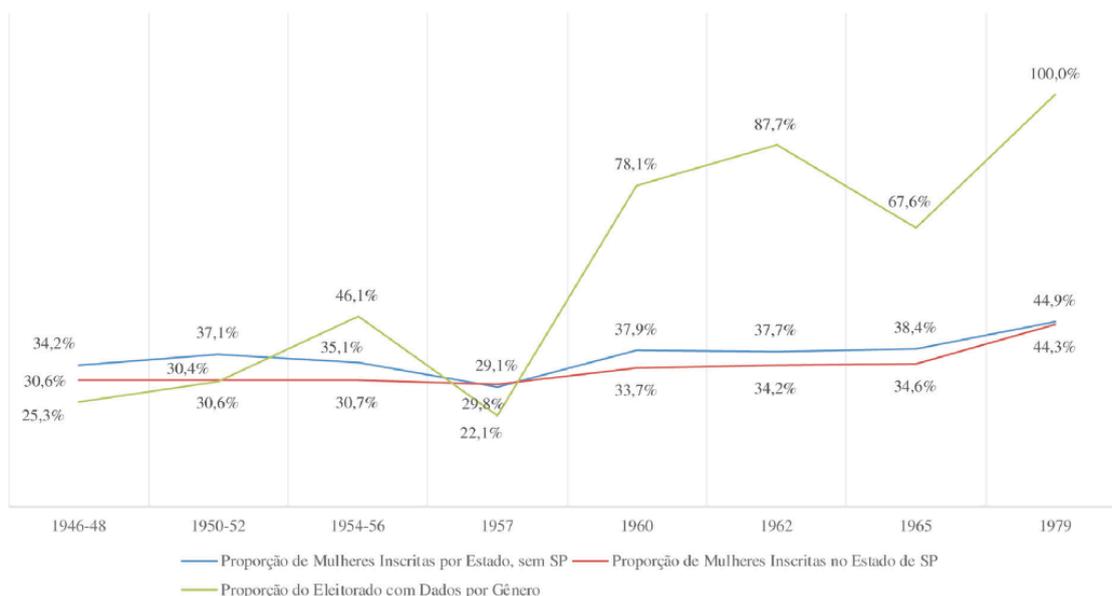
Finalmente, do ponto de vista das candidaturas e exercício de mandatos eletivos, a distância entre os homens e as mulheres foi ainda mais gritante. Poucas são as candidatas. Quanto às eleitas, estas podem ser contadas com os dedos de uma mão. Ao longo de toda Quarta República⁷, apenas três mulheres ocuparam cadeiras na Câmara dos Deputados. Não encontramos registros de candidaturas femininas ao Senado ou ao Governo Estadual (Limongi et al., 2019, p. 14).

⁷ A Quarta República começou em 1946, com o fim da Era Vargas e posse de Eurico Gaspar Dutra, e finalizado em 1964, com o Golpe Civil-Militar. O período foi de crescimento econômico e industrial e rápida urbanização, no entanto, as desigualdades sociais existentes também aumentaram. O Brasil teve seis presidentes nessa época, sendo: Eurico Gaspar Dutra (1946-1951); Getúlio Vargas (1951-1954); Café Filho (1954-1955); Carlos Luz (1955); Nereu Ramos (1955-1956) e Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Destaca-se que a Primeira República, conhecida como República Velha, foi a primeira fase da república brasileira, de 1889 a 1930. O período ficou marcado por ter sido quando as grandes oligarquias controlavam a política do Brasil por meio de esquemas de troca de favores. Já a Era Vargas se caracterizou como a Segunda República (1930-1937) e a Terceira República ou Estado Novo (1937-1945), trazendo algumas características importantes, como a centralização do poder no Executivo, a política de massas na questão trabalhista, o fortalecimento da propaganda política, sobretudo durante o Estado Novo, e a capacidade de negociação, que conseguia conciliar grupos com interesses diversos em benefício próprio. No caso do Estado Novo, destacam-se ainda o autoritarismo do governo e a imposição de censura.

Gráfico 1 - Registro de eleitoras mulheres no Brasil, por estados e no estado de São Paulo.

Gráfico 1 - Evolução da Participação Política das Mulheres em Relação ao Total do Eleitorado Inscrito (1946-1979)



Fonte: TSE, Cadastro Eleitoral, 1947, 1950, 1955, 1957, 1960, 1961, 1962, 1965 e 1979.

Fonte: Limongi et al., 2019, p.13

No gráfico acima, a linha amarela representa o número de eleitores/as registrados/as no país, aptos/as a votar; seguidas das linhas vermelha (mulheres inscritas por Estado, sem São Paulo) e a linha azul, (mulheres inscritas em São Paulo). Percebe-se que, mesmo com a implantação do direito ao voto em 1932, a trajetória de participação feminina se mantém com percentuais quase que inalterados por mais de 30 anos. A participação também restringia o voto das pessoas analfabetas, o que para a época pode-se considerar uma democracia limitada, já que era baixo o índice de alfabetização entre a população, ou seja, eram excluídos do processo eleitoral de importantes segmentos sociais, os considerados mais pobres e entre eles, mulheres. Os autores ressaltam o fato das pesquisas acadêmicas não atentarem para a discriminação política na distinção de gênero, concluindo que “a discriminação não cai por terra nem com a promulgação do Código Eleitoral de 1965, uma indicação clara de que as limitações impostas à participação política feminina se assetavam e eram garantidas pelas práticas sociais” (Limongi et al., 2019, p.13)

As justificativas apresentadas pelos homens políticos durante a elaboração das constituintes, até 1965, foram inúmeras, negando o direito do voto às mulheres, já que a

politização feminina era vista como uma forma das mesmas contestarem a autoridade masculina no interior da família. Era dessa forma que os homens mantinham a autoridade e a dominação, com total abstenção do Estado, pois com o voto obrigatório, “a ordem pública estaria, implicitamente, colocando um limite à prerrogativa masculina de ditar o direito de ir e vir das mulheres. Esposas só poderiam deixar o lar e se dedicar às atividades práticas se e quando autorizadas por seus maridos” (Limongi et al., 2019, p. 18).

E os atores continuam dizendo:

As mulheres não foram equiparadas aos homens em 1932 quer do ponto de vista legal, quer do ponto de vista prático. O voto feminino voluntário encobre a omissão estatal, o reconhecimento legal de que não competia ao Estado se imiscuir na vida doméstica. A mulher, pelo menos se assim quisesse seu marido, teria sua vida adstrita ao lar. As estatísticas apresentadas comprovam que a integração das mulheres ao mundo político foi lenta e incompleta. Mostramos a seguir que a incorporação parcial é produto deliberado da resistência masculina (Limongi et al. 2019, p. 14).

No Brasil, até 1965, o sufrágio foi mantido universal, mas só para os homens, como definiram os cientistas políticos, mesmo com a promulgação do Código Eleitoral de 1965, uma indicação de que as limitações impostas à participação política feminina se assentavam e eram garantidas nas práticas sociais.

É preciso lembrar o contexto histórico pelo qual o país passava, com a Ditadura Militar instaurada em 1964, que freou drasticamente o movimento feminista brasileiro e suas pautas reivindicatórias. No entanto, houve resistências. Comin discorre que, mesmo com a promulgação do Ato Inconstitucional 5, as mulheres iniciaram a criação de grupos de trabalho em universidades e em movimentos populares oriundos da igreja católica e dos sindicatos, a exemplo estava a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), com o desenvolvimento de pesquisas referente à situação das mulheres. “Estes temas formaram base para análises, conscientização, avanços, transformação cultural, de costumes, deslocamento das posições sociais das mulheres, desenvolvimento de políticas públicas, e que colocaram as mulheres no centro do debate” (Comin, 2020, p. 277). Para Comin,

A concepção do gênero, defendida pelo movimento feminista, como teoria de análise, nega o determinismo biológico, imposto como natural, revelando o

caráter cultural o sexo enquanto marcador, diferenciador, atribuidor de sentido, enfatizando sua produção e arranjo social engendrado nas e pelas estruturas sociais. E, acima de tudo, uma ferramenta política que desnuda as diferenças baseadas no sexo, as instituições, os discursos, símbolos, as ferramentas e redes de poder que hierarquizam e fabricam sujeitos (Comin, 2020, p. 277).

Em todo o tempo, a dualidade construída entre esferas públicas e esferas privadas recai sobre uma compreensão restrita de política, que universaliza o espaço público, definindo o privado como não político. E isso foi uma das formas de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares.

Miguel e Biroli defendem que é necessário entender essas relações tidas como “voluntárias” e “espontâneas” que em todo o tempo respaldaram padrões de autoridade e produziram subordinação, tendo impacto para a autonomia de cada indivíduo e para a construção da democracia, conforme destacam.

A pluralidade democrática depende da garantia do espaço para florescimento de identidades baseadas em crenças e práticas distintas. Mas é preciso garantir que esse espaço seja livre da violência, do constrangimento sistemático à autonomia de parte dos indivíduos, assim como das desigualdades que potencializam o exercício da autoridade por parte de alguns e a vulnerabilidade e a subordinação de outras. Nesse sentido, a garantia da privacidade depende da crítica à dualidade convencional entre o público e o privado e às desigualdades de gênero a que essa dualidade tem, tradicionalmente, correspondido (Miguel e Biroli, 2014, P. 49).

1.3. A participação das mulheres na política institucional no pós-constituente de 1988

Com a Constituinte de 1988, são assegurados avanços através de leis e garantias ampliadas dos direitos sociais, de saúde e de seguridade para as demandas requeridas pelas mulheres, que só foram ampliadas e inseridas pela expressividade da luta feminina, encaminhada pelas mulheres por meio de associações de bairro, coletivos feministas urbanos e rurais, movimentos organizados, reivindicando direitos democráticos, de igualdade na atuação/participação social, bem como de acesso a serviços públicos de qualidade em prol da justiça social e direitos específicos. No âmbito dos movimentos, pautaram temas como violência física e psíquica, direitos de propriedade, sociedade conjugal, com olhar também para contextos diversos, como das situações vividas pelas mulheres urbanas e também as trabalhadoras do campo. Cabe destacar que 80% das reivindicações apresentadas pelo movimento de mulheres na

Câmara dos Deputados, denominado “Lobby do Baton”⁸, foram inseridas no documento final da constituinte. Conforme site da Câmara dos Deputados, compuseram o parlamento em 1986, as denominadas deputadas constituintes, representando 16 estados brasileiros, eleitas entre 166 candidatas, um aumento de 1,9% para 5,3% da representação feminina no Congresso Nacional.

Quadro 3. Deputadas constituintes

Deputadas	Estados representativos	Partidos políticos
Abigail	Feitosa Bahia	PMDB
Anna Maria Rattes	Rio de Janeiro	PSDB
Benedita da Silva	Rio de Janeiro	PT
Beth Azize	Amazonas	PSB
Cristina Tavares	Pernambuco	PMDB
Dirce Tutu Quadros	São Paulo	PTB
Eunice Michilles	Amazonas	PFL
Irma Passoni	São Paulo	PT
Lídice da Mata	Bahia	PCdoB
Lúcia Braga	Paraíba	PFL
Lúcia Vânia	Goiás	PMDB
Márcia Kubitschek	Distrito Federal	PMDB
Maria de Lourdes Abadia	Distrito Federal	PFL

⁸ A atuação da bancada feminina na Câmara Federal atendeu às expectativas do movimento reivindicatório das mulheres brasileiras que participaram da campanha Mulher e Constituinte, promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado dois anos antes da promulgação da constituinte, para estimular a participação da população feminina no processo e eleger um maior número de parlamentares do sexo feminino.

A [“Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”](#), entregue ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pela presidente do CNDM, Jaqueline Pitanguy, em março de 1987, foi resultado de uma intensa campanha nacional, em articulação com ativistas, movimentos feministas, e associações diversas de todo o país. Com esse documento, elas levavam ao parlamento brasileiro a principal conclusão da campanha: “Constituinte pra valer tem que ter direitos das mulheres”. Deputadas e Senadoras formaram a aliança suprapartidária que serviu de elo entre os constituintes e os movimentos de mulheres e que passou a ser denominada de “Lobby do Batom”.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 é considerada o ponto de virada da participação feminina no parlamento brasileiro. As mulheres apresentaram 3.321 emendas ao texto constitucional. As 25 deputadas defenderam os direitos da mulher e também apresentaram emendas que tratavam de temas de ordem social.

Maria Lúcia	Acre	PMDB
Marluce Pinto	Roraima	PTB
Moema São Thiago	Ceará	PTB
Myrian Portella	Piauí	PDS
Raquel Cândido	Rondônia	PFL
Raquel Capiberibe	Amapá	PMDB
Rita Camata	Espírito Santo	PMDB
Rita Furtado	Rondônia	PFL
Rose de Freitas	Espírito Santo	PMDB
Sadie Hauache	Amazonas	PFL
Sandra Cavalcanti	Rio de Janeiro	PFL
Wilma Maia	Rio Grande do Norte	PDS

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/mulher-constituente>

As deputadas constituintes representaram o alcance desse importante espaço de discussão e de poder que é o Congresso Nacional, ocupado por mulheres, o que garantiu que na nova Constituinte de 1988, conquistas fossem inseridas efetivamente por elas e para elas.

Já na década de 1990, denominada a efervescência do movimento feminista, novas linhas foram dadas nos debates, nas lutas e nos espaços de atuação para além da categoria de gênero. “É a fase dos estudos pós-coloniais, numa pluralidade do movimento e dos feminismos que o constituíam, sendo as mulheres uma categoria diversa, composta, atravessada por classe, raça, etnia, interseccionalidade, a teoria Queer⁹, entre outras pautas que emergiram nesse contexto” (Comin, 2021, p. 278). A meta foi deslocar o que é considerado fixo e natural, ou seja, de desconstruir o papel social das mulheres, que considerava que elas nasciam para serem mães e donas de casa, desconstruindo também esse modelo de pensamento polarizado e hierárquico, em que

⁹ Teoria Queer - do inglês: queer theory, é uma teoria sobre o gênero que afirma que a orientação sexual e a identidade sexual ou de gênero são o resultado de uma construção social e que, portanto, não existem papéis sexuais essencial ou biologicamente inscritos na natureza humana, antes formas socialmente variáveis de desempenhar um ou vários papéis sexuais.

existe uma disputa entre homens e mulheres, calcada na dominação masculina, conforme destaca Comin:

O conceito de gênero foi problematizado no sentido no uso político deste conceito, surgindo novas perspectivas, coexistindo com a base dos estudos de gênero, mas compreendendo as mulheres enquanto sujeitos políticos percebendo as relações enquanto mutáveis, diversas e oriundas de contextos múltiplos. Pensar quem define a diferença é quem é considerado diferente é o caminho para compreender os interesses e relações de poder nesse jogo que se institui desigualdades (Comin, 2021, p. 281).

E, mesmo diante de tantas conquistas, somente depois de 14 anos após a Constituinte de 1988, que as mulheres foram consideradas iguais nas relações familiares e nos direitos conjugais, com a aprovação do novo Código Civil, em 2002 que reconheceu, por exemplo, outras configurações familiares, incluindo a união estável e o casamento homoafetivo. Além da liberdade do casal para decidir sobre o planejamento familiar; o estabelecimento de que homem e mulher, pelo casamento, assumem mutuamente a condição de consortes, ou seja, de companheiros responsáveis pelos encargos da família possuindo direitos e obrigações recíprocas, onde nenhum genitor possui primazia sobre a guarda dos filhos, entre outras alterações que colocam igualdade nas relações de gênero, como a regulamentação do divórcio. Vale destacar que as mulheres não foram tidas como meras auxiliadoras de seus maridos na relação conjugal.

As leis, de fato, isoladas, não transformam uma realidade social onde as relações de gênero foram construídas sob dominação e opressão das mulheres. Os estudos de gênero e feministas, bem como os movimentos de coletivos de mulheres de diferentes camadas sociais, sempre serão necessários, como força propulsora de transformações. Nos dias atuais, mesmo não estando majoritariamente nos cargos eletivos e/ou nas representações nessa trajetória histórica, as mulheres fizeram e sempre farão política de ordem econômica, social, ambiental, cultural e, mais profunda ainda, partidária, esta última por onde tramitam as leis, que assegura meios para transformar estruturas sociais de dominação. É fato que somente a lei não dá conta de promover mudanças, carecendo de processo educativo para desnaturalizar violências e opressões.

Conforme dados da Secretaria da Mulher¹⁰ da Câmara dos Deputados, a bancada feminina foi composta, ao longo de toda a história do parlamento nacional, por 327 mulheres desde 1946 até a atual legislatura (57^a - 2023-2027), mas houve avanços no percentual dessa representação. São disponibilizadas 1059 cadeiras para as Assembleias Legislativas; 513 para a Câmara Federal; 27 para o Senado Federal; 27 para os governos estaduais e 1 para a presidência da república. O Brasil possui 5.568 municípios e mais dois distritos (Fernando de Noronha e o Distrito Federal); 5.568 Câmaras de Vereadores, que totalizam 58.114 parlamentares eleitos. Em 2002, a presença das mulheres nos parlamentos estaduais e distrital era de 12,65%; e de 8,19% de representantes como deputadas federais e de 14,81% no Senado. Já no último pleito, de 2022, esse número saltou para 17,94% nas assembleias legislativas; 17,74% na Câmara Federal e para 14,81% no Senado. Vale ressaltar que Eunice Michiles (ARENA-AM) foi a primeira Senadora em exercício no Brasil, isso em 1979. As primeiras eleitas para o cargo foram Júnia Marise (PRN-MG) e Marluce Pinto (PTB-RR), em 1990. Em 2021, a bancada feminina teve assento no Colégio de Líderes e orientação em votações. Simone Tebet (MDB-MS) foi a primeira líder de bancada. Atualmente, 15 senadoras exercem mandato no Senado Federal, o maior número de mulheres em toda a história, correspondendo a 18%. O mesmo avanço também é registrado no número de candidaturas femininas, onde há aumento no percentual das proposituras. Dados do Tribunal Superior Eleitoral - Mulheres mostram que o país saiu da 155^a posição, o que correspondia a 9,9% de percentual de mulheres nos parlamentos nacionais em 2016, para a 135^a, avançando para 17,5% nesse percentual.

No Poder Executivo, os avanços seguem lentamente. Em toda sua história, o país teve apenas uma mulher que ocupou o cargo de presidente da República em 2010, sendo reeleita em 2014, Dilma Rousseff (PT), perdendo o cargo por impeachment em 2016, com imenso viés machista, opressor e violento. Nos governos estaduais, apenas 13 estados brasileiros¹¹ já foram governados por mulheres em caráter substitutivo e em

¹⁰ Secretaria criada em 2013 e que representa a bancada feminina no parlamento nacional, unindo as estruturas da Procuradoria da Mulher e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher. A Secretaria da Mulher permitiu a participação da coordenadora da bancada feminina nas reuniões do Colégio de Líderes, com direito a voz, voto e a discursar no Plenário no horário destinado aos líderes partidários. A bancada feminina integra todas as deputadas e possui uma coordenadora e três adjuntas, eleitas por todas as parlamentares. Cabe destacar a mudança pela qual essa secretaria passou no governo Bolsonaro.

¹¹ Estados que já foram governados por mulheres: Acre, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Roraima.

definitivo. A primeira mulher a assumir o cargo foi Iolanda Fleming (PMDB), que governou o estado do Acre, em 1986.

Roseana Sarney (PFL/PMDB) foi a primeira mulher eleita no estado do Maranhão, em 1994. O estado do Rio Grande do Norte foi o que mais elegeu mulheres, com três governadoras eleitas: Wilma de Farias (PSB), Rosalba Ciarlini (DEM) e Fátima Bezerra (PT)¹². E o estado de Pernambuco foi o único a eleger uma chapa composta por duas mulheres na majoritária, em 2022, Raquel Lyra (PSDB) e Priscila Krause (Cidadania). Já nos municípios brasileiros, as mulheres representam 12% das eleitas nas prefeituras municipais, conforme resultado da eleição realizada em 2020, e 12,1% foram eleitas para as Câmaras Municipais. A primeira mulher a assumir a gestão municipal foi Alzira Soriano, prefeita do município de Lajes (RN), eleita em 1928 com apenas 32 anos. A eleição de Alzira ocorreu graças a uma lei estadual¹³ na época que autorizava a participação das mulheres na política potiguar. Ela voltou à política após a redemocratização do país, em 1945, elegendando-se vereadora em Lajes por três mandatos.

A Nota Técnica nº 3 do Observatório Nacional da Mulher na Política de 2022 observa que houve uma maior distribuição dos recursos financeiros dos fundos Eleitoral e Partidário para as candidaturas de mulheres, embora a distribuição ainda seja desigual entre os partidos e a existência de bancadas, o que contribui para um aumento no número de candidaturas. Dois fatores foram considerados relevantes quando se vê aumento no número de eleitas: o dinheiro investido em campanha, com a obrigatoriedade dos recursos via fundos financeiros e a obrigatoriedade de mídia gratuita nas rádios e televisão para mulheres e pessoas negras, e o capital eleitoral de cada candidata. “Esses fatores casados explicam, portanto, o aumento mais expressivo das candidaturas de mulheres para a Câmara dos Deputados, bem como o aumento de candidaturas de pessoas negras” (NT 3, 2022, p. 15).

A agenda da igualdade de gênero se disseminou socialmente e, com isto, adquiriu peso eleitoral para os executivos e legislativos. E as políticas de cotas funcionaram, em geral, como se esperava de início, ou seja, como “efeito contágio”: o sucesso de alguns partidos serve de estímulo e adesão para outras agremiações partidárias incluírem mulheres, não necessariamente por compromissos com uma agenda de igualdade de gênero. A América

¹² Rio Grande do Norte foi o Estado brasileiro que elegeu a primeira prefeita da América Latina, Alzira Soriano, em 1929, que compôs um gabinete formado apenas por homens no município de Lajes. O RN garantiu, por intermédio de Lei Estadual, o voto feminino antes mesmo do Decreto 21.076.

¹³ Lei Estadual 660, de 25 de outubro de 1927, conforme o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN).

Latina se constitui atualmente um emblema dessa disseminação (NT 3, 2022, p. 18)

Ao longo do tempo, o Estado brasileiro foi criando dispositivos que, de certa forma, proporcionaram avanços na participação feminina na política, destacando-se:

Quadro 4. Dispositivos de participação feminina na política.

ANO	DISPOSITIVO (LEI, DECRETO, PORTARIA E ETC)	OBJETO
1997	Lei das Eleições (Lei 9.504)	prevê a reserva de vagas para a participação feminina nos cargos proporcionais: deputada federal, estadual e distrital e vereadora
2009	Lei de Cotas (12.034) - primeira minirreforma eleitoral	torna obrigatório que cada partido ou coligação preencha o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo
2014	Lei 12.891/2013	o TSE promove, pela primeira vez, a campanha institucional de incentivo à participação feminina na política, viabilizada por meio da emenda do Senado na minirreforma eleitoral de 2013.
2015	Lei (13.165)	determinou que as legendas utilizassem 20% do seu tempo de propaganda gratuita no rádio e na TV para incentivar a participação feminina na política A mesma norma tornou obrigatória, em ano eleitoral, a campanha do TSE para estimular a candidatura de mulheres.
2018	Recursos do Fundo partidário	<ul style="list-style-type: none"> - STF julga Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.617 e decide sobre a destinação de, pelo menos, 30% dos recursos do Fundo Partidário para campanhas de mulheres, sem fixar percentual máximo. - TSE determina que partidos políticos reservassem, pelo menos, 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para financiar candidaturas femininas. - O mesmo percentual é destinado ao tempo da propaganda eleitoral gratuita no rádio e TV.
2019	Portaria TSE 791	Ministra Rosa Weber institui a Comissão Gestora de Política de Gênero do Tribunal Superior Eleitoral (TSE Mulheres) para atuar no planejamento e no acompanhamento de ações relacionadas ao incentivo à participação feminina na política e na Justiça Eleitoral.
2022	Alteração do art. 17 da Constituição Federal com promulgação da seguinte emenda:	§ 7º Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do Fundo Partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo

	<p>com os interesses intra partidários.</p> <p>§ 8º O montante do Fundo Eleitoral e da parcela do Fundo Partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 30%, proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário.</p>
--	---

Fonte: TSE Legislação. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao>. Acessado em: 12/06/2024.

No próximo Capítulo, caberão mais reflexões sobre a Lei de Cotas e os fundos financeiros de campanha, entre eles o Fundo Eleitoral e o Fundo Partidário, e como essas legislações impactaram as candidaturas femininas em Mato Grosso do Sul, considerando as limitações do sistema eleitoral brasileiro e o pouco comprometimento dos partidos políticos com as mulheres, para o cumprimento de uma agenda eleitoral que realmente seja mais representativa, com alcance e organicidade.

1.4. Política ainda “é coisa de homem?”

Estudos que compõem a teoria sociológica contemporânea são fundamentais para o entendimento do funcionamento da sociedade, ou seja, para entender a forma como está estruturada a sociedade, onde a subjetividade de cada indivíduo e a coletividade a qual pertence é reproduzida no seu mundo social, com influência direta nas representações construídas entre as pessoas e as instituições que compõem a estrutura social. No que se refere à participação das mulheres na política institucional, mesmo com maior número de eleitoras mulheres, contraditoriamente elas não compõem números significativos nos quadros dos partidos políticos, que em tempos de pleitos eleitorais não chegam a números expressivos de mulheres candidatas, conseqüentemente, menores ainda são os números daquelas eleitas para os diferentes cargos dos pleitos eleitorais.

A tímida participação feminina na política institucional nos remete aos estudos de Bourdieu, quando analisa o *habitus*, por ele definido como um conjunto de disposições sociais internalizado individualmente pelas pessoas, que molda as percepções, os sentimentos e as ações. Esse conjunto é criado a partir da interação no grupo ao qual se pertence, transpassando também as instituições sociais que se

interagem, como a família, a escola, a comunidade acadêmica e, especialmente, a vida comunitária, eleitoral e política.

Ortiz, em diálogo com a teoria de Bourdieu, divide os modos de ação social nomeando-os em conhecimentos, sendo o fenomenológico, caracterizado pela primeira experiência do mundo social e também da familiaridade com o meio familiar, tornando natural e evidente. Já o conhecimento objetivista de Bourdieu, conforme Ortiz, parte das relações que se constroem dentro dessas experiências individuais, que estruturam as práticas e as representações do mundo social, sendo que nesse caminho se estabelece um outro conhecimento, denominado de praxiológico. Este, mantém relações dialéticas entre as estruturas e suas disposições estruturadas, num duplo processo que o autor nomeia de “interiorização da exterioridade” e de “exteriorização da interioridade”. “O conhecimento praxiológico não anula as aquisições do conhecimento objetivista, mas conserva-as e as ultrapassa, integrando o que esse conhecimento teve que excluir para obtê-las” (Ortiz, 1994, p. 40). Vejamos como o autor denomina esse processo:

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que pode ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (Ortiz, 1994, p. 53).

É o *habitus* que desencadeia essa série de ações sociais ao longo do tempo, argumentando que “as práticas se expõem sempre a receber sanções negativas, portanto um reforço secundário negativo, quando o meio com o qual elas se defrontam realmente está muito distante daquele ao qual elas estão objetivamente ajustada” (Ortiz, 1994, p. 57).

No caso brasileiro, a definição de *habitus* parece também responder ao questionamento sobre a tímida participação feminina na política institucional, visto que historicamente foi imposto às mulheres um espaço de atuação, o universo privado. Esse lugar foi referendado ao longo dos séculos, tido como modelo natural a ser seguido e mantido. Dilma Rousseff, reeleita em 2014 para a presidência da República, foi deposta do cargo um ano depois, por um Congresso Nacional composto em sua maioria por

homens. Nesse sentido, defende-se a ideia de que para mudar as concepções solidificadas pelo *habitus* são necessárias políticas educativas, conforme destacado em sua obra:

Assim, o *habitus* adquirido na família está no princípio da estruturação das experiências escolares (em particular, da recepção e assimilação da mensagem propriamente pedagógica), o *habitus* transformado pela ação escolar, que é diversificada, por sua vez está no princípio da estruturação de todas as experiências ulteriores (como a recepção e assimilação das mensagens produzidas e difundidas pela indústria cultural, ou experiências profissionais) e assim por diante, de reestruturação em reestruturação. (...) Não sendo a história do indivíduo mais que uma especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe, podemos ver nos sistemas de disposições individuais variantes estruturais do *habitus* de grupo ou de classe sistematicamente organizadas nas diferenças que as separam e nas quais se exprimem as diferenças entre as trajetórias e as posições dentro da classe ou fora dela (Ortiz, 1994, p. 72).

Bourdieu analisa que a estrutura ordenada pelo *habitus* é intermediada por ações estruturantes sobre as experiências, ou seja, o *habitus* adquirido na família está no princípio da estruturação das experiências, perpassando a escola, a igreja, a indústria cultural e as experiências profissionais e caracteriza essa experiência como um poder simbólico, ou seja, que é invisível aos olhos da sociedade, porque é naturalizado na prática cotidiana e que credibiliza as ações tornando-as reais. “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1998, p. 8). Portanto, o *habitus* adquirido pelos indivíduos e que foram socialmente construídos em suas trajetórias de vida pessoal e coletiva, é permeado por relações de dominação e de desigualdade de gênero, levando esse comportamento também para decisões e para o campo político, conforme reflexões de Bourdieu.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (Bourdieu, 1998, p.11)

As pesquisadoras Porto e Cavalcante (2023) destacam que até a década de 1980, com a criação do Núcleo de Estudos sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero, da

Universidade de São Paulo, havia nas universidades 142 teses sobre o assunto, com avanço na base disciplinar e estudos sobre as mulheres, abrangendo também a antropologia, a história, a literatura, a psicologia, a psicanálise, o direito, a saúde, a política, a geografia, a educação, a comunicação, as artes e a economia. Daquele período até os dias atuais, houve ampliações de estudos em todas as áreas do conhecimento, especialmente porque foram consolidadas diversas demandas encaminhadas pelas mulheres, tornadas leis.

As autoras levantam que a significativa produção das organizações não governamentais feministas, na área da saúde, violência e racismo, com a publicação de estudos associados à criação de políticas públicas, também corroboram para a cientificidade do feminismo. Isso evidencia que a violência de gênero está interseccionada com classe e raça. “Há um acúmulo de capital simbólico e científico incontestável que evidencia a formação de um campo científico feminista no Brasil, mas ainda hoje, há resistências ao reconhecimento de tal cientificidade” (Lucila Scavone, 2007, apud Porto & Cavalcante, 2023, p. 8).

As autoras refletem com Bourdieu sobre a importância de romper com o positivismo apresentando uma forma de produção científica diferente do formato adotado historicamente na academia, baseado em objetividade e neutralidade. “O feminismo enquanto corrente teórico-metodológica, contudo, vai na contramão de tal dogma e enaltece o subjetivo e o particular das mulheres (...) a imparcialidade não é possível nem desejável, já que o conhecimento é sempre situado e deve estar comprometido com a mudança social” (Narvaz e Koller, 2006, apud Porto & Cavalcante, 2023, p. 10). E as autoras continuam suas análises dizendo,

Durante anos, as mulheres estiveram circunscritas ao espaço doméstico e não tiveram o mesmo acesso à educação franqueado aos homens, o que fez com que, por muitos séculos, elas tenham sido excluídas das universidades e da produção de conhecimento formal. Como consequência, as teorias elaboradas para explicarem a história e a sociedade, muitas replicadas até o presente como verdades absolutas, foram em sua grande maioria formuladas por homens e desconsideraram as experiências femininas e até mesmo a existência das mulheres no mundo. Contraditoriamente, tais posicionamentos foram e ainda são assumidos não só por homens, mas também por mulheres (Porto & Cavalcante, 2023, p. 11).

E foi na teoria de campos¹⁴ de Bourdieu que as pesquisadoras compreenderam os espaços de luta como fruto de uma disputa interna do campo acadêmico e científico, transformando em comportamentos instintivos e semiconscientes que, “ao rechaçar a cientificidade do feminismo no âmbito acadêmico, diminuem-se os capitais dos pesquisadores que o utilizam enquanto corrente teórico-metodológica e, conseqüentemente, reafirma-se a posição hierárquica dominante daqueles que fazem ciência a partir de teorias e métodos historicamente consagrados” (Porto & Cavalcante, 2023, p. 14.). E as autoras completam:

O feminismo enquanto ciência rompe com o *habitus* do campo científico, ao propor a centralidade da mulher e de suas percepções subjetivas como mote de pesquisa, o que justifica, segundo a teoria bourdieusiana, a postura de vários acadêmicos de rechaçá-lo, pois trata-se de uma ameaça ao que está historicamente posto e que sustenta as posições hegemônicas no campo, ou seja, a centralidade do homem, da neutralidade e da objetividade na condução das investigações científicas (Porto & Cavalcante, 2023, p. 15).

Compreender os encaminhamentos realizados pelas mulheres, sobre a inserção do espaço feminino em uma corrente teórico-metodológica, e, especialmente, no campo político, em se tratando da trajetória da luta feminista para a criação dos dispositivos para participação das mulheres na política institucional, são desafios constantes.

Spink (2002) lembra que os dados coletados das investigações são, na verdade, pedaços ou fragmentos de conversas do presente, do passado, conversas nas materialidades e que ainda estão em formação. “Não há múltiplas formas de coleta de dados e, sim, múltiplas maneiras de conversar com socialidades e materialidades em que buscamos entrecruzá-las, juntando os fragmentos para ampliar as vozes, argumentos e possibilidades presentes”. (Spink, 2002, p. 20)

Nesse sentido, vale entender, por meio dessas narrativas, o funcionamento da estrutura patriarcal dentro da política institucional. Giddens (1989) explica que essa engrenagem que tem primazia sobre a ação, ou seja, as ações sociais são criadas por atores e recriadas através dos seus próprios meios e afirma que as propriedades estruturais dos sistemas sociais só existem na medida em que formas de conduta social são cronicamente reproduzidas através do tempo e do espaço. “A estruturação de instituições pode ser entendida em função de como acontece as atividades sociais se alongarem através de grandes extensões de espaço-tempo” (Giddens, 1989, p. 23).

¹⁴ Teoria de Campos - Diz respeito à pluralidade dos aspectos que constitui a realidade do mundo social, a pluralidade dos mundos, pluralidade das lógicas que correspondem aos diferentes mundos, aos diferentes campos como lugares onde se constroem sentidos comuns.

O sociólogo aponta que existe uma linha tênue entre consciência prática e consciência discursiva e explica que existem duas formas de concepção para entender a ação social em se tratando de estrutura: uma, redutiva das instituições que mostra o fundamento destas no inconsciente que não deixa campo suficiente para a operação das forças sociais; e outra que é a redutiva da consciência, que mostra que a vida social é governada fora da consciência. Ou seja, mesmo que haja enfrentamentos, existe um discurso inconsciente e consciente que permeia a ação voluntária das pessoas, que no caso do campo político, é baseada numa masculinização enraizada no senso comum de forma estrutural. Vejamos a definição de Giddens:

Não pretendo que a distinção entre consciência discursiva e consciência prática seja rígida e impermeável. Pelo contrário, a divisão entre as duas pode ser alterada por numerosos aspectos da socialização e das experiências de aprendizagem do agente. Não há barreiras entre esses dois tipos de consciência; há apenas as diferenças entre o que pode ser dito e o que, de modo característico, e simplesmente feito. Existem barreiras, porém, centradas principalmente na repressão, entre a consciência discursiva e o inconsciente (Giddens, 1989, p. 8).

Nessa perspectiva, Stuart Hall destaca que existe uma linha construtivista da pós-modernidade que não possui nenhum cerne interno estável, ou seja, o comportamento da sociedade é transformado continuamente de acordo com suas representações na sociedade, sendo definido historicamente. O sociólogo conceitua possíveis mudanças nas estruturas sociais e, conseqüentemente, nas ações sociais partindo, especialmente, da identidade construtivista¹⁵, entendendo que não é essa estrutura que transmite sentido, mas sim o sistema de linguagem ou qualquer outro que usamos para representar nossos conceitos. “Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. Entretanto, esse é um processo longe de ser simples e direto” (Hall, 2005, p. 31).

Clara Araújo (2016) aborda alguns espaços alcançados pelas mulheres no campo das representações, ou seja, no campo da política institucional, já que ele é construído por políticos tradicionais e patrimonialistas. “Candidaturas efetivas têm vetores

¹⁵ A identidade é um conceito bastante discutido pelas teorias sociais, as quais procuram demonstrar, basicamente, que as velhas identidades, responsáveis pela estabilidade do mundo social, estão entrando em declínio e sendo substituídas pelas novas identidades, caracterizadas, entre outras coisas, pela fragmentação do indivíduo moderno, fato que, segundo Stuart Hall, tem promovido grande mudança estrutural nas sociedades.

importantes de origem em alguns caminhos: participação associativa ou política anterior por um lado, forte viés de pertencimento *familista* e, ainda, em trajetórias individuais de campos religiosos ou outros tipos de atividade individuais que tem crescido” (Araújo, 2016, p. e43).

A autora levanta o problema do sistema eleitoral brasileiro, de lista aberta, em que as vagas conquistadas pelo partido ou coligação partidária são ocupadas por seus candidatos mais votados, até o número de cadeiras destinadas à agremiação. Portanto, a votação de cada candidato pelo eleitor é o que determina a sua posição na lista de preferência. Para Clara Araújo, esse sistema é concebido como uma redoma, em que a única variável dependente seria o compromisso partidário, ou seja, a “vontade política” dos dirigentes que possuem, tradicionalmente, uma cultura política patriarcal.

É essa mesma cultura que também interfere na efetividade da Lei de Cotas e no financiamento das campanhas eleitorais, onde não há transparência na distribuição dos recursos obrigatórios para candidaturas femininas. Portanto, é nesse contexto em que os capitais políticos respondem aos interesses e necessidades de cada organização social para obtenção da vitória eleitoral. Nesse ponto, as mulheres estão quase sempre associadas a uma estratégia partidária que responde às engenharias dos partidos.

Conforme a autora, valores, formas de inserção, associação e atitudes, ou seja, a cultura política influencia e interfere na participação política, inclusive nos componentes institucionais dos sistemas políticos. A representação é, antes de tudo, uma forma de presença, de participação¹⁶, mutável e socialmente construída que, no caso das mulheres, há que se destacar que foi desigualmente distribuída ao longo da história, como destaca Araújo:

Assim, importa saber como os valores preponderantes, existentes numa sociedade num dado momento ou período, e relacionados com o que se define como cultura política, influenciam as condições de participação políticas; como interferem na formação de potenciais capitais para disputas políticas; e, mais relevante para o propósito desta investigação, como o gênero recorta e ajuda a compreender a forma como essas propensões e inserções ocorrem entre homens e mulheres (Araújo, 2016, p.44).

¹⁶ Segundo Araújo, a participação é diversificada e engloba o voto, a mobilização para tal, atividades comunitárias e individuais; ações de protesto ou pressões por determinadas demandas e apoio a causas específicas, podendo ser individual, cidadã ou coletiva, com natureza social, sem deixar de ser político e está voltada para o exercício da participação não imediatamente vinculada à democracia representativa, ainda que em espaços institucionais, mas pode ocorrer como representação junto ao governo e suas instâncias, para além das fronteiras da representação institucional. As dimensões da participação podem ter orientações e motivações políticas, mas sem vínculos diretos com a representação.

Dados do Latinobarômetro¹⁷ do ano de 2020 sobre o interesse das mulheres na política, por exemplo, ano em que houve um pleito eleitoral no Brasil para as gestões municipais, apresentam um índice elevado da falta de interesse delas pela política institucional, visto que 38.5% disseram não ter interesse pela política, contra 9% de muitas interessadas. Outro fator que pode ser considerado complicador é a confiança nos partidos políticos, quando esse índice salta para 50.6%. Outros dados apontam para a frequência com que trabalharam para um partido político ou candidato, 74.3% delas nunca participaram desse tipo de atividade. Há que se considerar que 54.6% acreditam que as expressões públicas acerca dos problemas do país poderiam ter consequências negativas, subindo esse índice para 63.6% das mulheres que não emitem opiniões sobre os problemas do país.

No entanto, quando as análises se voltam a entender a melhor forma de atuação para que o país avance, 40,7% acreditam que é por meio do voto que as situações se alteram, sendo que 46,2% se disseram dispostas a marchar e protestar por aumento salário e melhores condições de trabalho e 53,5% dispostas também a marchar e protestar por uma melhoria da saúde e da educação. Há, ainda outros índices positivos com relação a lutar contra abusos e corrupção e por uma sociedade com mais igualdade. É preciso salientar o grau de confiança das mulheres com relação à igreja, esse índice salta para 43,7%, e a pouca confiança nos sindicatos, por exemplo, que foi de 42,6%. Para a autora,

O déficit de participação política por sexo antecede esses contextos recentes e, para as mulheres, decorre de causas históricas; mas se ancora em condições perpetuadoras e reprodutoras de menores chances de inserção social. Além disso, a desigualdade social tende a afetar as predisposições para a participação em democracias representativas. Assim, considerando a ideia e o valor da participação como algo constitutivo das democracias modernas – independentemente de seu grau efetivo –, tenderia a haver maior dificuldade incremental para as mulheres. Níveis elevados de desconfiança em relação à política estariam associados com elevados níveis de desigualdade e com luta por sobrevivência. As mulheres apresentam situações mais desiguais em termos econômicos, de renda e de encargos familiares (Araújo, 2016, p. 17).

A participação das mulheres na política institucional possibilita ampliação de oportunidades para influenciar diretamente no sistema político, visando democratização do exercício do poder, que inclui uma série de ações que poderiam melhorar o quadro

¹⁷ Latinobarômetro é um estudo de opinião pública, aplicado anualmente por uma ONG sem fins lucrativos com sede em Santiago do Chile. Para isso, são realizadas 20 mil entrevistas, em 18 países da América Latina, representando mais de 600 milhões de habitantes. Os eixos da pesquisa são: democracia, economia e o conjunto da sociedade. Os indicadores medem atitudes, valores e comportamentos.

de representação feminina na política institucional. A cultura política, como citada acima, precisa encaminhar para uma direção onde essa representatividade não seja apenas circunstancial, mas como um projeto de vida naturalizado, conforme é entendida pelos homens.

Pinto (2001) destaca que essa questão precisa sempre ser examinada a partir das relações entre representação e participação, ambas fundamentais para o conjunto de interesses de luta. “Em resumo, a preocupação é tratar da relação entre representação-participação, onde nenhum dos termos se esgota no outro. É na complementaridade e na tensão entre representação e participação que a questão das mulheres se coloca e pode ser mais adequadamente apropriada” (Pinto, 2001, p. 103).

Rezende (2017) concluiu em pesquisa feita com parlamentares na Câmara de Deputados que nenhuma mulher assumiu ainda a presidência da Casa, um cargo que confere muitos poderes sobre decisões importantes do parlamento, como conceder a palavra (elemento essencial nas narrativas de discurso do poder), controle do uso de tempo, distribuição dos projetos de lei nas comissões permanentes e definição da agenda do dia. Outro dado importante é a não participação das mulheres nas comissões permanentes. Em pesquisa de 2019-2022, também não há mulheres que compunham o Colégio de Líderes (18 deputados) e há poucas mulheres nas lideranças de bancada, de 11 apenas 2 são líderes.

A sub-representação feminina no campo político não se limita à esfera brasileira, mas também em democracias já consolidadas e recentes. Sacchet (2013) explica que sistemas políticos onde especialmente mulheres participam de forma limitada evidenciam desigualdades e exclusão intencional ou involuntária, não sendo justo e democrático que elas não estejam em números mais expressivos nas esferas de tomada de decisão, espaço também de influência no processo político. “A democracia, nesta perspectiva, pressupõe certo balanceamento na participação de diferentes grupos sociais no processo político-decisório” (Sacchet, 2013, p. 86). E a autora continua dizendo:

A representação de grupos propiciaria recursos para a construção de um público democrático comunicativo que teria como objetivo construir a justiça. Assim, ações deliberadas para a inclusão de mulheres e de outros grupos sociais discriminados ou oprimidos em processos decisórios seriam justificadas pela capacidade que estes teriam de aportar novas perspectivas ao

processo político, promovendo ações mais sensatas, novos relacionamentos e a justiça social (Sacchet, 2013, p. 90).

A autora exemplifica que há um maior número de eleitas nas candidaturas proporcionais, ou seja, para os cargos de vereadoras e deputadas, do que nas eleições majoritárias, que incluem prefeitas, governadoras, presidentas e senadoras. “A disputa por elas é menos acirrada e é de interesse dos partidos comporem suas listas com representantes de diferentes grupos sociais tendo em vista atrair votos de diferentes setores da população. Desta forma, mais mulheres são selecionadas como candidatas aumentando as chances de um número maior delas serem eleitas” (Sacchet, 2013, p. 93).

E são nessas disputas majoritárias que as candidaturas femininas perdem força, pois há apenas uma vaga para o cargo, sendo que seria nesse campo político que a presença feminina alcançaria força partidária e de financiamento, pois elas concorrem em nível individual. Infelizmente, são nesses espaços que acontecem as disputas internas de candidaturas, onde as mulheres encontram mais dificuldade e concorrência. A autora destaca o fato de no Brasil ter uma das campanhas eleitorais mais caras do mundo, o que gera dificuldades para as mulheres serem eleitas.

A individualização das campanhas impacta de forma particular a igualdade política e em contextos como o brasileiro, onde cada candidato pode efetivamente aportar a quantia financeira que desejar, ou que puder aportar, para financiar sua campanha, aqueles com arrecadação menor são prejudicados. As mulheres são invariavelmente desfavorecidas neste processo, pois não só tendem a arrecadar quantias substancialmente menores, como também a investir menos recursos próprios em suas campanhas (Sacchet, 2011 apud Sacchet, 2013, p.100).

A participação e a representação das mulheres na política institucional seguem limitadas e o tempo mostra que não basta se disporem a uma propositura e vencerem, sendo preciso alterar as estruturas desse espaço considerado democrático, já que nem todas as mulheres defendem as pautas feministas ou criam leis e projetos que beneficiam mulheres ou que incluam o *gap* desigualdade de gênero nas pautas. A criação dos dispositivos de participação feminina na política institucional mostra que os valores morais e comportamentais da sociedade patriarcal brasileira também inserem mulheres antifeministas nesse mesmo espaço público, dificilmente conquistado, buscando uma autoridade moral perante a sua base de apoio, para garantir respaldo, respeito e afirmação de sua atuação.

Neckel *et al.* (2023) cita alguns casos dessa misoginia¹⁸ e desse comportamento contraditório, que vem travestida de antifeminismo também nas falas e propostas políticas de muitas mulheres. O primeiro caso é o da jovem deputada eleita em Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo, do Partido Liberal, que se intitula autora antifeminista, com uma atuação especialmente na internet contra a luta feminista. A internet, aliás, tem sido um lugar de violência política contra as mulheres eleitas que sofrem ameaças, assédio físico e até cassação. Os autores citam como exemplo relatos de violência contra as vereadoras Ana Lúcia Martins e Carla Ayres, ambas do Partido dos Trabalhadores, consideradas muito violentas via rede social, sendo esta última a mais atacada por ser lésbica e feminista. O assunto é global com consequências também locais.

Pinto (2001), em análises sobre a participação das mulheres na política institucional, indagou sobre quais os novos recortes presentes na sociedade que não poderiam ficar de fora do discurso, sob pena destes perderem a legitimidade. Para ela, a resposta não envolvia questões éticas e morais, mas uma análise do próprio discurso, pois seria neste que se revelaria a posição de poder das forças. “A luta das mulheres é pela representação de mulheres, que são mais da metade da população brasileira, ou pela representação de mulheres que se constituem politicamente como tal? Essa distinção é fundamental na discussão do espaço da participação política” (Pinto, 2001, p. 106). E nesse caminho, a participação das mulheres dentro do campo político deve aproximar-se dos espaços tradicionais, ou seja, dos espaços institucionais, potencializando possibilidades reais de mudanças.

¹⁸ Misoginia é uma palavra que tem por definição o ódio às mulheres. A origem desse termo é grega e vem dos vocábulos *miseó*, que significa "ódio", e *gyné*, que tem como tradução "mulher". Esse conceito abarca os sentimentos de desprezo, preconceito, repulsa e aversão às mulheres e ao que remete ao feminino.

CAPÍTULO II - A correlação de forças na política institucional em Mato Grosso do Sul: os dispositivos para a participação feminina

Neste capítulo, tecemos análises sobre a Lei de Cotas, instituída em 1997, a qual efetivou a reserva de vagas para a participação feminina nos cargos proporcionais. Analisaremos também como foi construído o financiamento das campanhas eleitorais femininas, com a obrigatoriedade da destinação de 30% dos recursos do Fundo Partidário para campanhas de mulheres e a reserva de, pelo menos, 30% do Fundo Eleitoral para o financiamento das proposituras.

Na sequência, as análises se voltam para essa realidade em Mato Grosso do Sul, passando pela criação do estado, refletindo como as mulheres fizeram parte da história, com ênfase em como elas se movimentaram dentro do campo político. A pesquisa fará um levantamento de quem foram as eleitas no parlamento estadual e federal e no poder executivo, passando pelo governo estadual e municipal.

2.1. A garantia das ações afirmativas: a Lei de Cotas e o financiamento das campanhas

O Brasil foi um exemplo de país que acatou as recomendações propostas durante a Conferência Mundial da Mulher¹⁹, realizada em 1995, na China, para alcançar a igualdade de gênero e eliminar a discriminação contra as mulheres do mundo inteiro, onde se propôs a legitimação da política de cotas por gênero em nível mundial. Aprovada em 1995, a Lei de Cotas (Lei 9.100/95), aplicada pela primeira vez nas eleições para as Câmaras Municipais, de 1996. A lei previa a destinação de 20%, no

19 Conferência mundial realizada em Pequim, que reuniu 189 delegações governamentais e mais de cinco mil representantes de ONGS, incluindo mulheres urbanas, quebradeiras de coco, trabalhadoras rurais entre outras. O objetivo foi dimensionar os avanços em relação às conferências anteriores e a permanência de situações de discriminação e inferioridade das mulheres em várias esferas da vida social, em quase todos os países. Também foram analisados os obstáculos a superar para que as mulheres tivessem condições de igualdade e pudessem exercer plenamente seus direitos. Como resultado da Conferência, houve um acordo mundial, para alcançar a igualdade de gênero e eliminar a discriminação contra mulheres e meninas no mundo inteiro, investindo na melhoria de suas condições de saúde e educação, eliminação a violência, assegurando acesso ao poder decisório, não apenas por questões de justiça e democracia, mas de sobrevivência. A agenda, com 12 eixos e objetivos estratégicos, tratava-se de um roteiro para o avanço da igualdade e do empoderamento das mulheres nos países.

mínimo, das vagas de cada partido ou coligação para o preenchimento de candidaturas de mulheres.

Outras propostas foram levantadas pelo Congresso Nacional visando a eleição de 1998, e a redação da presente lei foi aperfeiçoada e estendida às outras instâncias políticas, passando então a reserva de vagas para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, instituindo a Lei das Eleições 9.504, de 1997, com aumento do percentual para 30%, no mínimo. Araújo (2011), destaca que, na época, as cotas não tiveram um efeito positivo no quadro político, o que gerou novas tentativas de aprimorar a lei, sendo instituída a 12.034/2009 (primeira minirreforma eleitoral), mais objetiva evidenciando um ponto crucial para o fortalecimento da política: a obrigatoriedade do preenchimento de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Na mesma lei, os partidos ainda ficaram obrigados a destinar 5% do fundo partidário para ser utilizado pelas legendas no incentivo à participação das mulheres na política, com previsão de punição caso houvesse violação da regra, e ainda a reserva de 10% do tempo de propaganda partidária, fora dos anos eleitorais, para difundir a participação feminina na política institucional.

E no que a Lei de Cotas contribui, então, para o avanço da igualdade no campo político? Dados do Tribunal Superior Eleitoral das últimas eleições para as Câmaras Municipais no Brasil (2020), mostram que dos 35% das proposituras femininas, apenas 16% foram eleitas, e os números são semelhantes para as eleições de deputadas estaduais, federais e distrital. Recorrendo a Araújo (2013), a efetividade da política de cota de gênero se tornou debate recorrente de diversos autores/as, já que ela não tem alterado, significativamente, a composição do parlamento, especialmente a representação substantiva, esta que remete ao conteúdo ou à natureza dessa representação, ou seja, com eleitas que agem em relação à uma agenda pró-igualdade de gênero, com produções legislativas nas mais diversas dimensões.

Das seis prefeitas reeleitas entrevistadas para essa pesquisa, todas afirmaram que a Lei de Cotas é um avanço para o aumento da participação feminina na política institucional, mas percebe-se nas narrativas que a estrutura patriarcal do campo político é mais presente ainda dentro dos partidos políticos, que é por onde passam as estratégias e amarras para a composição de candidaturas. Muitos deles, utilizam as cotas partidárias para emplacar nomes vinculados a grupos e/ou a outros apoios e até mesmo para

potencializar candidaturas masculinas, já que há previsão legal de recursos para as proposições femininas. Nos depoimentos abaixo, as prefeitas reeleitas percebem como as cotas partidárias são tratadas pelos partidos:

(...) as cotas deram oportunidade das pessoas procurarem a mulher para ser candidata...se uma mulher não sai candidata, aí já vai diminuir o número de homens e eles não querem. Eu acredito também que tem muitos lugares, como eu já li bastante sobre isso, que a mulher sai porque a candidatura foi imposta para que o partido receba o dinheiro e assim ajudar todas. (Edileuza Lopes)

Embora a gente tenha muita resistência com mulheres para participar da política, se não existir a obrigatoriedade dessa cota, o homem jamais vai brigar para tentar convencer uma mulher a sair candidata. Ele sempre vai sair, porque não é obrigatório. Se a mulher se manifestar em sair, ok, mas se ela não se manifestar, eu também não vou atrás. E quando tornou isso obrigatório, eu, automaticamente, obrigo o homem a convencer uma mulher a sair candidata. (Marcela Lopes)

Historicamente, foi imposto às mulheres um espaço de atuação, considerado um modelo natural a ser seguido e mantido. Para mudar as concepções já solidificadas pelo *habitus*, a política de cotas surge como necessidade num cenário social de desigualdade e exclusão com o objetivo fundamental de mexer na estrutura dessas experiências coletivas, mas que infelizmente ainda é permeada pelas relações de dominação e pelo machismo.

Comin (2019) reforça que insistir na concepção de que o espaço privado é vocação biológica da mulher é insistir na suposta inferioridade e que cabem aos partidos políticos criarem meios para que as mulheres se sintam acolhidas no âmbito partidário e também questiona se as instâncias partidárias desmerecem a presença das mulheres, como se elas “fossem intrusas e tivessem arrebatado, na calada da noite, de forma ilegal, um espaço que não lhe pertence historicamente”. (Comin, 2019, p. 105)

A prefeita reeleita de Eldorado, Mara Caseiro, defendeu os percentuais de 30% tanto para cotas quanto para financiamento, pois segundo ela as mulheres ficavam muito em desigualdade. “Aí eu estou falando do Legislativo, a gente ficava muito em desigualdade de estrutura, porque a maioria das mulheres, quando foi 30%, vinha só pra cumprir a cota, né? Então, elas não se atentaram a isso e achavam que fazer a campanha era só mostrar os projetos e pedir voto”. (Mara Caseiro). Ela completa:

Aí as pessoas falaram: mas, Mara, será que precisa? Precisa sim. Nós tivemos, quando foi constituída a Lei de Cotas para a constituição das chapas, os 30%. Nós tínhamos poucas mulheres, muito poucas. Quando houve essa

obrigatoriedade, nós aumentamos o número de candidatos e, por conta disso, aumentou bem pequenininho também o número de mulheres eleitas. Aí veio o financiamento, ajudou, mas agora eu entendo que, mesmo assim, a diferença é muito grande. A desigualdade é muito grande. (Mara Caseiro)

São diversas as variáveis que trazem a diversidade dos resultados eleitorais não só no Brasil, mas em outros países da América Latina que também adotam as cotas de gênero. Nesse cenário, o Brasil ocupa o nono lugar, próxima do Chile e do Panamá, no Índice de Paridade Política criado pelo projeto ATENEA - Mecanismo para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe, vinculado à ONU Mulheres e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que analisou 40 indicadores em oito dimensões relacionadas ao tema²⁰. Conforme o resultado, a dimensão com a menor pontuação foi a das cotas, o que revela a fragilidade da medida, tanto no legislativo quanto na gestão municipal, uma vez que não há ação afirmativa que se aplique às campanhas majoritárias, incluindo o Senado, Presidência da República, governos estaduais e prefeituras. Um dos pontos levantados também foi a falta de sanção por descumprimento da lei e a sua aplicação apenas para as Câmaras Municipais, tornando-se ineficiente (ATENEA, 2020, p. 16).

A mesma aplicação do Índice se deu com foco no Brasil que, segundo o documento, traz particularidades desafiantes, como a grande quantidade de partidos políticos, com autonomia e organização concentrada nas lideranças partidárias, que em sua maioria são homens. De um total de 100 pontos, o país obteve 20 de um conjunto de cinco indicadores, com destaque para a paridade política que não aconteceu. E, novamente, de todas as dimensões, a adoção de medidas de cota ou paridade teve a pontuação mais baixa.

Araújo (2013) levantou algumas evidências que podem auxiliar na efetividade das cotas, como a criação de cotas em listas compulsórias e listas fechadas com mandato de posição, ou seja, com o estabelecimento de uma ordem de apresentação de nomes de cada sexo, já que a lista é prioridade de cada partido em eleição, além de uma legislação obrigatória e punitiva aos partidos que não cumprirem a cota. Isso poderia funcionar se o sistema eleitoral brasileiro fosse diferente, atualmente é de listas abertas, portanto, o voto do eleitor/a é no/a candidato/a, sem falar que na lei de 2009, não há

20 Documento está disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/projeto-atenea-brasil-onde-esta-o-compromisso-com-mulheres>

escrita sobre as penalidades ou multas para o partido que não cumprir a lei, sendo que os tribunais devem ser acionados para que haja julgamento.

O problema das listas abertas é que, quando se vota em candidatos/as, a eleição se torna mais difícil especialmente para as mulheres, que enfrentam também a dificuldade na distribuição dos recursos partidários, sendo esse um possível, quiçá o maior dificultador para os sucessos das eleições de mulheres no Brasil. A autora levanta que os custos para se fazer uma campanha num país de dimensão continental, juntamente com suas condições socioeconômicas desiguais, é mais complexo para a maior parte das mulheres. “O dinheiro conta. E não só conta, como é variável cada vez mais relevante nos processos eleitorais, desde o momento de eleger, mas também no momento anterior, conhecido como o do recrutamento eleitoral” (Araújo, 2013, p. 21). E a autora continua dizendo:

Então no financiamento das campanhas há diferentes interesses e atores em disputa e participando direta ou indiretamente do jogo político. Esses “vetores” estabelecem um tipo de relação ou interferência que envolvem as candidaturas, os partidos e também os governos e o Estado. Por isto, formas de intervenção que as tornem mais transparentes e democráticas seriam uma constante e um requisito a ser pensado. Em outras palavras, não se trata de problema meramente técnico, mas político, relacionado com as formas de regular, definir e controlar o financiamento na reprodução e aprimoramento da natureza democrática que a política deve ter (Araújo, 2013, p. 21).

A autora analisa eleições municipais no Brasil, concluindo que o dinheiro fez a diferença nos pleitos eleitorais, sendo que mais recursos correspondem a mais votos e mais chances de vitória. Estas são também constatações de Speck e Sachett (2011), pautando que o financiamento e o patrimônio dos candidatos têm peso nas chances de eleição. “...ter herdado ou acumulado grandes riquezas não é garantia de sucesso, mas aumenta em cinco vezes as chances de se eleger” (Speck; Sachett, 2011, apud Araújo, 2011, p. 129). Araújo conclui que a forma como esse recurso chega para as candidaturas conta muito e que as campanhas de sucesso podem estar diretamente ligadas à origem social, à trajetória política e às redes sociais nas quais as mulheres estão vinculadas. E ainda, embora constituam numericamente menos, os recursos de pessoas jurídicas são mais significativos em volume e estão mais presentes entre candidatos, ao passo que candidatas têm mais registros de doações de pessoas físicas e em menor volume, como explica Araújo.

Na média, mulheres enfrentam um conjunto de obstáculos que antecipadamente limitam suas chances, e possuem menos redes de apoio

financeiro, assim como estão menos em cargos, entre outros aspectos. Desse modo, quando ela consegue arrecadar mais de 1 milhão, ou quando já possuem tais recursos, conforme mostraram também é porque fazem parte de uma elite que passou por um filtro bastante estreito. Isto é claro ao observarmos o pequeno percentual de mulheres nessa faixa (Araújo, 2013, p. 25).

Durante a entrevista com a prefeita reeleita de Eldorado, Marta Araújo, houve um alerta para que as mulheres fiquem atentas, pois uma coisa é a legislação e outra é a aplicação da lei, a prática, e fez duras críticas aos partidos políticos que, desde a sua composição interna, onde são tomadas as decisões de pré-campanha, “poda” as mulheres das decisões importantes. E disse:

A gente tenta até mesmo, na construção do partido, dos cargos que vão nesse partido, porque você começa a ser podada, até mesmo intra partidariamente. Porque quem ocupa os cargos de direção, por exemplo, no diretório municipal, quem é essa maioria? Quais são os interesses? Porque senão vem aquela história: corre atrás das mulheres da época de registrar candidaturas porque têm que atingir, as laranjas, isso acontece. Então, os homens que vão ser candidatos por esse partido, quem que desponta? Quem tem mais chance? Será que eles vão atrás realmente de quem disputaria de igual pra igual? Ou alguém que vai compor esse número vai ajudar a eleger? (Marta Araújo)

Maria Odeth, de Caracol, destacou que as cotas incentivam as mulheres a entrarem na política, mas que há dificuldades de construir candidaturas femininas para cumprir com o percentual de 30%, uma vez que os partidos não possuem uma política de inclusão feminina, o que explica a crítica que Marta tece aos partidos que só “correm atrás das mulheres na época de registrar candidaturas”. “Tem que ser pessoas que têm uma profissão estável, uma professora, uma médica, e aqui nós não encontramos pessoas com esse perfil que poderia ajudar, que se propõe a expor esse trabalho, porque a política também é muito rotulada. Você sabe que os políticos às vezes são mal visto”. (Maria Odeth). Sandra Cassone, prefeita reeleita de Itaquiraí, foi enfática e disse que se não fossem os 30%, talvez não teria nenhuma candidata mulher. Percebemos que a lei de cotas possibilitou a entrada de mulheres na política institucional, mas ainda é frágil e coloca como urgente a criação de novas regras e mais fiscalização em cima dos partidos políticos. É necessário que o investimento maciço em proposituras femininas seja visto como algo estratégico, mesmo as candidaturas consideradas sem potencial de voto. Sandra faz uma crítica a esse ponto:

Os partidos esperam muito. Quando vai montar, chega na casa de uma pessoa, filia ela, não sabe nem se ela tem condições de fazer uma fala decente e vai lá só para cumprir os 30%. Então eu acho que nesse ponto está errado...mas ela é uma via bem complexa, porque eu já percebi que muitas vezes escolhe mulheres só para cumprir, e na hora da participação acaba

sendo um fiasco e às vezes teria alguém, teriam mulheres com mais capacidade para estar fazendo aquele trabalho e não são escolhidas. Eu vejo que a política ainda é masculinizada, ela é toda feita para homens... Eu vejo que se não colocar os 30%, de repente aparece outro problema, que é zero de mulher. Do jeito que foi criado não é bacana porque as mulheres ficam só para cumprir tabela. Em relação ao recurso de campanha, eu já fui candidata a prefeita e já fui candidata a deputada federal. E aí a briga é grande e infelizmente o recurso não chega. Ele dá umas voltas grandes e acaba. Não é todo mundo que recebe o que deveria. E isso leva as mulheres a desistir porque ela já sabe que o recurso não vai ser igual. (Sandra Cassone)

Em 2015, o Tribunal Superior Federal (STF) proibiu doações de pessoas jurídicas para campanhas eleitorais e o Fundo Eleitoral tornou-se uma das principais fontes de receita para a realização das campanhas. No Brasil, existem duas fontes de recursos públicos para o financiamento de campanhas eleitorais²¹: o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), conhecido como Fundo Eleitoral (Lei nº 13.487 e 13.488 de 2017), e o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, o Fundo Partidário (Lei nº 9.096/95 Lei dos Partidos Políticos), ambos são distribuídos via partidos políticos de forma diferente, com critérios que levam em consideração o resultado das eleições e suas representações nas casas legislativas.

Vale destacar que os recursos são liberados depois que as comissões executivas nacionais dos partidos políticos estabelecem os critérios para a sua distribuição, ou seja, todo o sistema de financiamento das campanhas fica organizado na esfera partidária, esta obrigada a reservar 30%, no mínimo, do total recebido para financiamento das campanhas femininas e agora também, proporcionalmente, para candidatos/as negros/as.

No Brasil, há também o financiamento²² de campanhas via recursos privados, com doações de pessoas físicas. O partido pode realizar doações das contribuições de seus filiados/as aos/as candidatos/as, com limites estabelecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral. O/a candidato/a ainda poderá utilizar recursos próprios em sua campanha, até o total de 10% dos limites previstos para gastos. Além disso, desde 2018, há permissão para o financiamento coletivo, desde que obedecendo aos critérios da Justiça Eleitoral.

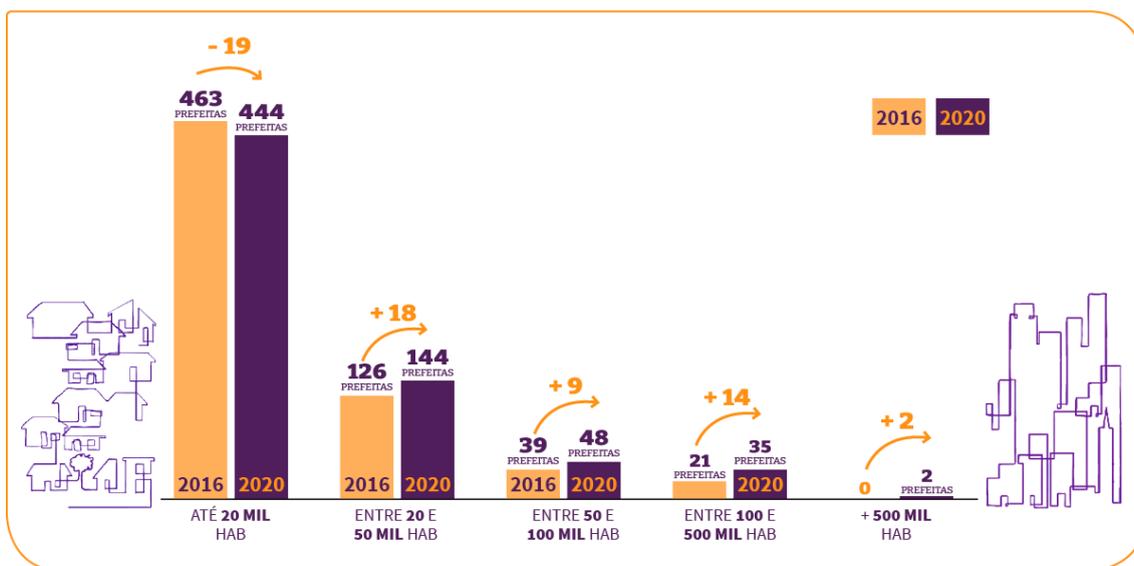
Como se vê, o peso do dinheiro recai sobre o sucesso ou não de eleições no país. Nas prefeituras brasileiras, foco dessa pesquisa, no pleito realizado em 2020, houve aumento da presença feminina nos municípios brasileiros se comparado com o pleito de

21 Informações disponíveis no site do TSE, pelo link: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias>

22 Informações disponíveis no site do Politize! <https://www.politize.com.br/financiamento-de-campanha-eleitoral-como-funciona/>

2016, sendo que o sucesso eleitoral se concentrou mais nos municípios menores que possuem entre 20 e 50 mil habitantes, mas nas grandes cidades, acima de 500 mil habitantes, somente duas capitais brasileiras, Boa Vista (RR) e Palmas (TO), elegeram uma única prefeita, conforme Censo das Prefeitas Brasileiras (mandato 2021-2024) publicado pelo Instituto Alziras.

Gráfico 2 - Evolução da eleição de prefeitas nas cidades brasileiras.



Fonte: Censo das Prefeitas Brasileiras (mandato 2021-2024), disponível em: <https://preefeitas.institutoalziras.org.br/censo/>

Portanto, o investimento em candidaturas femininas é fundamental para o enfrentamento da desigualdade de gênero na política. Pelo visto, elas possuem menos redes de apoio financeiro nas cidades maiores, que logicamente exigem mais recursos para a realização de uma campanha eleitoral. Voltando ao documento do ATENEA, a lei de cotas só será efetiva se garantir recursos para ampliar a competitividade das mulheres, apontando que “no Brasil, no entanto, não é o partido quem ordena a lista, mas o eleitorado – assim, se não houver investimento nas candidaturas femininas, elas serão menos competitivas e ocuparão as últimas posições nas listas, como historicamente vem acontecendo” (ATENEA, 2020, p. 34).

Um filtro de gênero, é o que se observa em quase todos os espaços de poder dentro das casas legislativas e comissões, dos espaços institucionais, partidos políticos e também na carreira jurídica, onde importantes decisões são julgadas. A desigualdade de gênero atravessa o campo político e uma agenda de paridade deve ser construída em

todas as instâncias e esferas para que a sub-representação feminina seja, de fato, combatida, enfrentada e superada. Em se tratando de partido político, que é o motor de funcionamento de uma eleição no Brasil, eles somam 29 siglas registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo cinco deles presididos por mulheres, incluindo o PT, presidido por Gleisi Helena Hoffmann; PCdoB, presidido por Luciana Barbosa de Oliveira Santos; PODEMOS, presidido por Renata Hellmeister de Abreu; PSOL, presidido por Paula Bermudes Moraes Coradi e o REDE, presidido por Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho.

Nesse contexto, apenas 13,3% dos partidos políticos expressam claramente compromissos estatutários com a igualdade de gênero ou não-discriminação por sexo em suas normas, conforme o ATENEA, apesar de quase todos apresentarem setoriais específicos de mulheres em suas estruturas organizativas. Vale destacar que o PSOL é o único partido com metade dos cargos da executiva ocupados por mulheres e o único com paridade em sua bancada na Câmara dos Deputados. O documento reforça:

Uma boa medida para avaliar o baixo impacto dessas secretarias de mulheres é que nenhum partido brasileiro, inclusive aqueles que têm cotas de 30% (PSB, PSDB, PDT, PCdoB, PPS, PV e REDE) ou regra de paridade interna para a ocupação de cargos de direção (PT e PSOL), garante que essas secretarias incidam sobre as decisões das seleções de candidaturas, que é uma área de disputa intensa e controlada fortemente pelas lideranças partidárias (ATENEA, 2020, p. 43).

O aprofundamento dos estudos sobre os partidos políticos no Brasil e em seus estados e municípios, sob as várias dimensões, são lacunas para futuras pesquisas. Mas, o fato das candidaturas laranja²³ deve ser abordado, principalmente quando o assunto aqui tratado é a sub-representação feminina na política institucional. Comin (2020) fez um levantamento das candidaturas com características “laranja” no Mato Grosso do Sul para proposituras à Assembleia Legislativa de MS e nas Câmaras Municipais. Segundo os estudos, de 1988 a 2016, foram levantadas 1471 candidaturas consideradas laranja de zero até 10 votos para o cargo de vereadora. Para deputada estadual, 76 delas foram apuradas em três pleitos eleitorais, de 2010 a 2018.

No início de 2024, o Tribunal Superior Eleitoral julgou o pedido de cassação do mandato do deputado estadual Rafael Tavares (PRTB-MS) por fraude eleitoral nas

²³ Candidaturas laranja são proposituras femininas usadas para preencher a cota de gênero, para cumprimento da Lei das Eleições, e também para o recebimento dos recursos dos fundos de financiamento de campanha, agora obrigatórios para candidaturas femininas. Candidatas com nenhum ou poucos votos, sem movimentação financeira durante a campanha eleitoral e com ausência de atos de campanha indicam que são laranjas utilizadas pelos partidos políticos.

eleições de 2022, pelo não cumprimento da cota de gênero utilizando proposituras femininas que tinham candidatas inelegível e sem desincompatibilização de cargo público. Ambas as proposituras também não tinham nenhum ato concreto de campanha. O mesmo foi cassado por unanimidade, mesmo sendo eleito com 18 mil votos.

Para as eleições de 2024, o TSE publicou a Súmula 73²⁴ reforçando os fatos que caracterizam uma candidatura laranja e as consequências dos atos praticados pelos partidos políticos. Em matéria publicada pelo Tribunal, em 2023 o plenário confirmou 61 práticas de fraude à cota de gênero e que em 2024, esse número passou dos 20. Conforme o texto, as decisões têm seguido um padrão: após o julgamento e a confirmação do crime, as legendas são punidas com a anulação dos votos e também recebem a cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) e dos diplomas das candidaturas. É feito um recálculo do coeficiente eleitoral e partidário e, em alguns casos, é declarada a inelegibilidade das pessoas envolvidas na fraude.

Mesquita (2022) reforça que a jurisprudência e a doutrina nacional estão pavimentando a estrada de participação feminina na política, identificando situações que caracterizam fraude e punindo os envolvidos. “Portanto, concluiu-se que é possível utilizar as ferramentas legais e judiciais para aprimorar a participação feminina na política e, com isso, aperfeiçoar nossa democracia” (Mesquita, 2022, p. 102) e como os juízos e tribunais eleitorais estão decidindo sobre as Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE).

Em 2018, a Ministra do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, Cármen Lúcia, instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, publicado na resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 255/2018²⁵. Pinheiro (2022) ressalta a importância de julgamentos sempre orientados por uma perspectiva de gênero e afirma que “(...) as mulheres, em todas essas situações, qualificam-se como vítimas, de sorte que o olhar fundamental do julgador deve se dirigir não a elas (que são vítimas e não objeto de prova) e a seus comportamentos, mas sim aos atos praticados por dirigentes partidários, nesse lamentável movimento de entronização do alijamento feminino dos espaços de poder” (Pinheiro, 2022, p. 55).

24 Súmula 73 disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/sumulas/sumulas-do-tse/sumula-tse-n-73>

25 Resolução disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2670>

A autora trata a fraude à cota de gênero também como violência política que pode ser perpetrada nos termos do Código Eleitoral, como também nos termos do Código Penal, ou seja, se considerado como uma violência política eleitoral e como violência política mais grave, cometida contra qualquer pessoa, com objetivo de cerceamento de direitos políticos. Isso significa que a fraude à cota, bem como a inviabilização da candidatura feminina podem também configurar crime de violência política de gênero, a depender dos comportamentos adotados pelos dirigentes partidários no esvaziamento das pretensões femininas. Nesse sentido, para Pinheiro, a fraude é reflexo da secular dominação masculina na política partidária brasileira, sendo que a toxidade e a violência do ambiente político em relação às mulheres representam a outra face da supremacia masculina nos espaços de poder.

O intransigente combate a tais comportamentos, ainda naturalizados, é pressuposto necessário ao aprimoramento da própria experiência democrática brasileira. Os julgamentos dessas temáticas devem se dar sempre na perspectiva de que as mulheres se qualificam invariavelmente como vítimas, o que afasta seus comportamentos e atos do escrutínio judicial, que deve se voltar aos responsáveis pelo esvaziamento dos papéis e das candidaturas femininas, em regra, dirigentes partidários (Pinheiro, 2022, p. 56).

Em suma, a efetividade das cotas por gênero na política brasileira, bem como do financiamento das campanhas de candidaturas femininas, são políticas valorosas, estabelecidas para que a paridade na política institucional seja, de fato, realidade e deverão ser periodicamente, objeto de vigilância para que esse modelo representativo que garante a diversidade social nos espaços de poder continue a ser mantido e não descredibilizado e/ou invisibilizado. Com isso, será mantido o *status quo* dos papéis sociais que se estruturam há séculos, principalmente junto àquelas mulheres que desejam exercer seus direitos políticos.

A expectativa da Proposta de Emenda Constitucional (PEC 98/2015) será mais um avanço para a igualdade de gênero na política, mas a sua tramitação está parada na Câmara dos Deputados desde 2020. A PEC propõe reservar um percentual mínimo de assentos para mulheres nos parlamentos nacional, estadual e municipal. Em requerimento, a deputada Maria do Rosário (PT/RS)²⁶ e outras doze deputadas solicitaram a inclusão da proposta para apreciação dos parlamentares e ainda esperam a continuidade do processo.

26 Requerimento disponível para leitura em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/pron_mostrarintegra?codteor=1941466

Acompanhamento da PEC 98/15 pelo link: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pec-98-2015-sf>

E, ao mesmo tempo que avança, a política brasileira retrocede, como por exemplo com a implantação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Anistia²⁷ 9/23, do deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), que propõe perdoar dívidas dos partidos políticos que cometeram infrações eleitorais pelo descumprimento de cotas para mulheres e pessoas negras, eximindo as legendas da responsabilidade.

2.2. A correlação de forças na criação de Mato Grosso do Sul

De acordo com o conceito de estado capitalista²⁸, que é compreendido na formação do Estado Brasileiro, desde o período do Brasil República, a mesma lógica de estruturação é mantida quando passamos a conhecer a formação dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Para entender a origem e a necessidade de formação do Estado, é necessário trazer à cena primeiramente como se deu a relação de direitos ao longo do tempo, que alteraram significativamente as concepções de propriedade, e como se deram as relações das forças econômicas. E é essa relação que prevalece ao longo do tempo na construção do Brasil e na regionalização do poder, com a criação dos estados brasileiros.

Poulantzas (1978) afirma que no que se refere à dominação política, ela só leva a banalidades dogmáticas do gênero: “todo Estado é um Estado de classe; toda dominação política é uma ditadura de classe; o Estado capitalista é um Estado da burguesia; o Estado capitalista em geral, e todo Estado capitalista em particular, são uma ditadura da burguesia” (Poulantzas, 1978, p. 143). Num primeiro projeto que se estabelecia uma democracia “moderna” no Brasil República, os interesses das classes dominantes da época foram legitimados, ou seja, a democracia moderna se estabeleceu como um projeto de classe. E essa estrutura se afirma nas relações de produção aliadas a forças econômicas que ocuparam a política e fizeram dela um poderoso instrumento de governo. O que se observa a partir de então é a criação de um Estado que surge para garantir os interesses dessa classe dominante, incluindo a propriedade privada, e a

²⁷ PEC da Anistia já foi aprovada pelo Congresso Nacional. Informações em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2352476>
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2024-08/promulgada-pe-c-que-anistia-partidos-politicos-por-desrespeito-cotas>
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pec-da-anistia-senado-aprova-em-1o-turno-proposta-qu-e-beneficia-partidos-politicos/>

²⁸ O Estado capitalista representa não diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas os seus interesses políticos: ele é o centro do poder político das classes dominantes na medida em que é o fator de organização da sua luta política.

produção para o mercado, que se mantém como um organizador de seus próprios interesses a longo prazo, instituindo assim uma relação de força e poder.

Essas relações, que se dão especialmente, por meio da produção dividem a classe dominante em frações, conforme às suas especificidades de classes, mas mesmo assim todas compõem o núcleo estrutural do Estado, ou seja, o bloco de poder é o que vai imperar no controle das classes dominadas e nas relações de produção e de divisão do trabalho. O Estado é compreendido então como condensação de uma relação. “O Estado, sua política, suas formas, suas estruturas, traduzem, portanto, os interesses da classe dominante não de modo mecânico, mas através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento” (Poulantzas, 1978, p. 149).

O autor descreve que, mesmo nos diferentes formatos de Estado coisa e Estado sujeito, que ele classifica numa chamada relação de exterioridade, esse Estado desempenha funções que sempre vão atender aos blocos de poder, independente de como eles estejam formados. “O Estado é constituído-dividido e lado a lado pelas contradições de classe. As contradições de classe constituem o Estado, presentes na sua ossatura material, e armam assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado” (Poulantzas, 1978, p. 152).

No Brasil República, as oligarquias agrárias integravam os blocos de poder, especialmente as cafeeiras, estas governaram o país por meio de criação de acordos e alianças para a então chamada regionalização do poder que se entendia para a formação dos estados brasileiros. Só participava da dominação política quem estava presente no Estado e foram e ainda são meios para articulações onde ocorre seu funcionamento e a sua organização. Franco (2009), destaca que a República se estabeleceu no Brasil num contexto de pouca unidade política, sem um ideal consolidado na sociedade brasileira que servisse de alicerce para as suas ideias e práticas. “Nasceu, ainda, em meio a uma sociedade extremamente fragmentada, que havia deixado há pouco de ser escravista e que não incorporou adequadamente negros, índios e pobres em geral ao novo regime de governo” (Franco, 2009, p. 27).

A longo prazo, essa relação de forças fez com que o Estado se mantivesse no interesse político das classes e dos blocos de poder, mesmo que esses integrem

micropolíticas diversificadas, e uma dessas estratégias estabelecidas no Brasil República foram as relações de dominação especialmente no campo político. O chamado coronelismo se instaurou no princípio da república, se estendendo para os estados e promovendo permanência dos presidentes e de seus grupos políticos pelo interior do Brasil, mantendo o domínio político e econômico sobre a população. Queiroz (1977), explica que essa constituição via grupos de parentela e suas alianças, foi e é um aspecto essencial da estrutura política do Brasil.

A multiplicidade dos coronéis é, assim, o aspecto essencial, a originalidade da estrutura política do Brasil, na Primeira República, traço que se prende diretamente à estrutura sócio-econômica tradicional do país, fundamentada em grupos de parentela que são ao mesmo tempo grupos de parentesco de sangue com suas alianças, e grupos de associados econômicos-políticos [...] O coronelismo se integra, pois, como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro (Queiroz, 1977, p. 159).

É preciso entender que ao mesmo tempo em que o Estado é um campo de atuação e articulação, ele também serve de instrumento estratégico onde se executam táticas muito racionais hegemônicas que estão enraizadas dentro de uma estrutura capitalista de poder. Poulantzas (1978) denomina tais estratégias como cadeia de subordinação que se cristaliza dentro de um funcionamento estrutural de Estado, abarcando os interesses dos blocos de poder, mesmo que fracionados, colocando sempre a ação política em favor da sua hegemonia, conseqüentemente da hegemonia do capital, de seus interesses próprios e/ou de suas forças econômicas. “O Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico. Essa permutação do papel dominante entre os aparelhos dada a rigidez dos aparelhos de Estado, que os torna refratários a uma simples manipulação por parte da burguesia, não se faz certamente do dia para a noite, mas acompanha um processo mais ou menos longo” (Poulantzas, 1978, p. 160).

Para entender a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, há de se percorrer a criação do Estado de Mato Grosso, que por meio de seus blocos de poder, também buscou a conquista de seus espaços, territórios e interesses específicos fazendo do campo político um espaço estritamente relacional. Mato Grosso era uma região de minas e foi elevada à condição de Capitania em 1749, servia à Colônia e à época foi ocupada por fortificações militares, marcando a presença luso-brasileira no território, com a implantação do Forte Coimbra, na região de Corumbá, e do forte de Miranda que deram início ao processo de ocupação da região, o que implicou num

redimensionamento e redistribuição das forças econômicas e políticas desse território. O Mato Grosso se tornou, então, um lugar de organização estratégica de classes e também um espaço de exercícios de poder.

Por meio da exploração de minério com aval e aporte da Coroa, Mato Grosso reordenou suas forças produtivas com atividades substitutivas, incluindo aí a exploração da terra, com o que constituiu um importante processo de rearranjo econômico e político do norte do Estado, formando novas lideranças locais. E como em todas as sociedades capitalistas, esse bloco econômico que se apropria do território, das forças de produção, das relações de trabalho e dos privilégios junto aos poderes, especialmente dos poderes militares, judiciais e políticos, também se interrelacionam com as classes. Franco (2009) explica que esse redimensionamento da atividade econômica em Mato Grosso possibilitou o surgimento de novas camadas de dirigentes, que foram os proprietários de terras, comerciantes, usineiros de açúcar e profissionais liberais, como por exemplo, médicos e advogados, “que aglutinaram em torno de seus respectivos núcleos de influência, as camadas menos abastadas da população, gradativamente angariando algum poder, ou seja, dando forma ao chamado coronelismo” (Franco, 2009, p. 26).

Wood (2009) afirma que a democracia moderna surge então para legitimar o interesse dessa classe dominante se ocupando da política e fazendo dela um instrumento de dominação e poder, e de governo, se tornando um projeto de classe e denominando essa dinâmica como leis de movimento. “E esses imperativos, por sua vez, significam que o capitalismo pode e deve constantemente se expandir de maneiras e em graus que outras formas sociais desconheciam - permanentemente acumulando, buscando novos mercados, impondo seus imperativos em novos territórios e em novas esferas da vida, em seres humanos e sobre o meio ambiente” (Wood, 2000, p.14).

Os traços dessa história de ocupação foram o uso da violência armada, a falta de unidade política e a falta também de manter uma estratégia para uma relação de forças de Mato Grosso junto à República. Esse sistema relacional de poder político e econômico se fazia presente mais na região de Corumbá e de Campo Grande, ambas as cidades responsáveis pelo comércio, especialmente de gado, e que atendia aos países da bacia do Prata, incluindo Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai. Esse bloco de poder também influenciou comercialmente as regiões de Miranda, Aquidauana e Coxim. Se formara no Estado então uma nova aristocracia agrária, dependente do mercado e da

terra. Essa atividade comercial e portuária do porto de Corumbá elevou a cidade e a região a um espaço político significativo no cenário estadual. Em meio à instabilidade da política nacional com o novo regime de governo no país e suas disputas e fragmentações, Corumbá e Cuiabá viveram situações semelhantes no ambiente regional, marcadas por conflitos e disputas pelo poder local. O poder era centralizado na mão de algumas famílias/grupos, os famosos “coronéis”.

Corrêa (1995) reafirma que a ideia de que a política mato-grossense girava em torno dos interesses pessoais e não dos ideais republicanos, destacando que houve na época a multiplicação das siglas partidárias e logo acabavam, para acomodar as mais diversas situações que implicavam uma mudança repentina nas frágeis relações político-partidárias que se estabeleciam em Mato Grosso. Segundo o autor, do início da República até o início dos anos 1920, surgiram nada menos que dezessete siglas partidárias no Estado.

Foram muitos anos, em que as disputas pelos espaços políticos em Mato Grosso giraram em torno de famílias específicas, compostas por uma elite agrária que se alternava no poder sob o comando de Generoso Ponce e de Joaquim Murinho. Esse período foi marcado por instabilidade e disputas e também pela ausência de interferência do governo federal nas relações regionais. Novas lideranças começaram a se formar no Sul do Estado que buscavam também participação na vida política mato-grossense e um novo cenário começou a ser delineado, especialmente com a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, ocorrida em 1914.

A ferrovia, construída com finalidades geopolíticas, influenciou o panorama da economia local, particularmente a do sul de Mato Grosso e, por conseguinte, isso acabou se refletindo no campo político. Primeiro, porque redimensionou o fluxo comercial da região, antes ligado, sobretudo, à região platina, em razão do comércio realizado através do rio Paraguai e do Porto de Corumbá; depois porque, com a ferrovia, cidades como Aquidauana e Três Lagoas começaram a se desenvolver e a ter Campo Grande como referência imediata. Observa-se ainda a influência econômica que o estado de São Paulo passou, aos poucos, a exercer sobre o sul de Mato Grosso (Franco, 2009, p. 35).

Nesse caminho de contextos nacionais e regionais, marcado por conflitos de interesse políticos e econômicos, foi criado, em 1977, o Estado de Mato Grosso do Sul, com forte base nas oligarquias agrárias vinculadas ao agronegócio e empresariais. Os blocos de poder eram formados com configuração masculina de autoridade, desconsiderando as relações de gênero na política. Nesse cenário de correlação de

forças econômicas, a política em Mato Grosso do Sul serviu de instrumento de famílias detentoras de blocos de poder numa chamada “masculinização histórica”, sustentada até os dias atuais, gerando um colonialismo estruturado que se reproduz e se perpetua. Recorrendo a Comin (2019), Mato Grosso do Sul é sujeito do colonialismo em suas relações sociais, econômicas, na ciência e na política.

Para o entendimento da discussão, consideramos o contexto histórico-cultural das relações brasileiras que ainda perduram e mantêm a ordem patriarcal dominante, manifesta na distribuição de quem ocupa os espaços públicos e privados, isto é, configurando as relações de poder. Acreditamos que a partir da apresentação de algumas das características de Mato Grosso do Sul compreenderemos os desdobramentos econômicos e políticos no Estado, e de como esses foram e ainda são elementos do patriarcado e presentes nas relações de gênero (Comin, 2019, p. 25).

Quijano (2005) destaca que essa estrutura de poder colonialista aparece desde a conquista do território americano por europeus, quando foi construída uma identidade sob um padrão de poder e controle, especialmente sobre a construção das questões de raça e gênero.

Forçaram - também em medida variáveis em cada caso - os colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa. É este o caso da religiosidade judaico-cristã. Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura (Quijano, 2005, p. 121).

Sob análise do mercado, a mesma estrutura de colonialidade e correlação de forças econômicas, Borón (2001) descreve que esse formato de estruturação capitalista na América Latina, a partir da década de 1970, traz exclusões de diversas naturezas, que impediram a participação das categorias sociais no processo de construção da democracia, especialmente a participação das mulheres. Para ele, o mercado obedece a uma lógica em que os grupos beneficiados por seu funcionamento, “o que faz de cima para baixo com critérios diametralmente opostos aos que presidem a constituição de uma ordem democrática” (Borón, 2001, p. 177).

Portanto, Mato Grosso do Sul seguiu essa mesma lógica colonialista dentro da construção do Estado e dentro das representações na política. As mulheres que conseguiram se destacar ao longo dos 48 anos de história, em sua maioria são oriundas dessas autoridades masculinas, sendo elas parte de famílias de oligarquia agrária, de

bloco de poder que, aparentemente ou quase, nunca desapareceram do poder. E, mesmo que a história de luta feminina por espaço, mesmo que no estabelecimento de políticas públicas com seus instrumentos e leis que garantem uma maior participação das mulheres na política institucional, o Estado coisa e o Estado sujeito se articulam numa estrutura desigual e continuam a manter seus interesses, congregando forças nas relações de poder, a partir dessas autoridades masculinas.

É esse mesmo Estado que cria suas políticas para garantir direitos sociais e de cidadania, numa trajetória de sobreposição de uma classe sobre a outra. Como cita Pereira (2020), o Estado cria suas formas de regulação social regidas por justificativas morais e ideológicas, legalmente amparadas, nem sempre favoráveis aos mais necessitados.

A política social por não ser só uma forma de regulação, mas um processo dinâmico resultante da relação conflituosa entre interesses contrários, predominante de classes, tem se colocado, como mostra a história, a serviço de quem maior domínio exercer sobre ela. É por isso que - vale insistir -, dependendo dos regimes políticos prevaletentes, da organização das classes dominantes e dos paradigmas teóricos vigentes, a política social pode representar ganhos para os dominados e, ao mesmo tempo, constituir para este um meio de fortalecimento de poder político (Pereira, 2020, p. 87).

Há 48 anos, o Estado de Mato Grosso do Sul vem mantendo sua lógica de funcionamento dentro de um Estado coisa e um Estado sujeito e ao longo da história do Brasil e da própria criação do Estado de Mato Grosso, essa estrutura de organização do poder se mantém. Esse trajeto de construção da sociedade sul-mato-grossense afetou diretamente representações, especialmente no cenário político institucional, em que famílias tradicionais mantêm correlações de forças, num processo contínuo, desigual e antidemocrático, conforme veremos na sessão seguinte. Nesse sentido, Comin (2019) sinaliza:

Neste jogo, o Estado é a peça chave na mediação entre o patriarcado e o capitalismo, os quais em conjunto exercem opressão e exploração. É extremamente complexo se pensar no acesso aos espaços de poder de forma representativa pela parcela feminina. Quando se vive em um país com níveis elevados de desigualdade, pobreza, miséria, fome, violência, desemprego, falta de aparato do estado, racista, homofóbico, e onde existe um grande número de mulheres que são chefes de família e precisam, em primeiro plano, prover o sustento dos/as filhos/as (...) O Estado se apresenta como aparentemente neutro neste cenário, o que esconde seu caráter predominantemente masculino e produtor de práticas sociais segundo os valores destes. Desta maneira, a ordem estabelecida ocorre por meio da dominação masculina, onde as mulheres têm menos acesso ao poder e aos bens materiais (Comin, 2019, p. 46).

2.3. As mulheres na política institucional de Mato Grosso do Sul

Conforme dados do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS), o eleitorado feminino no Estado corresponde a 52%, o que não quer dizer que elas somam esse percentual nos espaços da política institucional, incluindo prefeituras, câmaras municipais, assembleia legislativa e governadoria. O Estado teve sua primeira legislatura instalada em 1978, período da Ditadura Militar, onde foram eleitos 18 deputados homens para a Assembleia Constituinte do Estado²⁹, assumindo a presidência o deputado Londres Machado³⁰, que deu início ao trabalho de elaboração da primeira constituição de Mato Grosso do Sul, tendo como relator geral Ramez Tebet. Em junho de 1979, foi promulgada então a Carga Magna, passando então de Assembleia Constituinte para a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

Na segunda legislatura (1983-1987), foram eleitos outros 24 parlamentares, todos homens. Somente oito anos depois, na terceira legislatura (1987-1991), Mato Grosso do Sul elegeu as duas primeiras deputadas estaduais: Marilene Moraes Coimbra (PDS) e Marilú Segatto Guimarães (PFL). Nas 12 legislaturas para a Assembleia Legislativa de MS, ou seja, nos 48 anos de existência do parlamento, apenas 11 mulheres compuseram as cadeiras estaduais dos 24 assentos para cada legislatura. Foram elas:

Quadro 5: Relação das deputadas estaduais em MS de 1979 a 2027:

Legislatura	Deputadas eleitas	Partido
1ª Legislatura (1979-1983)	não teve eleita	
2ª Legislatura (1983-1987)	não teve eleita	
3ª Legislatura (1987-1991)	Marilene Moraes Coimbra Marilu Segatto Guimarães	PDS PFL
4ª Legislatura (1991-1995)	Marilene Moraes Coimbra (eleita suplente e assumiu o mandato durante a legislatura)	PDS

²⁹ Primeira legislatura (1979-1983) onde foram eleitos pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Alberto Cubel Brull, Ary Rigo, Horácio Cerzósimo de Souza, Londres Machado, Osvaldo Ferreira Dutra, Paulo Roberto Capiberibe Saldanha, Ramez Tebet, Rudel Espindola Trindade, Valdomiro Alves Gonçalves, Walter Benedito Carneiro e Zenóbio Neves dos Santos. Foram eleitos pelo Movimento Democrático Nacional (MDB), Cecílio de Jesus Gaeta, Getúlio Gideão Bauermeister, Odilon Massahitsi Nacasato, Onevan José de Matos, Roberto Moaccar Orro, Sérgio Manoel da Cruz e Sultan Rasslan.

³⁰ Londres Machado ainda é deputado estadual em Mato Grosso do Sul e é o atual recordista brasileiro de legislaturas consecutivas. Em todos os pleitos disputou o mesmo cargo estadual.

5ª Legislatura (1995-1999)	Celina Martins Jallad	PMDB
6ª Legislatura (1999-2003)	Celina Martins Jallad	PMDB
7ª Legislatura (2003-2007)	Bela Barros (eleita suplente e assumiu o mandato durante a legislatura) Celina Martins Jallad Simone Tebet	PDT PMDB PMDB
8ª Legislatura (2007-2011)	Celina Martins Jallad (eleita suplente e assumiu o mandato durante a legislatura) Dione Hashioka	PMDB PSDB
9ª Legislatura (2011-2015)	Dione Hashioka Mara Caseiro	PSDB PTdoB
10ª Legislatura (2015-2019)	Antonieta Amorim Grazielle Machado Mara Caseiro	PMDB PR PTdoB/PSDB
11ª Legislatura (2019-2023)	não teve eleita	
12ª Legislatura (2023-2027)	Gleice Jane (eleita suplente e assumiu o mandato durante a legislatura) Lia Nogueira Mara Caseiro	PT PSDB PSDB

Fonte: Dados extraídos do site da AL/MS e sistematizados pela autora, disponível em: <https://www.al.ms.gov.br/Paginas/1/historia#>

Informações retiradas de matérias que veicularam na imprensa sul-mato-grossense e dos portais oficiais da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Câmara Federal e Senado Federal³¹ sobre as eleitas, Marilu Guimarães deixou o mandato na AL/MS para assumir a vice-prefeitura de Campo Grande, juntamente com Lúdio Coelho, prefeito eleito na época. Em 1990, assumiu a vaga na Câmara Federal, sendo a primeira deputada federal eleita por MS, onde ficou por dois mandatos, de 1991-1995 e de 1995-1999. Marilu Guimarães era bailarina, educadora física e

³¹ Jornal Campo Grande News (<https://www.campograndenews.com.br/>) / G1 MS (<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/>) / Jornal Midiamax (<https://midiamax.uol.com.br/>) / Jornal MS Notícia (<https://www.msnoticias.com.br/>) / Jornal Folha de São Paulo (<https://www.folha.uol.com.br/>) / Jornal CNN (<https://www.folha.uol.com.br/>) / Assembleia Legislativa de MS (<https://al.ms.gov.br/>) / Câmara Federal (<https://www.camara.leg.br/>) / Senado Federal (<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>)

jornalista, atuando como apresentadora de um programa de televisão em Mato Grosso do Sul. A família era de classe média, mas os pais não pertenciam à política estadual.

Marilu Guimarães chegou em Brasília em 1991 e integrou mais de 20 comissões. Para ser ouvida, mudou o seu jeito de se vestir e enfrentou o machismo da Câmara dos Deputados e na própria cidade, em Campo Grande, enfrentou xingamentos do tipo: “galinha, piranha” e também exposição de fotos no palco, durante um pas-de-deux. Em entrevista a um site da capital³², ela disse: “Isso, nos anos 90, na cabeça dos políticos, poderia comprometer a minha candidatura. Estar de malha e fazendo um patedê era coisa de galinha. Um machismo muito forte. Uma violência moral, escrita em todos os lugares, que levou um tempo para sair de mim”. Ela ajudou outras deputadas a construir a Frente Parlamentar Feminina do Congresso Nacional e levantou bandeiras consideradas dos partidos de esquerda, como a igualdade de direitos para as mulheres e a preservação do meio ambiente.

Marilene Moraes Coimbra é artista plástica e docente. Filha de militar, foi vereadora por Campo Grande, capital do Estado, deputada estadual por dois mandatos e Secretária de Turismo da Prefeitura de Campo Grande. Marilene é viúva de Albino Coimbra, advogado e dentista, que foi vereador e deputado federal por MS, de 1983 a 1987. Já Celina Martins Jallad era filha do ex-governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins e foi casada com o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, Abdalla Jallad. Era empresária do ramo do agronegócio e também foi conselheira do Tribunal de Contas do Estado, após os mandatos na Assembleia Legislativa.

Simone Tebet é advogada e filha de Ramez Tebet, político estadual. Depois de passar pela AL/MS, foi eleita prefeita e reeleita de Três Lagoas e vice-governadora em 2011, na gestão de André Puccinelli. Foi eleita Senadora por MS, onde liderou a bancada feminina, tornando-se a presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher e também a primeira a presidir a Comissão de Constituição e Justiça. Foi a primeira mulher a se candidatar à presidência do Senado e também foi candidata à presidência do Brasil.

³² Matéria completa sobre Marilu Guimarães, disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2023/marilu-guimaraes-foi-1a-deputada-de-ms-em-brasilia-mas-disputando-a-prefeitura-encarou-o-machismo/>

Dione Hashioka é dentista e foi servidora pública nos municípios de Batayporã e Nova Andradina. É esposa do ex-prefeito de Nova Andradina, o médico Roberto Hashioka Soler.

Mara Caseiro também é dentista e foi servidora do município de Itaquiraí e Eldorado. Seus pais são agricultores e ela ingressou na política como candidata a vice-prefeita de Eldorado, não sendo eleita. Depois, entrou para a Câmara Municipal da cidade, onde foi presidente da casa, foi prefeita eleita e reeleita por Eldorado, até chegar ao legislativo estadual. Antonieta Amorim é ex-esposa do médico e também político Nelson Trad Filho e filha de empresários da cidade de Campo Grande. É artista plástica e comandou a Secretaria Municipal de Ações Sociais e Cidadania de Campo Grande, onde iniciou suas estratégias para ser suplente de Senador, sendo eleita juntamente com o candidato ao Senado pelo PMDB, Waldemir Moka.

Grazielle Machado é filha de Londres Machado, recordista brasileiro de legislaturas consecutivas na política estadual, e de Ilda Machado, prefeita por quatro vezes de Fátima do Sul. É empresária e professora e já ocupou o cargo de vereadora de Campo Grande por três mandatos. Já Gleice Jane é professora da rede estadual de ensino e sindicalista em Dourados e Lia Nogueira é advogada e jornalista atuando por mais de 20 anos no jornalismo de Mato Grosso do Sul, em importantes emissoras de rádio e televisão. Gleice e Lia não possuem parentesco com políticos estaduais.

Já para a Câmara Federal, somente nas eleições de 1990 é que uma mulher ocuparia a vaga por Mato Grosso do Sul. Apesar da evolução da bancada feminina na Câmara, passando de 1 mulher eleita em 1933, para 91 eleitas em 2022³³, foram eleitas por Mato Grosso do Sul:

Quadros 6 - Relação das Deputadas Federais eleitas por Mato Grosso do Sul:

Legislatura	Deputada Eleita	Partido
49ª Legislatura (1991-1995) 50ª Legislatura (1995-1999)	Marilu Guimarães	PTB

³³ Informações disponíveis no Portal da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/noticias/546180-a-representacao-feminina-e-os-avancos-na-legislacao/>

50ª Legislatura (1995-1999) 51ª Legislatura (1999-2003)	Marisa Serrano	PSDB
55ª Legislatura (2015-2019) 56ª Legislatura (2019-2023)	Tereza Cristina	DEM PP
56ª Legislatura (2019-2023)	Rose Modesto	UNIÃO
57ª Legislatura (2023-2027)	Camila Jara	PT

Fonte: Câmara Federal e sistematizados pela autora

Apenas cinco mulheres foram eleitas para a composição no parlamento federal, em 48 anos de existência de MS, contrapondo com os 47 parlamentares homens. Marisa Serrano é professora universitária e foi uma das primeiras vereadoras mulheres a ocupar a Câmara Municipal de Campo Grande, isso em 1977. Também foi vice-prefeita na cidade, Secretária de Estado de Educação em 1980 e concorreu ao cargo de governadora do Estado, em 2002, não sendo eleita. Foi a primeira mulher a ocupar a vaga no Senado Federal e encerrou a carreira pública no Tribunal de Contas do Estado de MS.

Tereza Cristina é engenheira agrônoma e empresária. No governo de André Puccinelli, foi Secretária de Desenvolvimento Agrário da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo de MS. Em 2018, foi líder da bancada ruralista e responsável pela aprovação do projeto de lei que regulamenta o processo de registro de agrotóxicos no Brasil. Integrou também o governo de Jair Bolsonaro, assumindo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É bisneta de Pedro Celestino e neta de Fernando Corrêa da Costa, governadores e senadores do Estado de Mato Grosso, à época.

Rose Modesto é professora e foi eleita e reeleita vereadora de Campo Grande; foi vice-governadora de Mato Grosso do Sul de 2015 a 2019, no governo de Reinaldo Azambuja, onde ocupou a Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho de MS. Já disputou a prefeitura de Campo Grande no pleito de 2016 e 2024 e a vaga para governadora, em 2022, não sendo eleita em nenhum dos pleitos. Rose Modesto é irmã do professor Rinaldo Modesto, que também já foi vereador e deputado estadual em MS.

Camila Jara foi eleita a vereadora mais jovem de Campo Grande, em 2021, sendo a única na Câmara Municipal nessa legislatura. Ela é cientista social e o pai, jornalista e sindicalista Gerson Jara, foi assessor de imprensa do ex-governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT.

O percurso até o Senado Federal não foi diferente. Somente depois de seis eleições, em 2006, o Mato Grosso do Sul elegeu a sua representante mulher, a então Senadora Marisa Serrano, e oito anos depois Simone Tebet. As mulheres no Senado Federal por MS foram:

Quadro 7 - Mulheres eleitas para o Senado Federal por MS:

Legislatura	Senadoras	Partido
53ª e 54ª Legislaturas 2007-2011	Marisa Serrano	PSDB
55ª e 56ª Legislaturas 2015-2023	Simone Tebet	PMDB
56ª e 57ª Legislaturas 2019-2027	Soraya Thronicke	PSL PODEMOS
57ª e 58ª Legislaturas 2023-2031	Tereza Cristina	DEM PP

Fonte: Senado Federal e sistematizado pela autora

Apenas quatro mulheres ocuparam as vagas no Senado Federal ao longo da história, contrapondo os 12 homens eleitos para os pleitos. Soraya Thronicke é advogada e foi candidata à presidência da república nas últimas eleições. Apoiou Jair Bolsonaro e, em 2019, foi eleita presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. É considerada conservadora e tem como lema a defesa pelo Brasil, o cuidado da família e o fomento ao progresso. O Mato Grosso do Sul não teve nenhuma mulher eleita para o governo estadual e apenas duas eleitas como vice-governadoras: Simone Tebet e Rose Modesto.

As prefeitas eleitas em Mato Grosso do Sul somam 67 mulheres, correspondentes aos pleitos de 1982 a 2024.

Quadro 8 - Prefeitas eleitas em Mato Grosso do Sul de 1982 a 2024.

Ano da eleição	Prefeita	Município	Partido
1982	Marieta Pereira de Souza Neusa Paulino Maia	Angélica Brasilândia	PDS PDS
1988	Não houve eleição de mulheres na prefeitura		
1992	Neusa Paulino Maia	Brasilândia	PDS
1996	Dorcelina Folador Edileuza de Andrade Lopes Dias Marieta Pereira de Souza Marilza Maria Rodrigues do Amaral Myriam Conceição Silvestre dos Santos	Mundo Novo Rochedo Angélica Brasilândia Porto Murtinho	PT PFL PDT PPB PT
2000	Edileuza de Andrade Lopes Dias Elizabeth de Paula Pereira Almeida Mara Elisa Navacchi Caseiro Marilza Maria Rodrigues do Amaral Nair Branti	Rochedo Miranda Eldorado Brasilândia Douradina	PFL PT PDT PPB PSDB
2004	Eledir Barcelos de Souza Elizabeth de Paula Pereira Almeida Ica Corral Mendes Domingos Ilda Salgado Machado Mara Elisa Navacchi Caseiro Maria Odeth Constância Leite dos Santos Nair Branti Sandra Cardoso Martins Cassone Simone Nassar Tebet Vera Regina Dalcin Baur	Santa Rita do Pardo Miranda Nioaque Fátima do Sul Eldorado Caracol Douradina Itaquiraí Três Lagoas Glória de Dourados	PT PT PMDB PR PDT PL PSDB PT PMDB PL
2008	Dinalva Garcia Lemos de Moraes Mourão Eledir Barcelos de Souza Ica Corral Mendes Domingos Ilda Salgado Machado Maria Odeth Constância Leite dos Santos Marta Maria de Araújo Maura Teodora Jajah Sandra Cardoso Martins Cassone Simone Nassar Tebet Veronica Ferreira Lima	Coxim Santa Rita do Pardo Nioaque Fátima do Sul Caracol Eldorado Pedro Gomes Itaquiraí Três Lagoas Taquarussu	PMDB PT PMDB PR PL PT PMDB PT PMDB PR
2012	Carla Castro Rezende Diniz Brandão Isabel Cristina Rodrigues Juliana Ferreira Almeida Marcia Maria S.da Costa Moura Paula Maria das Dores de Oliveira Viana Marta Maria de Araújo Nilcéia Alves de Souza Nilza Ramos Ferreira Marques Rosângela Silva Baptista	Terenos Juti Miranda Três Lagoas Deodópolis Eldorado Coronel Sapucaia Novo Horizonte do Sul Porto Murtinho	PP PT PT PRB PT PT PT PTdoB PMDB
2016	Délia Razuk Elizângela Martins Biazotti Ilda Salgado Machado	Dourados Juti Fátima do Sul	PR PMDB PR

	Marcela Ribeiro Lopes Marceleide Hartemamm Pereira Marques Marlene de Matos Bossay Patrícia Denerusson Nelli	Corguinho Antônio João Miranda Iguatemi	PSDB PMDB PMDB PSDB
2020	Clediane Areco Matzenbacher Gerolina da Silva Alves Ilda Salgado Machado Marcela Ribeiro Lopes Rhaiza Rejane Neme de Matos *Vanda Cristina Camilo	Jardim Água Clara Fátima do Sul Corguinho Naviraí Sidrolândia	DEM PSD PR PSDB PSDB PP
2024	Adriane Lopes Cileide Cabral Clarice Ewerling Elaine Soligo Fabiana Maria Lorenci Gerolina da Silva Alves Girleide Rovani Márcia Amaral Maria Lurdes Portugal Niágara Kraievski Nair Branti Rosária de Fátima Ivantes Wanderleia Caravina	Campo Grande Jateí Sonora Aral Moreira Eldorado Água Clara Bodoquena Brasilândia Caarapó Coronel Sapucaia Douradina Mundo Novo Bataguassu	PP PSDB PP PSDB PP PSD MDB MDB PL PP PSD PSDB MDB

Fonte: Tabela sistematizada pela autora (*eleita por eleição suplementar)

Quadro 9 - Relação das prefeitas reeleitas em Mato Grosso do Sul de 1982 a 2024.

Ano da eleição/reeleição	Prefeita	Município	Partido
1996	Edileuza de Andrade Lopes Dias **Marilza Maria Rodrigues do Amaral	Rochedo Brasilândia	PFL PPB
2000	Edileuza de Andrade Lopes Dias Elizabeth de Paula Pereira Almeida Mara Elisa Navacchi Caseiro **Marilza Maria Rodrigues do Amaral Nair Branti	Rochedo Miranda Eldorado Brasilândia Douradina	PFL PT PDT PPB PSDB
2004	Eledir Barcelos de Souza Elizabeth de Paula Pereira Almeida **Ilca Corral Mendes Domingos Ilda Salgado Machado Mara Elisa Navacchi Caseiro Maria Odeth C. Leite dos Santos Nair Branti Sandra Cardoso Martins Cassone Simone Nassar Tebet	Santa Rita do Pardo Miranda Nioaque Fátima do Sul Eldorado Caracol Douradina Itaquiraí Três Lagoas	PT PT PMDB PR PDT PL PSDB PT PMDB
2008	Eledir Barcelos de Souza **Ilca Corral Mendes Domingos Ilda Salgado Machado Maria Odeth C. Leite dos Santos	Santa Rita do Pardo Nioaque Fátima do Sul Caracol	PT PMDB PR PL

	Marta Maria de Araújo Sandra Cardoso Martins Cassone Simone Nassar Tebet	Eldorado Itaquiraí Três Lagoas	PT PT PMDB
2012	Marta Maria de Araújo	Eldorado	PT
2016	Ilda Salgado Machado Marcela Ribeiro Lopes	Fátima do Sul Corguinho	PR PSDB
2020	*Adriane Lopes Ilda Salgado Machado Gerolina da Silva Alves Marcela Ribeiro Lopes	Campo Grande Fátima do Sul Água Clara Corguinho	PP PR PSD PSDB
2024	Adriane Lopes Gerolina da Silva Alves	*Campo Grande Água Clara	PP PSD

Fonte: Dados sistematizados pela autora. (**falecidas / *assumiu a prefeitura no lugar do prefeito)

Miguel *et.al* (2015) explica que o peso do capital familiar na eleição de mulheres, seja para o parlamento ou para o executivo, é dado de acordo com a trajetória de cada uma e se torna crucial para o ingresso delas na política institucional. Os autores destacam que a ocupação prévia de cargos públicos traz vantagens possíveis numa atuação no campo político e está desigualmente distribuído na sociedade. Eles identificam sete fontes de capital político: 1) Capital econômico, quando o parlamentar detém propriedade ou vinculação íntima com grupo econômico; 2) Capital midiático, ou seja, personalidades da indústria da comunicação; 3) Direção de sindicatos e federações de trabalhadores; 4) Direção de sindicatos e associações patronais; 5) Vinculação com religião ou líder de movimento leigo autorizado; 6) Capital político delegado de cargos públicos e/ou partidários e o 7) Capital familiar, quando se beneficia com prestígio e/ou contatos de parentes próximos ou Cônjuge com liderança política. Sobre o capital familiar, e afirmam:

Ele opera pela convivência cotidiana com as transações da política, facilitando o acesso aos códigos do métier e às redes de compromissos e lealdades. E opera também pela formação de clãs políticos, cujos integrantes são estimulados ou mesmo constrangidos a ocupar os espaços que os membros mais velhos ou mais importantes deixam para trás. Assim, é relativamente frequente que um político que passa da política municipal para a estadual ou dessa para a federal mobilize recursos para colocar um filho, cônjuge ou irmão disputando o cargo que deixou vago (Miguel *et.al*, 2015, p. 727).

As mulheres eleitas para os pleitos citados acima em Mato Grosso do Sul possuem um, senão mais, desses capitais presentes em suas carreiras políticas. Os autores tratam como exceção, os casos em que irmãos têm atuação distintas e cônjuges que se encontraram quando já ocupavam posições de poder. Em suas análises sobre o

parlamento federal em três pleitos, notou que o Centro-Oeste é a região que mais apresenta deputados federais com vínculos políticos familiares, incluindo partidos grandes e de direita e ressalta que até os dias atuais, apenas sete diferentes mulheres elegeram-se governadoras de estados brasileiros. Além disso, os dados mostraram que o maior crescimento de todas as categorias, foi do capital econômico. “Por outro lado, a vinculação a uma família política tende a vir “acompanhada” do capital econômico e do capital midiático” (Miguel *et. al*, 2015, p.732). E completam:

De fato, do ponto de vista de um ideal democrático, a formação de famílias políticas com a capacidade de monopolizar um grande número de cargos é indício de oligarquização e reduz a pluralidade de posições sociais e de interesses que potencialmente se fazem ouvir nos espaços de tomada de decisão. Uma sociedade civil forte e organizada provavelmente geraria um fluxo de novas lideranças, que desafiaria os clãs estabelecidos (Miguel *et.al*, 2015, p. 740).

Dados do TSE³⁴, referente à eleição municipal (2020), apontam que dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul, sete não tiveram mulheres eleitas para as Câmaras Municipais. Foram 2.882 proposituras femininas, e destas 161 alcançaram sucesso, correspondendo a 19%. Já para as prefeituras do Estado, foram eleitos 74 prefeitos e 5 prefeitas, perfazendo um índice de 6,3% de representatividade feminina na política institucional.

2.4. As eleições municipais de 2024 e os partidos políticos

As eleições municipais de 2024 são um marco para o histórico de participação das mulheres na política institucional em Mato Grosso Sul. Elas dobraram o número de eleitas nas prefeituras, passando de 5 para 13 mulheres assumindo as gestões municipais, além de 20 vice-prefeitas eleitas, contra 13 vices-prefeitas do pleito de 2020. Além de assumirem como prefeitas, algumas estão fazendo a diferença na composição do secretariado, como é o caso da prefeita do município de Bataguassu, que nomeou mulheres no comando das oito secretarias do município. Esse não é o caso do prefeito eleito para o mandato 2025 a 2028 no município de Dourados, lugar onde está a UFGD, e o Programa de Sociologia do qual participo. Nesse município, o prefeito eleito compôs uma equipe de frente, para 17 cargos majoritários, entre secretarias/gabinetes/assessorias, nomeando apenas três mulheres.

³⁴ Estatística disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas>

O fato é que o pleito de 2024, para o mandato 2025-2028 trouxe novidades. Pela primeira vez na história, duas mulheres concorreram à prefeitura da capital do Estado, Campo Grande: Adriane Lopes (PP) e Rose Modesto (União). Também pela primeira vez, três municípios têm prefeita e vice-prefeita eleitas, mulheres: Aral Moreira, Caarapó e Eldorado. Em Jateí, além da prefeita eleita, cinco vereadoras foram escolhidas para ocuparem os assentos na Câmara Municipal, de nove cadeiras no total.

É importante destacar que o PSDB, que atuou fortemente com frente de ação via o PSDB Mulher em todo o Estado, elegeu 5 das 12 prefeitas eleitas. Depois, aparece o MDB, com 3 prefeitas eleitas; Progressistas, com 2 prefeitas eleitas, seguidos do PL e PSD, com 1 prefeita eleita por cada partido. Os partidos considerados de esquerda³⁵, como o PT, PSol, PCdoB, Pros, PSB, Rede, PDT e PTdoB, não elegeram prefeitas no Mato Grosso do Sul.

Quadro 10 - Prefeitas eleitas no Mato Grosso do Sul, nas eleições municipais de 2024.

CIDADE	PREFEITA	VICE-PREFEITA
Água Clara	Gerolina da Silva Alves (PSDB) Reeleita	
Aral Moreira	Elaine Soligo (MDB)	Marines Oliveira (Republicanos)
Bataguassu	Wanderleia Caravina (PSDB)	
Bodoquena	Girleide Rovari (MDB)	
Brasilândia	Marcia Amaral (PSDB)	
Caarapó	Maria Lurdes Portugal (PL)	Jéssica Valério (PL)
Campo Grande	Adriane Lopes (PP) Reeleita	
Coronel Sapucaia	Niágara Kraievski (PP)	
Douradina	Nair Branti (PSD) Eleita para um terceiro mandato	
Eldorado	Fabiana Maria Lorenci (PP)	Simoni Palonis (PP)
Jateí	Cileide Cabral (PSDB)	

³⁵ Sobre quem é a esquerda no Brasil, acesse <https://www.politize.com.br/esquerda-no-brasil/>

Mundo Novo	Rosária de Fátima Ivantes (PSDB)	
Sonora	Clarice Ewerling (MDB)	

Fonte: Dados extraídos em 2024, do TSE Resultados e sistematizados pela autora.

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o número de mulheres eleitas em 2024 é o maior já registrado no Brasil, representando mais do que o dobro em 24 anos. É importante frisar que o sistema eleitoral brasileiro passa, necessariamente, pelos partidos políticos. Das 13 prefeitas eleitas em Mato Grosso do Sul, apenas o Progressistas, que elegeu duas mulheres para a administração municipal, é presidido no Estado por uma mulher, a Senadora da República, Tereza Cristina.

Barros e Nascimento (2021) apontam que a organização interna dos partidos é um fator primordial e que pode favorecer o acesso das mulheres a cargos políticos, principalmente quando elas compõem a estrutura interna das legendas. Eles reforçam que os partidos de centro, centro-direita e direita perceberam a força eleitoral e decisiva das mulheres. “Nos partidos de centro e direita, observa-se um padrão de ascensão mais célere na carreira política, o que se deve à utilização de atalhos, tais como o capital político acumulado por outros indivíduos e compartilhado mediante relações de parentesco, de modo que a conquista do cargo ocorre de maneira precoce” (Resende; Epitáfio, 2017, apud Barros; Nascimento, 2021, p. 191).

Nesse sentido, vale destacar que o PSDB, que nestas eleições no Estado se firmou como o vencedor de votos, conquistando um total de 44 prefeituras, de 79 cidades, e que também conquistou cinco gestões sob o comando de mulheres, atuou fortemente via PSDB Mulher nos municípios durante a campanha eleitoral, tendo à frente duas importantes representações femininas da Assembleia Legislativa: Lia Nogueira, presidente do PSDB Mulher, e a deputada estadual Mara Caseiro, que também foi prefeita reeleita no município de Eldorado e que integra esta pesquisa.

Os autores lembram que as agremiações partidárias exercem função relevante em toda a escada de acesso à política, desde a filiação ao lançamento de candidaturas e à eleição propriamente dita. “A constatação, entretanto, é que os partidos exercem um peso central para a promoção política das mulheres, considerando-se sua importância no processo de recrutamento e seleção de candidatos, como fonte de recursos financeiros e

sua influência sobre a agenda política”. (Sacchet, 2012, apud Barros; Nascimento, 2021, p. 195).

Apesar das estruturas oligárquicas e de viés machista, os partidos políticos passaram a receber incentivos institucionais a partir do início da década de 1990 no sentido de promover a inclusão das mulheres (MOISÉS; SANCHEZ, 2014). Entre esses incentivos destacam-se a Lei de Cotas (Lei 9.100/95), que determina a viabilização de cotas para candidatura de mulheres em cada partido ou coligação. A Lei Orgânica dos Partidos Políticos - LOPP (Lei 9.096/95) em seu artigo 44 estabeleceu que as agremiações devem destinar o mínimo de 5% dos recursos do Fundo Partidário para a criação e manutenção de programas de promoção da participação política das mulheres. A LOPP determinou ainda que em todas as legendas fosse criado um órgão específico para cuidar disso, o qual foi denominado de secretaria da mulher. Outra iniciativa relevante foi a criação da ONU-Mulher, entidade da Organização das Nações Unidas, em 2010, para implementar políticas de igualdade de gênero nos partidos políticos. (Barros; Nascimento, 2021, p. 197)

Pelo visto, o PSDB em Mato Grosso do Sul entendeu bem os rumos da política nesse último pleito e as estratégias partidárias para o sucesso eleitoral especialmente de prefeitas, bem como os outros partidos considerados de centro e de direita no Estado. Resta saber se as treze cidades administradas por elas, nos próximos quatro anos, vão favorecer uma maior participação de mulheres na política local e se essas farão as alterações significativas nas pautas e no estabelecimento das políticas públicas voltadas às questões de gênero.

No Brasil, 728 prefeitas foram eleitas no pleito de 2024, um aumento de 3,5%, passando de 12% em 2020, para 15,5%. O Estado com maior número de prefeitas eleitas foi Roraima, que das 15 prefeituras, 4 serão administradas por mulheres. Já o Espírito Santo, foi o estado com menor índice de eleitas, de 76 cidades, apenas 2 serão terão gestão feminina. No segundo turno, de 51 cidades, 15 haviam candidatas mulheres, sendo duas disputas totalmente femininas, para prefeita e vice-prefeita. Elas foram eleitas em cinco municípios, sendo duas capitais brasileiras, Emília Corrêa (PL), em Aracaju, e Adriane Lopes (PP), reeleita em Campo Grande, além dos municípios de Olinda (PE), Uberaba (MG) e Ponta Grossa (PR), com a eleição de Mirella Almeida (PSD), Elisa Araújo (PSD) e Elizabeth Schmidt (União), ambas reeleitas. Vale ressaltar que nenhuma candidata de esquerda foi eleita no segundo turno. Figuras nacionais, incluindo Michele Bolsonaro e Damares Alves, também estiveram à frente das eleições em diversos municípios representando seus partidos nas chamadas “caravanas”, ou seja, foram essenciais para as estratégias partidárias da direita, o que não significa dizer que trouxeram defesa dos direitos femininos, visto que ambas se intitulam antifeministas e

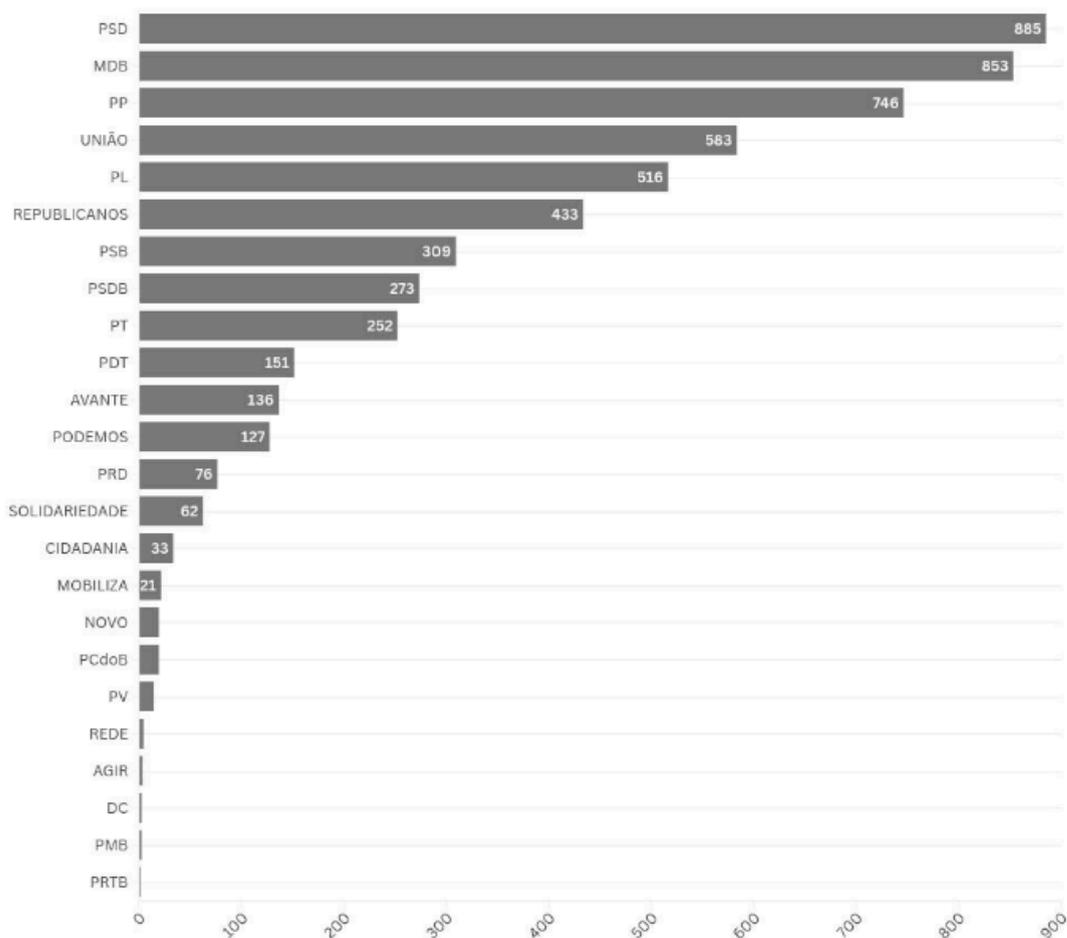
trazem para o contexto da política institucional os referenciais religiosos, negando a laicidade do estado. Além disso, reforçam a ideia das mulheres na política para defesa da família tradicional, o que implica referendar o poder masculino, negando conquistas de autonomia feminina.

A maioria das prefeitas eleitas e reeleitas representa partidos de direita ou centro-direita (47,9%), depois vem os partidos de centro, com 251 prefeitas eleitas (34,47%) e, com 129 eleitas (17,71%), os partidos de esquerda e centro-esquerda. Em matéria publicada no portal Terra, a doutora em Ciência Política e fundadora da ONG A Tenda das Candidatas, Hannah Maruci, destaca que o perfil ideológico da maioria das mulheres eleitas é resultado de vários fatores, dentre eles o maior financiamento político de partidos ligados à direita. "As barreiras históricas que se impõem, como uma estrutura machista, a falta de apoio dos partidos, o menor financiamento para mulheres, levaram a esse cenário". (Hannah Maruci)

Conforme tabela do Tribunal Superior Eleitoral³⁶, o PL foi o partido que mais geriu recursos nestas eleições, totalizando mais de R\$ 886 milhões, provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), o que representa 17,87% da verba do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), seguido do PT, que geriu R\$ 619 milhões; do UNIÃO, R\$ 536 milhões; do PSD, R\$ 420 milhões; do PP, R\$ 417 milhões e do MDB, que geriu R\$ 404 milhões. O cenário nacional abaixo, comprova que o financiamento de campanhas eleitorais, juntamente com uma boa estratégia partidária, é um fator preponderante para o êxito das candidaturas nos municípios brasileiros:

Ilustração 1. Ranking dos eleitos por partidos políticos nas eleições de 2024:

Número de eleitos por partido nas eleições 2024



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral



Fonte: extraído de matéria jornalística da CNN Brasil, disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/eleicoes-2024-24-partidos-elegeram-prefeitos-5-nao-elegeram-nenhum/>

Colunista da UOL, Josias de Souza, lembrou que além da maioria do eleitorado se constituir de mulheres, o IBGE divulgou recentemente que 49,1% das residências no Brasil são hoje sustentadas por mulheres, ou seja, são elas as principais provedoras dos lares brasileiros, e enfatiza que é preciso considerá-las, levá-las a sério, sem que o Estado pareça um empecilho, promovendo políticas públicas voltada aos negócios, principalmente nas periferias.

O colunista levanta outro dado sobre a segurança pública: são elas, de 15 a 29 anos, as que mais morrem no país, sendo também as mais exigentes na hora de votar nas políticas de segurança. Segundo ele, as mulheres votam com quem mais tem conexão com as necessidades do seu dia a dia. Portanto, as narrativas construídas e apresentadas

durante as campanhas eleitorais também são fundamentais para o êxito dos candidatos e das candidatas e, nesse sentido, a direita parece conseguir pleitear mais votos com seu discurso moderado a conservador e que passa, principalmente, pelo viés da defesa da família e da segurança pública.

No próximo capítulo, serão levantados como os teóricos analisam a reeleição nos municípios brasileiros e como essa abordagem pode ser aplicada em Mato Grosso do Sul, considerando um segundo mandato das prefeitas. Também haverá um levantamento do perfil das mulheres reeleitas no Estado, tema de campo dessa pesquisa, bem como realizada a análise das narrativas de todas que concederam entrevistas para a dissertação. As negativas dadas à pesquisadora, também serão analisadas.

CAPÍTULO III - As prefeitas reeleitas nos pleitos eleitorais na história de Mato Grosso do Sul

Este capítulo vai discorrer essencialmente sobre a análise das entrevistas coletadas para a dissertação, momento em que foram ouvidas seis mulheres que já estiveram à frente de prefeituras municipais no Mato Grosso do Sul por dois mandatos consecutivos, das 13 prefeitas reeleitas nesse período, em 48 anos de criação do Estado e dez pleitos eleitorais municipais (considerando até o pleito de 2020). Cinco mulheres não concederam o depoimento sobre suas gestões. No entanto, trazemos também alguns relatos de Simone Tebet, recortados de entrevistas que ela concedeu em programas televisivos, nos quais algumas das perguntas a ela dirigidas pelos jornalistas, traziam temas que se assemelhavam a aqueles que tratamos junto a nossas entrevistadas.

Das seis prefeitas reeleitas que concederam entrevista à pesquisa, como destacado na introdução, estão: Edileuza de Andrade Lopes Dias, de Rochedo; Marcela Ribeiro Lopes, de Corguinho; Maria Odeth Constância Leite dos Santos, de Caracol; Mara Elisa Navacchi Caseiro, de Eldorado; Marta Maria de Araújo, de Eldorado e Sandra Cardoso Martins Cassone, de Itaquiraí. As perguntas foram estruturadas previamente, mas abertas para verificação das mesmas para alterações, totalizando 27 perguntas divididas em cinco tópicos: início da carreira política; relações partidárias e candidaturas; gestão administrativa; ser mulher na política e atualidades. As 27 perguntas eram fechadas e direcionadas para todas as entrevistadas, tendo sido colocada a possibilidade de não responderem qualquer um dos questionamentos e ainda colocada a viabilidade de inclusão de novas questões que não constassem do material, o que não foi feito por nenhuma das mulheres. Ou seja, nenhuma entrevistada alterou a lista de perguntas e/ou ficou sem responder alguma delas.

Nesse sentido, foram levantadas seis categorias de análises que são abordadas ao longo deste capítulo, sendo elas: a saúde das mulheres que participam da política institucional; a economia do cuidado como inibidora da participação das mulheres na política; continuidade da masculinização da política; reeleição automática como consenso e a falta da viabilidade financeira tanto nas candidaturas quanto na gestão. Todas as seis prefeitas possuíam capitais políticos familista e institucional, que neste caso também entrarão como uma categoria de análise.

Ilustração 2. Categorias de análise das narrativas das prefeitas reeleitas:



Fonte: Informações sistematizadas pela autora, conforme coleta de dados

No gráfico acima, foram sistematizados seis pontos em comum durante a coleta de dados das seis entrevistadas, que seguirão como categorias de análises. Outros pontos em comum e importantes a considerar são com relação ao perfil das prefeitas reeleitas. Todas elas possuíam ensino superior completo quando se elegeram e foram para a reeleição e todas tinham filhos e estavam casadas quando foram para a reeleição.

A igualdade de gênero é demandada mundialmente, como uma condição para a construção de um mundo pacífico, igualitário, inclusivo, próspero e sustentável. Em 2012, as Nações Unidas estabeleceram 17 objetivos de desenvolvimento sustentável como forma de apelo e o quinto deles é a Igualdade de Gênero em todas as esferas, incluindo “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política,

econômica e pública” (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: 5.5). Apesar dessa construção mundial, de uma estratégia de participação feminina em vários campos de atuação, a sub-representação ainda é uma realidade no campo da política institucional.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, as mulheres chefiam a maior parte dos lares brasileiros e de Mato Grosso do Sul, que é o quinto Estado do país com maior percentual de casas chefiadas por mulheres. Elas ocupam o espaço doméstico, gerenciam a renda familiar, sabem das necessidades dos núcleos familiares e também ocupam os espaços comunitários e coletivos, conhecendo as necessidades de seus bairros/comunidades rurais e de suas cidades. Apesar do envolvimento das mulheres em movimentos sociais importantes, bem como compondo filiações partidárias e de movimentos políticos, elas ainda são minoria nos espaços da gestão pública, no campo político, e também nas direções partidárias. A não paridade nos cargos institucionais e eletivos traz fragilidades no sistema democrático, pois as exclui das decisões para a construção das políticas públicas, bem como na execução dos projetos, levando uma baixa representação e seguridade de seus interesses coletivos, prioridades, pautas e experiências de vida.

Com base nesse contexto aponta-se a importância na gestão municipal, visto que é na base municipal onde prevalece a porta de entrada para o campo político, já que as demandas sociais se dão, primeiramente, nessa esfera, e a má condução dessas necessidades afeta diretamente a vida das pessoas. Além disso, para as mulheres, as prefeituras são espaços que permitem uma maior conciliação da vida pública com o espaço doméstico, como indicado por Comin.

Decorrente desse fato, entendermos as dificuldades que as mulheres enfrentam para chegarem até as instâncias mais altas do poder, não sendo de fácil acesso a maioria delas, cargos de chefia em grandes empresas, juízas em altas esferas, médicas cirurgiãs, cargos de política institucional, dentre outros espaços. Assim, percebemos que há um abismo entre o constitucional e o social, pelo fato que não basta apenas prescrever em lei, mas aliado a isso fomentar o tecido social, visando mudar práticas e relações sociais (Comin. 2019, p. 76).

3.1. A saúde das mulheres que participam da política institucional

A saúde das mulheres que participam da política institucional de Mato Grosso do Sul será a primeira análise a ser feita. Das seis entrevistadas, cinco tiveram problemas de saúde durante o mandato, vivenciaram problemas físicos e emocionais. A

exaustão de exercer um mandato, de ter que também de cuidar da família, do marido, dos filhos, somada a violência política sofrida, não só por políticos de oposição, mas da própria sociedade, fez com que quatro delas pensassem em renunciar ao cargo. Edileuza Lopes, de Rochedo, foi a única que disse que não enfrentou problemas de saúde e violência política à época. Mas, é preciso destacar que quando Edileuza foi vereadora, ela foi demitida do serviço público, à época era médica no município. “Eu fiquei os quatro anos que eu era vereadora fora do município, eu falava, eu queria que ele fizesse o que era pra fazer e ele não queria. E virou aquela briga, aquela confusão, mas assim sem ser agredida também”. (Edileuza Lopes)

No segundo mandato, Mara Caseiro enfrentou um câncer de mama. Durante a entrevista, ela não relatou sobre a doença, mas destacou que “o universo político é mais de mulher-mãe”, que se preocupa com o futuro das gerações e que olha o todo e que a violência psicológica que sofreu no cargo em vários momentos, pode adoecer.

Você quando vê, você já está numa crise de depressão, você já está não querendo saber de mais nada, porque você já não acredita mais em ninguém, você não acredita mais em nada, né? Então esses sentimentos é que você tem que estar sempre cuidando, vigiando, né? Porque assim, se você não se cuidar realmente e se esse sentimento de que: ah, acho que eu não estou fazendo nada, acho que não to conseguindo fazer nada, ele toma conta de você e você se sente um ser inútil. Por mais que as pessoas, muitas das pessoas não te enxergam assim, mas se você coloca isso na sua cabeça...eu tive que fazer, é claro, todo um exercício para que esse sentimento não fosse maior do que o sentimento também de gratificação. (Mara Caseiro)

Mara pensou em renunciar o seu mandato por conta de violência política, aquelas que, segundo ela, mexem com o seu nome e com o que você tem mais de precioso, a sua essência e honra. E completa:

Então tem coisas assim que dói muito, né? E que você fala Meu Deus, chega! Não quero mais saber de política. Chega porque realmente dói, machuca, você sangra. Então teve momentos assim, de críticas muito de decepções na política, de você achar que aquela pessoa era super sua amiga, era super apoiadora e de repente ela estava ali querendo só se aproveitar...Infelizmente tem pessoas muito maldosas que fazem política para denegrir, para desconstruir, para aniquilar. Não é por aí, né? Então isso é uma coisa que, que é muito caro para mim. Sabe quando você vê todo um sistema muito corrompido, um sistema muito maldoso, né? Então, para nós mulheres é muito difícil. (Mara Caseiro)

Maria Odeth também enfrentou um câncer antes de finalizar o segundo mandato, em 2012, momento em que pensou em renunciar. “Eu cheguei a pensar e, de repente, eu ter que parar para então cuidar da saúde” (Maria Odeth). Ela ficou hospitalizada em

Campo Grande para tratamento e, mesmo nessas condições, resolvia pendências administrativas vinculadas à prefeitura.

Sandra Cassone está afastada da política por motivos particulares. Durante o segundo mandato, ela se separou do marido e disse que conciliar a vida política com a vida privada foi difícil, não conseguindo fazer as duas coisas ao mesmo tempo, com eficácia, pois a mulher acaba se dedicando muito à campanha ou ao mandato, deixando o lado familiar.

Não consegue. Então, tanto que é no meu segundo mandato, eu e o meu marido, nós nos separamos. Foi no final do mandato, em 2010 mais ou menos. Então eu não tive muita habilidade para lidar com essa situação da política, do mandato e da minha vida familiar. Aí eu pequei, porque assim, o meu ex-marido é uma pessoa bem maravilhosa. Então não sei se foi eu que deixei o bonde passar, mas nesse ponto eu tive dificuldade. (Sandra Cassone)

A exaustão, durante o segundo mandato, também foi relatada pelas prefeitas Marta Araújo e Marcela Ribeiro, ambas pensaram em renunciar nesses momentos de extremo cansaço. Marta relatou o seguinte:

Na segunda gestão, tipo em abril, maio, eu estava muito exausta. Eu cometi um erro de nunca tirar férias, eu fiquei oito anos trabalhando, trabalhando, achando que eu tinha que ficar lá, dedicar ao extremo para conseguir dar conta, e não dei conta. Eu prejudiquei a minha saúde, emocionalmente você vai ficando muito cansada, você vai ficando pouco debilitada, sabe? Então estava muito cansada, muito cansada, exausta. Mas foi uma semana difícil que eu tive, eu pensei, não vou negar não, pensei: vou entregar para o vice, vou pra casa, vou me tratar e me cuidar. Mas daí eu pensei: não, eu tô na metade do rio, eu tenho que acabar de cruzar ele. (Marta Araújo)

Depois de deixar o cargo, Marta disse que ficou alguns meses “muito recolhida”, pois precisava de silêncio para se restaurar, e completa:

É tipo assim, a gente precisa até se perdoar das coisas que talvez não deu conta, a gente tem cobrança muito grande em cima da gente. E o fato de ser mulher, você é muito mais cobrada, né? Há homens que fazem nem um terço do que você faz e são supervalorizados e você faz muito mais do que você consegue, na consciência das pessoas, não sei porque mas é assim, a mulher é muito mais exigida, né? É mais cobrada, menos poupada. (Marta Araújo)

Marta destaca as exigências postas socialmente para as mulheres que ocupam cargos de destaque, especialmente aqueles que historicamente parecem destinados aos homens, como os da política institucional, especialmente na condição de prefeitas. Ao assumir tais espaços, as mulheres são constantemente vigiadas, exigidas a darem maiores resultados, fato que aos homens não lhes é cobrado, como apontado por Marta.

Marcela Lopes pensou em renunciar quando teve o terceiro filho, no seu segundo mandato. Ela não gozou da licença maternidade³⁷, consultou o jurídico da prefeitura e, para não correr o risco de perder o mandato, optou então por não tirar o direito. “Eu tirei do meu filho o direito de viver a minha licença maternidade, embora eu trouxe ele junto, porque eu não abri mão da amamentação. Recebi críticas, inclusive, com relação a isso, por machismo de alguns populares”.

O filho de Marcela ficou por três meses num berço dentro do gabinete da prefeita. Depois, a criança ficava no escritório do pai e ela ia até o local para amamentar e quando ela viajava, a criança ia junto. Nas andanças, o filho contraiu uma bronquiolite e foi parar na UTI, onde ficou por 10 dias. Ela conta que ficou dividida porque o filho precisava dela e o município também, mas que tinha uma equipe que a ajudou a tomar a decisão de não renunciar. A maternidade parece tomar centralidade na vida das mulheres, como se criar filhos e filhas fosse apenas atribuição feminina. Marcela viveu isso, levando o filho pequenino consigo, para o ambiente de seu trabalho e assim pode dar sequência ao que ela havia assumido como gestora. Nesse ambiente era mãe e gestora no mesmo tempo e espaço.

Marcela também sofreu violência política durante o mandato, diz que foi insultada como pessoa na Câmara Municipal, onde a “coisa” se voltou muito para a parte pessoal, deixando de ser administrativa. Ela completa dizendo que se encontra bem cansada, pelos oito anos vividos e dedicados à prefeitura:

Tive um trabalho de equipe muito forte, que me fez não tomar a decisão de renunciar. Mas eu tive vontade, porque naquele momento eu olhei como mãe, e não como administradora. Meu coração ficou apertado, porque aí vem a doutrina na qual a gente é criada, né? A gente cresce para ser mãe, esposa e cuidar do lar. Quando você inverte tudo isso, ou você tem dupla jornada, em algum momento você vai questionar e vai se sentir menos mãe por isso. E culpada. Naquele momento eu tive que trabalhar muito a minha mente e olhar por um outro ângulo, olhar para um lado mais racional. (Marcela Lopes)

Kulaitis (2024) explica que a existência de mulheres no campo político significa rompimento das estruturas tradicionais, pois a presença delas resulta na ampliação da diversidade de pensamento e de perspectivas, além de ser um desafio às normas

³⁷ A licença-maternidade está garantida na Constituição Federal para todas as mulheres trabalhadoras, ou seja, é um direito fundamental assegurado cuja aplicação é imediata, independentemente de estar ou não regulamentada em lei municipal ou estadual. A Carta Magna só não especifica que tipo de trabalhadores têm o benefício. Em 2022, a Assembleia Legislativa de MS publicou a Emenda Constitucional 91, que garante os benefícios da licença-maternidade às ocupantes de mandato eletivo, para as que adotarem crianças recém-nascidas também é concedida a licença.

estabelecidas. Marcela viveu essa contradição no que ela denomina de doutrina de preparação, nos referenciais aos quais foi preparada para assumir, no caso dela exercer o papel de mãe, solo, realidade de muitas mulheres brasileiras, combinados com os desafios a que se colocou, de conduzir a gestão municipal, um cargo que rompia com toda a preparação que havia recebido e que era tida como natural e a ser seguida. No entanto, para viver a gestão, Marcela precisou combinar jornadas e até interpenetrar atuações, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, ou seja, assumiu algo novo, ser prefeita de um município, comandando o fazer da vida pública de toda a população, sem, no entanto, deixar de lado seus filhos. Assumiu duplas jornadas com referenciais bem distintos. Nessa conjugação viveu culpas pelas contradições do que recebeu na preparação da vida, entre o que dela a sociedade esperava e o que a família requeria. Associado a isso, enfrentou a violência política, fortemente impetrada contra as mulheres que na esfera da política institucional ouçam adentrar, necessitando provar diariamente que são capazes de ocupar tais cargos.

Nesse sentido as reflexões de Kulaitis, quando aponta o romper com a ortodoxia³⁸, e classifica a violência política como um problema sociológico. “A violência política de gênero é um fenômeno global marcado pela perpetração de atos violentos, abusivos e discriminatórios, com base na desigualdade de gênero, que são direcionados a mulheres que participam da vida política como eleitoras, candidatas, filiadas de partidos políticos, ativistas e líderes comunitárias em diferentes tempos e espaços”. (Kulaitis, 2024, p.4)

Todas as seis entrevistadas sofreram algum tipo de violência política e elas acreditam que as consequências de saúde física e mental não estão diretamente relacionadas a essa violência sofrida, mas a dedicação extrema que demandaram à gestão, ao cuidado com a cidade, a preocupação com as pessoas e com os projetos propostos.

Em relação à violência política contra mulheres em municípios de Mato Grosso do Sul, é preciso destacar o assassinato de Dorcelina Folador, em 1999, no seu primeiro mandato frente à prefeitura de Mundo Novo, município localizado no Sul do Estado.

³⁸ Os termos “heterodoxo” e “ortodoxo” são frequentemente utilizados para descrever abordagens, teorias ou pensamentos que diferem de uma visão predominante em um determinado campo. No campo político, observa-se que a ortodoxia ou visão predominante é de que a política é uma atividade de domínio masculino.

Dorcelina foi covardemente assassinada com seis tiros pelas costas, no quintal de sua casa, com marido e filhas presentes. A prefeita enfrentou os políticos locais, denunciou vários desmandos, a corrupção e o tráfico de pessoas. Vivia sob pressão, vigilância, ameaças e perseguição e, mesmo tendo feito solicitações aos órgãos de segurança pedindo proteção, foi brutalmente calada, pagando um alto preço pelo seu enfrentamento político.

3.2 - A política institucional é misógina e o machismo é estrutural

A política é misógina e sempre foi considerada um campo de dominação masculina. Misoginia é o ódio às mulheres e a origem desse termo é grega e vem dos vocábulos *miseó*, que significa "ódio", e *gyné*, que tem como tradução "mulher". Esse conceito abarca os sentimentos de desprezo, preconceito, repulsa e aversão às mulheres e ao que remete ao feminino. Assim, a misoginia se instala em diversas sociedades e culturas através de comportamentos agressivos, depreciações, violência sexual, objetificação do corpo feminino e morte de mulheres (o feminicídio). Já esse campo político, de dominação masculina, acompanha atitudes, comportamentos e manifestações, tanto de homens quanto de mulheres, nomeadas de machismo, como consequência de um sistema patriarcal organizado na e pela sociedade.

A filósofa e escritora Márcia Tiburi escreve que o machismo é uma ideologia cujo único objetivo é a opressão e a permanência do atual cenário de submissão, complementada pelo fascismo que, nada mais é, do que a sua exacerbação mais radical. Em entrevista ao site Escotilha³⁹ ela descreve que o machismo é uma forma de autoritarismo, razão patriarcal que está por trás do capitalismo e do racismo, com nexos com a masculinidade, que se construiu diretamente com a violência e a negação do outro. “O que chamamos de patriarcado nada mais é do que o sistema capitalista aplicado ao gênero e à sexualidade. O patriarcado é o sistema de opressão e privilégios dos sujeitos machos e brancos, donos do capital”. (Tiburi, 2018).

O resultado de estar nesse campo e de enfrentamento desse campo gera sofrimento relatado pelas prefeitas, com consequências físicas e mentais, resultado dessas relações sociais que regem a política no Brasil, mais fortemente ainda no Mato

³⁹ Disponível em <https://escotilha.com.br/literatura/entrevista-marcia-tiburi/>

Grosso do Sul, que desde a sua criação em 1977, com instalação em 1979, teve nos homens o comando de sua gestão, fazendo com que as convivências com as mulheres fossem, muitas vezes, esmagadoras de suas próprias identidades. Em alguns momentos, as prefeitas reeleitas disseram incorporar comportamentos masculinos para sobreviverem nos mandatos, ou seja, elas tiveram que modificar o seu próprio jeito de ser como estratégia de sobrevivência para conseguirem dialogar, se posicionar e administrar.

A prefeita de Caracol, Maria Odeth, por exemplo, enfrentou violência verbal e disse que na política local, sempre houve alguma ofensa vinda de homens, nas reuniões políticas, na hora de falar, de tratar. “Eu também sofri que me chamaram uma vez de vaquinha de presépio, que eu era muito enfeitadinha, arrumadinha essas coisas da vaidade feminina. Eu sempre gostei de usar o saltinho, batom, sabe? É meu jeito” (Maria Odeth). Ela era chamada de “mulherzinha”, “prefeitinha”, em tom pejorativo, de redução da sua pessoa e com isso estava explicitado o descrédito em sua capacidade de gerir o município, pelo fato de ser mulher.

Relembrando o que Scott (1995) observa, o gênero institui relações sociais a partir das diferenças percebidas entre os sexos, marcadas pela distribuição desigual de poder entre os homens e as mulheres e o que reconhecemos como “natureza” do gênero feminino ou do gênero masculino, ou seja, são construções sociais que caracterizam papéis sociais femininos e masculinos. Nesse sentido, a violência política é naturalizada e o pior, institucionalizada, manifestando-se principalmente na relação entre mulheres e os partidos políticos.

Marcela Lopes, de Corguinho, mesmo com a aprovação da população para um segundo mandato, ela disse que continuou a enfrentar o machismo na política e a desigualdade de gênero. “Tudo isso eu continuo enfrentando, não mudou. Acredito que, lá atrás, a política era um pouco mais severa para o lado da mulher”. Marcela disse que a política só vai avançar se as próprias mulheres acreditarem que elas são capazes e que elas podem. “Então, a gente não pode pensar que a carga de uma política vai ser maior do que qualquer outra carga, porque não vai, vai ser a mesma carga”. E completa:

Eu até brinco, tenho um bebê de 1 ano e 3 meses e brinco que eu quero ser pai. Porque, muitas vezes, a mãe tem um olhar mais fraterno e o homem é um pouco mais racional, então é diferente o olhar de uma mulher para um filho e o de um pai para um filho. Não é que um ame mais que o outro ou se

preocupe mais com o outro, é porque existe essa divisão e eu acredito que isso seja até uma criação de Deus, senão ele não teria feito homem e mulher. Mas nós, mulheres, temos que olhar de uma forma diferente para a política, a política é justamente lutar pelo futuro dos nossos filhos. Se tem alguém que pode fazer isso, somos nós, mulheres, porque nós temos a parte racional também, mas nós vamos sempre colocar a nossa pitada fraterna e é disso que a política precisa... Enquanto as mulheres não entenderem que elas têm direito e que elas têm o dever, porque isso é um dever nosso, de encarar a política, de enfrentar esse mundo, as coisas não vão mudar. A gente vai continuar perdendo espaço e deixando que os homens tomem posse de tudo, e não é assim... A política é uma caixinha que pode ser aberta tanto para o homem quanto para a mulher. Não tem essa diferença, nós não somos menos, nem incapazes de administrar o município ou qualquer coisa. (Marcela Lopes)

Durante a conversa, a prefeita disse que se não existisse a obrigatoriedade da cota de gênero, o homem jamais iria “brigar” para tentar convencer uma mulher a sair candidata. “Eu acho que tem que existir, vou explicar o porquê: embora a gente tenha muita resistência com mulher para participar da política, se não existir a obrigatoriedade dessa cota, o homem jamais vai brigar para tentar convencer uma mulher a sair candidata... Ele sempre vai sair, porque não é obrigatório”. (Marcela Lopes)

O universo da política é tão masculino que a percepção da prefeita quando se fala em construção das candidaturas, que é feita via partidos políticos que em sua maioria são conduzidos por homens, ela cita que é necessário “convencer” uma mulher a sair candidata, a entrar na política, mas ela diz não ter dúvidas de que a maior dificuldade que a mulher encontra nesse universo ainda é o machismo estrutural.

E a gente não pode ser hipócrita e nem fantasiar que ele não existe. Existe, e muito. Às vezes você recebe críticas de tudo aquilo que você faz, nada está bom. Até de quem você não esperava. Entende? Nada está bom, nada é o suficiente. Você pode se matar. Eu chego a ficar semanas sem almoçar... Mas o que eu quero colocar é que eu me dedico para isso. Eu me dediquei para a prefeitura, eu me dediquei para o município e, às vezes, você se mata para juntar um recurso, para construir uma obra com recurso próprio, adquirir um veículo, um patrimônio para o município. Se você fizer dez obras, uma não prestar, lógico que presta, só que quando o homem é machista, ele nunca vai reconhecer o seu trabalho. (Marcela Lopes)

Outro problema relatado pela prefeita foi o machismo vindo de mulheres também que disseram não votar nela por ser mulher. Ela relata:

Às vezes, por ciúmes do próprio companheiro, que em algum momento fez algum elogio à minha pessoa. Às vezes, pela competitividade feminina, porque ela existe, a gente sabe disso, você é mulher, vocês são mulheres. A gente sabe que existe uma competitividade feminina entre as mulheres. Eu ouvi sobre machismo também, de dizer que eu não seria capaz porque eu era uma menina e que eu não conseguiria, que eu não teria pulso, “n” acusações,

que eu seria manipulada por alguém, eu vivi tudo isso, mas fui mostrando que eles estavam errados...(Marcela Lopes)

Para Marcela, é esse medo que faz com que as mulheres não entrem para a política, um medo de não saberem o que vão viver, do incerto, de achar que não têm capacidade para administrar a dupla jornada de ter que também que cuidar da casa e dos filhos, assim como acontece com as mulheres das mais diversas profissões, que mantém duplas jornadas “e é isso que a mulher precisa entender, que independente do que ela estiver fazendo, ela vai ter a dupla jornada”. (Marcela Lopes).

Ou seja, a fala de Marcela mostra que socialmente as mulheres exercem jornadas interpenetradas, combinado o fazer da casa, com o trabalho fora dela, o que demonstra manutenção de modelo antigo, inscrito no tecido social e fazendo com que se torne difícil de ser superado. No caso de Marcela, ela completa seu relato dizendo que durante a campanha para o primeiro mandato, ouviu de outro candidato que ela não poderia ser prefeita, por ser mulher e por ser mãe solteira. “A política é um jogo muito bruto, muito duro e acredito que, por esse motivo, às vezes as mulheres deixam de concorrer. Para mim não foi tão difícil porque eu não tinha marido, então não tinha ninguém para querer me impedir, só tinha eu, Deus e meus filhos. Então encarei, mas é difícil, não é fácil”. (Marcela Lopes).

O machismo estrutural também afeta não só a construção de candidaturas femininas para os pleitos, mas a escolha do eleitorado principalmente para os cargos de prefeito e prefeita. Edileuza Lopes acredita que a maioria das mulheres não vota em mulher, justamente porque está tão enraizado na mente das pessoas que a política é coisa de homem que elas não acreditam que a mulher vai fazer. Ela destaca que hoje isso vem mudando com a inserção de mulheres no mercado de trabalho, pois também estão se qualificando como médicas, advogadas e professoras. Mas, que fora isso, não vê muitas mulheres se sobressaindo. “Eu acho mais que é um machismo, que não acredita na força da mulher. Acredita que o homem tem mais capacidade”. (Edileuza Lopes).

O município de Rochedo, por exemplo, já ficou por três mandatos seguidos sem uma representação feminina na Câmara Municipal e no âmbito estadual, como mostrado em tabela apresentado no capítulo 02, na 11ª Legislatura (2019-2023) não houve nenhuma mulher eleita para deputada estadual, a única casa brasileira sem representação feminina para aquele mandato. Isso diz muito sobre o machismo na política institucional

em Mato Grosso do Sul, e de como ainda é um campo majoritariamente masculino, até mesmo quando ocupado por mulheres, como nos cargos de maior destaque, que tem naquelas oriundas de famílias com homens com capital político e/ou econômico acumulado, as representantes que lá conseguem chegar. Com isso não queremos dizer que as mulheres que assumem cargos na política institucional, vindas de famílias de base política, não possuam requisitos necessários, ao contrário, tiveram os caminhos facilitados para que isso fosse possível. Situação diferente daquelas mulheres oriundas das bases populares, que precisam primeiro disputar no âmbito partidário uma vaga, bem como os recursos necessários para validar êxito na disputa.

Mara Caseiro relembra que na construção da sua candidatura enfrentou falas do tipo: “ah, essa mulherzinha não vai a lugar nenhum” e disse que a política vem mudando, que em 2010 era uma coisa e que, em 2022, houve já uma mudança de conceito. Mas, mesmo assim, o machismo impera. Para ela, essa cultura machista, de que a política não é lugar de mulher, ainda dificulta a entrada de mais mulheres, junto ao fato de ter que exercer o papel de mãe, da disponibilidade do tempo dedicado ao mandato e da estrutura partidária. “Isso é uma mudança de chave. As mulheres já estão se despertando”. (Mara Caseiro)

As relações de gênero na política também perpassam as questões de raça e classe social. Marta Araújo disse que uma das suas dificuldades foi não ser de um status social mais elevado e conta que, como para esses cargos as pessoas escolhidas sempre foram de destaque na sociedade, com poderio econômico, ela enfrentou esse desafio. “Mas é uma coisa tão velada, é sutil, mas a gente não é boba, a gente percebe, eu senti. Eu enfrentei muito isso e até de cabeça erguida sabe”, mas disse que ouviu de mulheres a frase do tipo: “eu não voto em mulher, política é para homem. Eu ouvi muito isso... Mas ainda tem muito pano pra manga, tem muito o que avançar”. (Marta Araújo).

Ouvir “até de cabeça erguida” demonstra o duplo esforço que a prefeita reeleita precisou fazer na esfera do machismo estrutural, que afeta a todas as pessoas, inclusive mulheres que acabam por referenciar candidaturas masculinas porque internalizaram referenciais patriarcais ao longo da vida. Associado a isso, o tardio reconhecimento de direitos femininos, dentre eles o direito a votarem e serem votadas, efetivado na segunda metade da década de 1940, para as mulheres alfabetizadas e no pós constituinte de 1988

para aquelas analfabetas, período recente no reconhecimento das mulheres como propulsoras sociais.

Marta também é do mesmo pensamento de que o medo impede a mulher de participar da política, já que na política a vida é “virada do avesso”. “Há uma exposição pública muito grande e essa exposição eu acredito que assusta muitas mulheres, retrai” e diz que para os homens é mais fácil, talvez porque “eles aguentam mais o tranco” e completa:

O homem vai ocupar e ele não vai ter a visão e não vai ter aquilo que demanda para as mulheres. Olha a situação das mulheres hoje, ganhando menos e trabalhando muito mais, né? A questão da violência contra a mulher é um absurdo! O enfrentamento desse machismo, do sexismo, dessa coisa de gênero. É uma luta árdua e não sei há quantas décadas ainda nós vamos ter que enfrentar isso. (Marta Araújo).

O medo e a culpa são referenciais ensinados em diversos âmbitos sociais, principalmente na família e no espaço religiosos, ambos com sentido de dominação. O medo, nas mulheres, pode afastá-las da ideia de concorrerem a cargos na política institucional, porque de ante mão são sabedoras que terão que enfrentar as mais diversas cobranças e exposições. Associado a isso, quando de estruturas familiares que envolvem filhos/as, adicionam mais um elemento, a culpa, essa manifesta na ausência da unidade doméstica. A combinação de ambos distancia mulheres do cenário da política institucional e quando associados ao machismo, presente nos partidos, o afastamento se completa.

A via por onde as candidaturas é construída, que é pelos partidos políticos, para Sandra Cassone, de Itaquiraí, é bem complexa. Ela disse que percebeu que, muitas vezes, o partido escolhe mulheres só para cumprir tabela, só que na hora da fala, da participação, acaba sendo um “fiasco”, sendo que às vezes teriam mulheres com mais capacidade para estar naquele lugar e não são escolhidas. Ou seja, o partido escolhe determinadas mulheres propositadamente, sabedor que elas não terão sucesso, as chamadas laranjas, que nesse caso não colocarão em xeque o predomínio dos homens. Com isso, partidariamente cumpre com os requisitos estabelecidos pela lei, sem mexer com o predomínio masculino. Ocorre o trocadilho apontado por Comin (2020), quando destaca os meandros e os malandros da lei. Por isso, em sua fala Sandra destaca: “Eu vejo que a política ainda é masculinizada, ela é toda feita para homens. Então aí as mulheres ficam presas, porque eu sempre brincava assim, eu falava para o pessoal do

partido: vocês têm que trabalhar, porque de repente vai ter mais candidatas do que candidatos, porque tinha muita mulher atuante na entrada. Eu não sei”. (Sandra Cassone)

Nessa trajetória, Kulaitis (2024) destaca que a sub-representação na política, tanto para cargos no Executivo quanto no Legislativo, junto com a naturalização da violência política de gênero indicam que a democracia brasileira continua perdendo capacidade de representatividade e inclusão, “diante da imposição simbólica violenta do campo político como espaço masculino”. (Kulaitis, 2024, p.7) E a autora continua suas reflexões apontando outros aspectos da violência política de gênero,

É importante ressaltar que os efeitos produzidos pela violência política de gênero não são vivenciados pelas mulheres parlamentares do mesmo modo. Existem opressões que se inter cruzam, e, desse modo, mulheres negras, indígenas e pessoas LGBTQIA+ que vivenciam ativamente o exercício da atividade política sofrem múltiplas discriminações. Em uma perspectiva interseccional, desigualdades de poder, racismo, sexismo e classismo se inter cruzam e atravessam os corpos de mulheres negras que, assim como Marielle Franco, desafiam o campo político e representam outras mulheres igualmente pobres e racializadas. A interseccionalidade, importante perspectiva teórica e política, constituída pelo feminismo negro, é definida como metáfora de avenidas que se cruzam. (Kulaitis, 2024, p. 13)

As análises de Kulaitis apontam para as dificuldades da inserção de gênero na política institucional e de como ainda precisa ser reconstruída, não só no estímulo para que mais mulheres adentre aos partidos e cargos políticos, mas “mulheres negras, indígenas e pessoas LGBTQIA+”, compondo cargos, sem passar pela violência explícita pelas quais são diariamente expostas, como o caso das deputadas federais Erika Hilton (Psol-SP) e Duda Salabert (PDT-MG). O Portal da Câmara mostra a sub-representação feminina destacando que “Apesar do aumento do número de deputadas, os 17,7% ainda apontam uma sub-representação feminina no Parlamento em relação aos dados globais. A participação das mulheres nos parlamentos é de 26,4% em média, segundo a União Interparlamentar (UIP), organização global que reúne 193 países. Se fosse seguir esse padrão, a bancada feminina na Câmara seria de 135 deputadas”. (Fonte: Agência Câmara de Notícias, outubro de 2022).

No caso de Mato Grosso do Sul, a sub-representação feminina é parte de sua história, com o predomínio masculino na política institucional. Nesse sentido a comemoração com os resultados do pleito municipal de 2024, que, como dissemos

anteriormente, passou-se de 5 para 13 mulheres assumindo as gestões municipais, além de 20 vice-prefeitas eleitas.

3.3 - A economia do cuidado como impeditivo de participação das mulheres na política institucional

A economia do cuidado é uma das dinâmicas que traz maior empecilho à participação da mulher na política institucional, na opinião das prefeitas reeleitas. É essa divisão sexual do trabalho, onde os cuidados com a casa, filhos, marido ficam sob responsabilidade delas, que também é marcada por uma desigualdade estrutural, institucional e simbólica. Biroli, F.; Quintela, D.F. (2020) explicam que as mulheres permanecem sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, mesmo entre a população ocupada, não havendo relação entre ocupação e responsabilização pelas tarefas reprodutivas, mas entre essas tarefas e o gênero. Elas apontam que a média de dedicação semanal dos homens aos cuidados domésticos é de 10,8 horas, menos que o dobro das 24,4 horas decididas pelas mulheres e é nessa forma, que o trabalho social se divide, em decorrência das relações sociais entre os sexos, e se organiza segundo os princípios da separação e da hierarquização em diferentes dimensões da vida, sendo a política uma delas. As autoras completam:

Como podemos compreender essa dimensão da separação e da hierarquização, que situa a divisão sexual do trabalho como forma de organização política? Historicamente, ela está relacionada à divisão entre público e privado e às oposições a ela correspondentes entre o masculino e o feminino, o universal e o doméstico, a lei e a natureza. Permitiu delimitar a cidadania em termos de sexo sem, nesses termos, ferir o princípio liberal da universalidade (ELSHTAIN, 1981; FEDERICI, 2017; OKIN, 1989; PATEMAN, 1985, 1988). Conforme Kergoat (2009, p. 68), os princípios da separação e da hierarquização se tornam aplicáveis graças a um processo de legitimação baseado em uma ideologia naturalista que equivale gênero a sexo biológico e entende as práticas sociais como “papéis sociais” sexuais destinados naturalmente a cada sexo, e não como resultados de construções e relações sociais. (Biroli, F.; Quintela, D.F., 2020, p.81)

As tensões desse mundo de conflitos que as mulheres enfrentam ao participarem da política institucional, ultrapassam os limites entre o individual e o coletivo. Sandra Cassone, enfrentou um divórcio durante o segundo mandato e disse que não teve habilidade para lidar com a política, o mandato e a vida familiar. Já Edileuza, disse que exercer o mandato não trouxe grandes prejuízos pois tinha duas pessoas que trabalhavam para ela em casa, além do marido. “Eu sempre cuidando, nunca deixei pra trás porque nunca fiquei nem uma noite em Campo Grande. Eu ia de manhã e de tarde, mas eu não ficava lá, então assim, não me trouxe grande prejuízo. Eu sempre estava ali,

se ia numa festa levava todo mundo, deixava dormindo dentro do carro quando não podiam entrar no clube, mas eu sempre cuidando”. (Edileuza Lopes)

Ao analisar as falas de Sandra e de Edileuza, as quais parecem, a princípio distintas, porém apontam para a mesma esfera. Para poder conviver com a família Edileuza precisava empreender todo um esforço de ir e retornar no mesmo dia, dos compromissos externos, bem como levar seus familiares para os eventos que precisava se fazer presente. Mais uma vez a internalização dos papéis tidos como de responsabilidade das mulheres e para não sentir a culpa, ampliam sobrecarga, mesmo sem ser percebida.

Edileuza disse que as mulheres têm muitas atribuições e que permanecem mais em casa do que nos eventos sociais, no bar e nos espaços públicos e isso gera um conflito na cabeça das candidatas, que pensam que não vão ganhar a eleição. Vale citar que Biroli e Quintela dizem que a ação política se dá não apenas em tensão com esse desenho, mas também como forma de reafirmar o domínio masculino, reproduzindo-o. Edileuza faz uma comparação das mulheres que ocupam diferentes espaços sociais, destacando,

Eu acho assim, o povo da zona rural eles acreditam mais é na força, ele não acredita que a palavra, que uma boa conversa vai resolver as coisas. Então, eu acho que aquele povo, ele vota mais em homem do que em mulher, porque ele não acredita que a mulher vai dar conta de construir um hospital, de construir uma escola, que vai comprar o transporte do município, que vai incentivar a estudar. Eu acho mais que machismo, que não acredita na força da mulher. Acredita que o homem tem mais capacidade. E a mulher ao invés dela correr atrás, ela não vai. A mulher tem muita culpa nisso, determinadas mulheres, não todas. Ela não muda, ela não tem aquela ambição, ela não é ambiciosa, tem que ter ambição, no bom sentido, de ir atrás e vencer. Eu queria que as mulheres saíssem candidatas. (Edileuza Lopes)

Marcela Lopes lembrou que não foi fácil conciliar o espaço privado e o espaço público, mas que teve apoio dos próprios filhos para exercer o mandato. “Meu segundo filho era recém-nascido quando eu me separei, então sempre foi assim, a gente se ajudando e sempre eu fazendo o papel de dona do lar, mãe e pai também, ao mesmo tempo” e, para ela, o medo do que as mulheres vão viver na política, medo do incerto, de duvidar dela mesma, da sua capacidade, faz com que as mulheres não entrem na política. “Porque se eu trabalho, se sou prefeita ou vereadora e tenho minha casa, se tenho filhos, qual a diferença de eu ser enfermeira, psicóloga, faxineira e ter minha casa e meus filhos? Nenhuma. Não, é dupla jornada do mesmo jeito? Então a política é dupla

jornada do mesmo jeito”. (Marcela Lopes). A prefeita entende que não há mudanças porque quando as mulheres saem para trabalhar, voltam tendo obrigações dentro de casa e com os filhos e que não é menos mãe porque ocupou um cargo político.

Eu não pensava em ter filho e hoje isso é útil para mim, também. O que eu vejo é que tudo aquilo que o político, a política, luta, é para o futuro do filho dela, do neto dela. É para o futuro. Entender assim: qual é a diferença de eu trabalhar em qualquer outra coisa e ser política? Não tem diferença. A dupla jornada vai acontecer de qualquer forma. E é isso que a mulher precisa entender, que independente do que ela estiver fazendo, ela vai ter dupla jornada, mesmo que ela seja do lar. Se você for do lar, você tem o cansaço, o desgaste, você tem dupla jornada do mesmo jeito. Você tem que sentar com o filho pra fazer tarefa, você tem que dar banho no filho, não muda, mesmo que você seja só do lar. O que eu acho que é mais desgastante, porque quando você sai pra trabalhar fora da casa, você conversa com pessoas diferentes, vivem situações diferentes. E quando você está dentro do lar, é só aquilo ali o tempo todo, não muda. Quando você sai pra trabalhar fora, você vive um momento fora e volta para aquilo ali. (Marcela Lopes)

Mara Caseiro disse que enfrentou dificuldades junto ao esposo pelo universo da política ser muito masculino e que a outra questão foi ser mãe, pois isso “dói extremamente no coração”. A prefeita engravidou na pré-campanha para o seu primeiro mandato e pensou em desistir da candidatura para cuidar do filho, pois teria a dificuldade de amamentar, de deixar o filho em casa para fazer política, mas que pensava na construção de um futuro melhor para todos. A prefeita também enfatizou que a cultura machista da política ainda permanece e isso acaba afastando as mulheres da política.

E as mulheres têm que estar inseridas na política. Então começa por aí. Outra questão também é essa questão de que a gente é mãe. Então a gente tem muito essa preocupação, primeiro, de expor o nome, porque a gente, nosso nome é sagrado e nossa família também. Então a gente, quando sai uma notícia que me desagrada, eu já penso no que o meu filho vai ver que meu filho vai pensar coitadinho dele, você vai sofrer, entendeu? Então a gente tem muito isso. Quando você coloca o seu nome e já pensa putz, vão falar isso, vão falar aqui, meu filho, eu fico assim, é? E é claro, essa questão do tempo também. (Mara Caseiro)

Maria Odeth disse que conciliou bem a vida pública e privada, pois ela e o marido sempre gostaram de política, mas disse que sente que muitas vezes deixou de estar ao lado do filho. A prefeita contou com uma rede de apoio para cuidar do filho, que incluiu sua mãe, e enfatizou que, sem ela, teria que ter deixado de fazer política. O cuidado parece algo inerente às mulheres, que encontram nas mães e avós, fontes de apoio. “Eu até sinto hoje, uma saudade, porque ele saiu de casa muito cedo, com 13 anos ele já foi estudar fora porque na época, assim, a gente, ele sonhava de querer

estudar numa escola fora. Hoje a gente tem o segundo grau muito bom. A gente tinha na época, mas ele queria voar”. Ela disse que não consegue compreender por qual motivo as mulheres não participam da política.

Marta Araújo disse que não administrou muito bem os espaços públicos e privados. Ela conta que se dedicou muito ao cargo e que quando chegava em casa, não parava de trabalhar, talvez por se identificar muito mais com o espaço externo e não desejar combinar jornadas. “Então você é demandado em casa e nunca desliga o celular. O celular estava na minha cabeceira, meia noite, uma hora da manhã, gente me ligando, principalmente com os problemas de saúde. Então isso leva a um desgaste bastante importante”. A prefeita disse que teve que prometer ao esposo e filhos que não se envolveria mais com política. “Porque foram muitos anos, 20 e poucos anos de vida pública”. Marta pediu desfiliação do partido e fez a promessa de não se envolver mais com política. Ela se aposentou, fez o curso de Direito e hoje exerce a profissão ao lado do filho.

E foi difícil, porque eu amo política, eu gosto. Eu acho a política um instrumento de transformação importantíssimo. Então, me policiar para não me envolver é uma tarefa árdua porque eu gosto de falar, de comentar. Eu torço por quem se elege, eu torço pelas mulheres, eu incentivo as pessoas, mas eu pessoalmente, eu tive que fazer uma opção de viver um pouco e ter uma vida privada”. (Marta Araújo)

A fala de Marta demonstra que as imposições familiares a levaram a tomada de novos rumos, mesmo amando a política. São inúmeros fatores que quando somados fazem com que nos arranjos domésticos novos caminhos são construídos. No caso de Marta, sua fala demonstra que diversos fatores impedem a mulher de participar da política: o medo, pois quando a mulher se candidata tem o passado virado do avesso; há uma exposição pública grande e isso, segundo ela, assusta muitas mulheres; há a falta de financiamento de campanha, que “passa por poucos”, e esses são especialmente os homens, além do compromisso com a família, não sendo fácil se afastar do que parece naturalmente uma atribuição feminina. Daí a vontade de “largar” esse novo espaço. Para nele permanecer, deve haver coragem para enfrentar isso tudo, como diz Marta: “Não é um processo simples. Eu sempre digo que para ser candidato tem que ter duas coisas: coragem e tem que ter voto, e nem sempre essas duas coisas andam juntas”. E Marta continua falando da necessidade dos partidos políticos assumirem o papel democrático, e investirem esforços para que as mulheres adentrem na política institucional, sem serem barradas pelas travas partidárias, e completa:

Acho que teria que ser feito um trabalho assim, não apenas em épocas eleitorais e fora dela também. Para ter um compromisso assim, social. Que a mulher entenda também como funciona a política, como são essas instâncias de poder, porque falta muito conhecimento. Eu tiro por mim, quando eu me candidatei, eu perguntei para quem falou: vamos filiar? Eu falei ah tá! Quem é que filia? O que é filiar? Como é um cabo eleitoral? Eu não tenho vergonha de falar. Eu não sabia de muita coisa. Então, assim, falta muita informação, né? Então essa divulgação, essa conscientização, essa formação, ela é muito importante e eu acho muito pouco ainda para aquilo que ela disse que seria o ideal. (Marta Araújo)

E vale lembrar que esse pensamento do cuidado “maternal”, direcionado à mulher, também é levado para mensurar a participação feminina na política institucional. Segundo as prefeitas, as mulheres são boas gestoras e, no caso delas, foram reeleitas, porque têm esse diferencial: são mais maternas, sensíveis à vida das pessoas, humanas e compromissadas com outras mulheres, seus filhos e o conjunto da família e da sociedade. Elas mesmas carregam estereótipos de gênero num campo sempre perigoso e que pode relegar a elas mesmas, nichos de atuação que reforçam o machismo, a hierarquização e a discriminação. Levar esses atributos para o âmbito da política institucional acaba fazendo com que as mulheres tenham que combinar duplas jornadas, como apontado por Biroli e Quintela – da casa e da rua:

Se a possibilidade de desafiar a divisão sexual do trabalho está aberta a poucas, o acesso aos espaços da política institucional atende à mesma dinâmica. Ainda que algumas mulheres possam atravessar as barreiras estruturais, institucionais e simbólicas, candidatando-se e elegendo-se, isso não significa que o façam em condições de igualdade com os homens ou que desloquem as relações de modo que suspende as desvantagens existentes para as mulheres como grupo, e para mulheres em posições sociais menos privilegiadas, dentro desse grupo. A violência política contra as mulheres mostra, ainda, que os custos para a atuação política são desiguais. (Biroli, F.; Quintela, D.F., 2020, p. 86)

Interessante destacar que são justamente esses elementos, do cuidado com os seus e com o humano, que é por onde se inicia a violência institucional, na condição de prefeitas, no comando de seus municípios, especialmente aquelas vindas de classes populares, sem capital político tradicional, mais vigiadas e, por vezes, diminuídas em sua capacidade de gestoras ao serem chamadas de “mulherzinhas”, o que tem sentido de mulheres do lar, mães, cuidadoras de um espaço restrito – a casa, na qual estão sob o comando/tutela masculina.⁴⁰

⁴⁰ Citamos, novamente o caso Dorcelina Folador, prefeita eleita oriunda de camadas populares e sobre a qual seus adversários políticos atribuíam inúmeros estereótipos.

Parece até um discurso antigo e inapropriado ao tecer esse tipo de reflexão nos dias atuais, tempos em que vivemos o assumir das chefias das casas pelas mulheres, como destacamos no início do presente capítulo. No entanto, o machismo ainda se alimenta desse modelo de dominação feminina, que parece superado quando se analisa o sustento das unidades familiares exercido pelas mulheres. Porém, ainda presente no tecido social, basta olhar para os dados sobre violência contra mulheres, feminicídio e estupro. Portanto, a violência na política institucional tem a mensagem de aquietamento feminino, da dominação, do machismo tentando mandar as mulheres de volta para casa, para o privado ou para a política como ajudantes.

Vale destacar que essa mensagem alça também as práticas das mulheres que assumem a política institucional, aquelas que partidariamente “são colocadas” para referenciar os discursos masculinos machistas. Com isso queremos dizer que há uma metamorfose do patriarcado, manifestada de diferentes formas para que assim se perpetue e continue a dominar.

Importa destacar que não estamos dizendo que na política institucional brasileira temos “mulheres fantoches ou laranjas”, ao contrário, basta analisar os relatos das mulheres de nossa pesquisa, onde demonstra autonomia na gestão, o que indica possibilidades de novas pesquisas sobre os feitos dessas mulheres.

3.4 - A viabilidade financeira das gestões e das candidaturas como impeditivo de novas mulheres na política institucional

É consenso entre as prefeitas, a falta de recursos como maior dificultador das gestões municipais, ainda mais em municípios menores, com menos de 20 mil habitantes, que é onde a maior parte das mulheres obtêm sucesso eleitoral, conforme o Censo das Prefeitas Eleitas - mandato 2020-2024, publicado pelo Instituto Alziras.

Todas as seis mulheres reeleitas em Mato Grosso do Sul que entrevistamos, estão em municípios com população entre 5 mil a 20 mil habitantes, onde é necessário articulação política para que haja recursos destinados a investimentos nessas cidades. Em muitos casos, a prefeitura municipal é o maior empregador da região. O primeiro mandato, para todas as entrevistadas, foi o mais difícil já que muitas encontraram as prefeituras com dívidas, folha de pagamento atrasadas, inadimplência dos contribuintes

e falta de investimentos nas políticas básicas como de saúde, educação, assistência social e de infraestrutura.

Em Rochedo, a prefeita Edileuza conta que o município tinha uma arrecadação irrisória, sendo dependente dos fundos financeiros garantidos via governos estadual e federal às cidades brasileiras. “Só que eu trabalhava mais que os médicos, eu fazia esse plantão também e quando não tinha um médico e não tinha dinheiro para pagar os médicos todos os dias, 24h que sai caro, então eu fazia os plantões. Todo dia, 5h, eu chegava por esse hospital e começava a atender, para às 8h eu ficar desocupada e ir para a prefeitura”. (Edileuza Lopes)

Edileuza combinava jornadas em diferentes espaços, o que trazia ônus a sua jornada, com atendimento em diversas frentes. Associado a isso, vinha a família, a qual levava para seus inúmeros compromissos/eventos, numa maneira que encontrou para se fazer presente no núcleo familiar, como nos disse em falas anteriores. No entanto, essa presença em diferentes espaços produzia em sua jornada uma espécie de bônus porque mantinha contato com a população de formas diferentes: como prefeita ela cuidava da população; como médica ela curava enfermidades nos pacientes. Ela duplicava o sentido do cuidar da população ao manter proximidade com a mesma e de diferentes maneiras, o que certamente lhes propiciou acumular requisitos para validar seu segundo mandato.

A realidade das prefeituras pequenas é a constante preocupação com a industrialização para garantir não só a geração de impostos municipais, mas também a empregabilidade aos munícipes. As mesmas características são contatadas por todas as prefeitas, ou seja, a dificuldade de conseguir trazer uma grande empresa para a cidade por falta de rota de escoamento de produção e a necessidade de pensar e planejar como essas cidades podem progredir. Marta Araújo conta que trabalhou muito, fez inúmeras viagens a Campo Grande, Brasília, bateu na porta de deputados, senadores e ministros para conseguir recursos. Os maiores investimentos foram para atrair empresas e indústrias para o município, chegando a ter indústria de confecção, de calçados e de produção de EPI's.

As prefeitas de municípios pequenos também têm que ser muito bem articuladas politicamente. Mara Caseiro conta que teve auxílio do governo estadual para asfaltar a cidade e de deputado federal para a construção de creche, além da busca por

investidores para a geração de emprego. “Mas eu falo que o fato da gente ter sido prefeita também abriu as portas para que outras mulheres também tivessem o direito de sonhar e de realizar”. (Mara Caseiro)

Maria Odeth também teve apoio de deputados federais para conseguir recursos para Caracol e diz que foi aprendendo os caminhos para conseguir verbas públicas para a cidade. Foi em Brasília, que a prefeita angariou recursos para habitação, investimento que garantiu a sua reeleição, e depois para o sistema de esgotamento sanitário, incluindo rede de esgoto. O município tinha 46 famílias sem banheiros quando a prefeita assumiu a gestão. “Eu consegui o recurso para construir 20 casas, primeiramente, depois eu consegui construir mais 40 e fui para a reeleição. E consegui construir banheiros, porque na minha cidade ainda existiam os antigos banheiros que não tinham vaso sanitário, era bem precário mesmo”. (Maria Odeth). Os investimentos na saúde pública, especialmente na saúde da mulher, também colaboraram para que o índice de aprovação da prefeita fosse alto.

A prefeita de Itaquiraí, Sandra Cassone, conta que tinha muitas ideias e projetos que foram barrados pela falta de recursos durante os dois mandatos. Quando assumiu, a inadimplência estava em 70% o que dificultava também os valores de repasses dos governos estadual e federal. Já Marcela Lopes disse que a falta de recurso para as gestões é sempre um problema, considerando a receita baixa dos municípios pequenos. “Eu tenho essa dificuldade, das pessoas entenderem que, às vezes, uma estrada onde vão passar cem pessoas, por exemplo, é prioridade diante de um bairro que tem várias saídas para a pessoa ir e vir. E, às vezes, eu não consigo fazer com que as pessoas entendam dessa forma”. (Marcela Lopes).

A prefeita teve apoio do governo estadual em seu segundo mandato que, para ela, abriu-se para o municipalismo. “Porquê município pequeno, antigamente, não tinha vez, a gente ficava com o que sobrava”. (Marcela Lopes). E completa dizendo que, além da falta de recursos, o momento da campanha de reeleição foi a que causou mais decepção, pois viu que muitas pessoas pensam em si próprias e não na coletividade. “E quando você assume uma prefeitura, você não administra só para quem votou em você, administra para todo mundo, para o coletivo, não tem como olhar só para quem votou em você”. (Marcela Lopes)

A viabilidade financeira para as candidaturas é outro fator importante e que leva as mulheres a não participarem da política, segundo as narrativas. No Brasil, conforme explicado no capítulo 2 dessa dissertação, o sistema eleitoral brasileiro repassa para os partidos políticos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral, este com destinação específica para candidaturas femininas. Apenas a prefeita de Corguinho, Marcela Lopes, vivenciou essa prática, em 2016, e considerou as mudanças como um avanço. “Hoje, a mulher tem mais recursos para trabalhar do que o homem”. (Marcela Lopes). A prefeita conta que enfrentou resistências no PP (Partido Progressista) para lançar seu nome à prefeitura, mas que foi acolhida no PSDB (Partido Social Democrático Brasileiro). Ela foi eleita com 1.912 votos, o que corresponde a 58,74%, e reeleita com 1.856 votos, ou seja, 59.01%. Depois, nenhuma mulher assumiu a prefeitura de Corguinho.

A prefeita Edileuza Lopes, eleita em 1996 pelo PFL e reeleita em 2000, pelo PSD, não se beneficiou com os recursos do Fundo Eleitoral, já que o mesmo foi implantado em 2017. Ela conta que, como já era bem cotada para ganhar a eleição, não gastou dinheiro em campanha eleitoral, mas que sempre teve a colaboração de deputados e políticos que a apoiavam. Mara Caseiro disse que as dificuldades financeiras apareceram na candidatura para a vereança, pois essa é disputada com mais pessoas do partido. “Havia uma diferença, uma discrepância enorme da estrutura que eles ofereciam para os candidatos homens, para vereador. e o que eles ofereciam para a candidata mulher. Como prefeita não, porque daí já é a única candidata”. (Mara Caseiro).

Mara Caseiro foi eleita em 2000 e reeleita em 2004 pelo PDT e lembrou que nessa época era tudo diferente. “A gente tinha que ir em busca mesmo de apoiadores, tinha uma equipe em torno, em busca de apoiadores. O recurso também que você colocava, porque era assim”. (Mara Caseiro). Ela enfatizou que a destinação obrigatória de recursos para candidaturas femininas é de fundamental importância, “porque a gente ficava muito em desigualdade”, se referindo às campanhas para o legislativo.

Tem que ter recurso que se não tiver recurso não vai. Então havia uma discrepância muito grande entre as candidaturas de homens. Aí eu acho que as mulheres, ah, mas é difícil encontrar mulher, claro que é difícil, porque primeiro as mulheres já viam a dificuldade que a outra tinha para conseguir um recurso. Já começava por aí. Muitas vezes a gente tinha e até hoje tem práticas de violência política, de não deixar a mulher falar, de não ter direito a horário de televisão, de rádio, do homem fazer do candidato homem. Então,

assim era uma série de discriminação que nós recebíamos e que a gente era vítima, mas que a gente não entendia que isso era uma violência contra nós mulheres. Entendeu, esse sucateamento, essa diminuição, essa quebra, inclusive cortar microfone, não deixar falar, enfim... Aí veio o financiamento, ajudou, mas agora eu entendo que mesmo assim a diferença é muito grande. A desigualdade é muito grande. (Mara Caseiro)

A Prefeita reeleita expõe a mudança que os financiamentos processaram para referendar as mulheres no âmbito partidário, ou seja, saíram de uma situação de calar a boca, com o corte do microfone, quando os partidos não só torciam o nariz para a presença feminina, mas explicitamente a negavam. Com os financiamentos, passaram a propagarem campanhas para que mulheres assumissem as disputas eleitorais e com elas os partidos conseguissem angariar maiores volumes de recursos. No entanto, como dito anteriormente, ainda não é efetiva essa intenção, visto que o investimento para compor quadros com mulheres no âmbito partidário, ocorre mais efetivamente, nos momentos que antecedem os pleitos, quando partidos acabam antevendo evitar problemas com as cotas femininas, o que demonstra descompromisso democrático.

A sucessora de Mara Caseiro, a prefeita Marta Araújo, enfrentou dificuldades partidárias para a sua candidatura à reeleição. Ela foi eleita pelo PDT e reeleita pelo PT, momento em que aproveitou para se alinhar politicamente ao governo federal, que era do mesmo partido. Mas é enfática sobre a distribuição de recursos para as candidaturas femininas. Apesar do Fundo Eleitoral ter sido implantado depois das suas candidaturas, o Fundo Partidário já era destinado aos partidos políticos. E completa:

Eu, no meu tempo, não conseguia ver chegar recursos de partido para as candidaturas municipais. Elas são diluídas entre o Estado e a União. Então, o recurso é próprio da pessoa ou é recurso de doações que você tem que contar. Às vezes, você consegue do partido, que a gente mande os tais dos santinhos, mas isso é o mínimo porque uma campanha é cara, não adianta a gente dizer assim e achar que é tudo baratinho. A gente já enfrentou, já sentiu na pele isso, né? Aí falar: ah, mas a propaganda de rádio, por exemplo, é gratuita. E a produção dos programas? (Marta Araújo)

A prefeita de Caracol também não vivenciou a experiência de recurso obrigatório para suas candidaturas, e destacou que isso é um dos impeditivos da mulher sair candidata, já que sem recursos financeiros, não se consegue fazer uma campanha bem feita e que, inclusive, atualmente é um proibitivo para ela voltar a sair candidata. Ela conta que se virou com recursos próprios de apoiadores e com um pouco de recursos do partido. Maria Odeth foi eleita em 2004, pelo PL, e reeleita em 2008, pelo PR.

Hoje a gente sabe que tem uma cota maior dos partidos, mas na realidade a gente nunca sabe qual é a cota a que a gente tem direito, qual é o valor real. A gente sabe que a cota existe. Só que o que o partido destina a gente acaba aceitando, porque a gente não sabe na realidade, o que caberia para a gente, entende. Não tem uma coisa explícita. Caracol pode alcançar até 100 mil, 50 mil, você entendeu? Não tem nada certo para cada município, nem distribuição por habitantes e deveria ter. (Maria Odeth)

Eleita em 2004 e reeleita em 2008, pelo PT, Sandra Cassone também não vivenciou a era do Fundo Eleitoral obrigatório para candidaturas femininas. Os amigos ajudaram com material em gráfica e doações. Segundo ela, a sua vitória foi silenciosa, porque as pessoas não falavam que iam votar nela e, mesmo com a disputa de um candidato que já era prefeito, ou seja, que estava com a “máquina na mão”, ela se elegeu. Ela conta que a vitória aconteceu porque iniciou o processo com bastante antecedência e que não enfrentou rejeição partidária, pois era diretora de escola e já tinha sido candidata na eleição anterior.

Em relação ao recurso de campanha, eu já fui candidata a prefeita e já fui candidata a deputada federal. E aí a briga é grande e, infelizmente, o recurso não chega. Ele dá umas voltas grandes e acaba. Não é todo mundo que recebe o que deveria. E isso leva as mulheres a desistir porque ela já sabe que todo recurso não vai ser igual. Então, eu vou entrar no negócio desse para quê? Então precisa melhorar muito esses dois pontos: o percentual e a distribuição, que não é como deveria. (Sandra Cassone)

Para a prefeita, a falta de transparência na distribuição dos recursos dos Fundos Partidário e Eleitoral e a diferença nos valores chega a ser desanimador, pois ninguém sabe, com precisão, o quanto vai receber e se vai ser distribuído de forma justa. Segundo ela, os partidos chamam os candidatos e distribuem, um por vez, sem saber o quanto cada um recebe.

Eu acho que é meio enrolado esse negócio porque você não consegue descobrir qual é o valor que você vai receber. E é sempre tudo muito escondido. Sabe quando você consegue descobrir? Quando você faz a prestação de contas. Então, quando o cara lá ou a mulher faz a prestação de contas é que você vai ver o quanto que ela teve e da onde veio. Só que já passou a campanha. Durante a campanha você não consegue saber certinho, pelo menos eu não consegui. Uma coisa foi quando eu fui candidata à prefeita, que eu estava na cabeça, outra coisa foi quando eu fui candidata a deputada federal que você não sabia. E aí, o que vai vir? Você espera 100 e vem 20. Só que daí na hora da prestação de campanha você percebe que tem uma turminha que recebeu mais. (Sandra Cassone)

Sandra Cassone vai ainda mais longe que as explicações sobre os privilégios para a “turminha”. Ela acredita que o que conta é o fator resultado em termos de votos, mesmo entre as candidatas mulheres, para se conseguir recursos para a viabilidade das

candidaturas e ainda reafirma que o maior impeditivo de participação feminina na política é a falta de investimento, já que o fundo não é usado como deveria ser.

Então, por exemplo, se tem oito mulheres que são candidatas e uma tem uma expectativa de X de votos, a outra Y, B, Z. Quem tem mais possibilidade de voto leva mais e quem tem menos leva menos. Então, já fica um negócio meio louco porque aí que você não consegue aumentar seus votos, você não tem recurso, não tem recurso para chegar. E é aquela pessoa, aquela que ganhou mais recurso porque tinha melhor expectativa de voto, ela sozinha não se elege. Então aí é que está. Tinha que ser uma divisão mais correta. Não só por ser mulher, mas recebeu menos porque no grupo de mulheres tinha uma mulher que tecnicamente teria mais votos que as outras. Então é ela que recebeu mais que os outros... O fundo ele é canalizado e a maior parte vai para as candidaturas masculina e dentro da feminina, vai para aquela que tem maior possibilidade de se eleger, automaticamente ela recebe mais, mas não é dito isso quando chamam todas as candidatas para disputa, fala que vai ser tudo igual, mas não é, não é. A realidade mostra, mas aí a pessoa já está eleita e tá tudo bem. Aquelas que não receberam ficam por isso mesmo. Eu acho que tem que ter mais participação e as mulheres têm que participar mais. Mas para isso falta maturidade dos partidos. (Sandra Cassone)

A prefeita reeleita Sandra fala de uma prática antiga nos partidos, que é a de privilegiar “puxadores de voto”, geralmente candidatura masculinas, nas quais os partidos investem muitos recursos. No entanto, mulheres que detenham essas características também são disputadas partidariamente. Os investimentos em candidaturas “puxadoras de votos” dificultam a emergência de novas lideranças, visto que o acesso aos financiamentos de campanha tem se mostrado elemento fundamental para sucesso nas candidaturas, especialmente naquelas que usam de propagandas que chegam ao público, as quais têm custo elevado, como destacado anteriormente por Mara Caseiro, enfatizando que os horários eleitorais televisivos são gratuitos, mas as gravações possuem custos elevados, bancados pelas candidaturas. Se o acesso ao fomento é ínfimo, será baixo também o destaque da candidatura.

Vale ressaltar que os partidos de direita, majoritariamente masculinos em sua composição de direção, já entenderam que não podem dispensar o eleitorado feminino em suas campanhas e que capitalizar esse público é fundamental para o sucesso eleitoral e continuidade no poder. Tanto que, no último pleito eleitoral para as prefeituras em Mato Grosso do Sul, as mulheres alcançaram números até então nunca vistos. Foram eleitas 13 prefeitas, sendo duas reeleitas, para o pleito. Então, o cenário de propor candidaturas dentro da cota por gênero e ainda garantir recursos dos fundos de financiamento está se alterando.

Solano *et al* (2023) vai mais além, destacando que a intenção é que essas mulheres passem a participar de movimento que são mais receptivos às pautas da extrema-direita, incluindo o feminacionalismo⁴¹; o movimento *tradwiver* (mulheres tradicionais) e a atuação de mulheres que defendem identidades religiosas tradicionais. “A cruzada anti gênero é um fenômeno transnacional que possui continuidades desde os anos 1970, quando teve início em reação aos avanços de pautas relativas à sexualidade e ao feminismo”. (Solano *et al.*, 2023, p.3). E concluem:

O ativismo de extrema-direita procura enfatizar que o feminismo contemporâneo teria ido longe demais em suas pautas liberalizantes, provocando uma degradação das mulheres como um todo. Isso possibilita oferecer a “opção” pelo resgate do respeito e da valorização moral das mulheres a partir da celebração de papéis tradicionais de gênero. Como forma de tornar tal “opção” mais palatável e atraente, lideranças e ativistas femininas de extrema direita procuram promover políticas de cuidado e assistência social focadas nas mulheres que optam por ficarem em casa e cuidarem da família. Desse modo, a concepção de empoderamento feminino passa a ser maleável e aberta a diversas finalidades políticas, permitindo que atualmente, a extrema-direita e o ativismo religioso conservador avancem na disputa das implicações e significados do que é uma mulher empoderada. (Solano *et al.*, 2023, p.14)

Corroboramos com o pensamento das autoras ao analisarmos o movimento dos partidos de direita nos últimos anos, especialmente se atentarmos para o tipo de investimento que estão fazendo para que ocorra a inserção feminina, e de quais mensagens constituem essa participação, dentre elas “mulheres pela família”, “mulheres conservadoras”. Veremos que a pauta parece seguir contrária a autonomia feminina. Há, explícita intenção de derrubar socialmente até mesmo conquistas jurídicas, que pareciam consolidadas e em seu lugar a retomada da ideia das mulheres como “ajudantes” dos homens, nos “palanques da política institucional”.

Se até algumas décadas apareciam silenciosas ao lado do companheiro político, para compor no palanque apenas o modelo tradicional de família, atualmente aparecem como figuras que demandam cargos políticos, reforçando pautas patriarcais. Nesse sentido a metamorfose do patriarcado de que falamos anteriormente, manifesto nas falas suaves de mulheres com vestimentas impecáveis e discretas, prontas para serem fotografadas e amplamente publicizadas e assim facilitar a propagação de ideais tradicionais. Por isso acreditamos que o fazer das mulheres que assumem a política

⁴¹ Apropriação de pautas e demandas em defesa dos direitos das mulheres por partidos e movimentos nacionalistas em campanhas políticas racistas e xenofóbicas.

institucional orientadas pelo modelo de autonomia feminina, tendem a sofrer cada vez mais violência, pelo fato que são mulheres que têm decisão na gestão, independente do conjunto de dominação masculina. Cita-se novamente o caso de Dorcelina Folador, e também de Mariele Franco, caladas por não se dobrarem aos ditames da política machista.

3.5 - A reeleição automática das prefeitas; um consenso da boa administração

Por meio de uma Emenda Constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997, a reeleição nas prefeituras brasileiras foi estabelecida no sistema eleitoral, dando direito às pessoas do executivo disputarem novamente ao cargo, estando em exercício.

Brambor e Ceneviva (2012) destacam que o direito de reeleição pode ser uma forma de aperfeiçoar a capacidade decisória dos eleitores, que pune o mau governante ou premia o bom administrador, funcionando como um instrumento de responsabilização eleitoral, mas que também fere os princípios de alternância de poder, de limitação temporal e de equidade nas condições de competição política. “Ou seja, a possibilidade de reeleição motivaria os candidatos que buscam se reeleger no exercício do cargo a utilizar a máquina pública para obter sucesso eleitoral. Ademais, a reeleição estabeleceria um incentivo à personalização do poder e, principalmente, à perpetuação das elites políticas no poder” (Brambor; Ceneviva, 2012, p.09).

Os autores destacam também outras vantagens eleitorais na disputa com candidatos ou candidatas à reeleição, como estar no exercício do mandato, exposição na mídia, facilidade para obter recursos para o financiamento de campanhas, disponibilidade de recursos governamentais e ainda capacidade para convencer a desistência de outras candidaturas de concorrer ao pleito. “Na verdade, o ambiente institucional do sistema eleitoral brasileiro produz incentivos para práticas políticas individualistas e para a busca do voto pessoal. Ou seja, em vez de destacar as características do seu partido, os políticos tendem a adotar estratégias de campanha individualistas”. (Brambor; Ceneviva, 2012, p.13).

Outro fator a se considerar, é a forte prevalência de coligações partidárias nas eleições municipais majoritárias⁴² o que estima-se vantagem eleitoral dos partidos que

⁴² Nas eleições de 2024, as coligações partidárias só puderam ser feitas para as eleições majoritárias. Saiba mais em:

concorrem à reeleição, sendo que “os candidatos provavelmente mudam de partidos políticos por razões estratégicas - melhorar suas chances eleitorais ou aumentar seu acesso a recursos políticos”. (Brambor; Ceneviva, 2012, p.14), sem falar no desempenho do candidato que possui carisma pessoal, força partidária, capacidade de financiamento de campanha e etc.

Em 2024, a taxa de reeleição no Brasil foi de 81% no último pleito eleitoral para o poder executivo, a maior da história segundo a Confederação Nacional de Municípios⁴³, sendo que nas capitais brasileiras, dos 20 candidatos e candidatas à reeleição, 16 conseguiram êxito, incluindo Adriane Lopes (PP), de Campo Grande. Em Mato Grosso do Sul, o histórico de candidaturas femininas é baixo, bem como o de reeleição para prefeitas. Nos 48 anos de criação do Estado, apenas 13 mulheres foram reeleitas prefeitas em dez pleitos eleitorais já realizados. Neste ano de 2024, Gerolina Alves (PSDB) foi reeleita para o município de Água Clara, e Nair Brant, que já foi prefeita por dois mandatos consecutivos em Douradina, foi eleita para mais um mandato.

Os relatos das prefeitas reeleitas, que entrevistamos, mostram que a reeleição é naturalmente construída tanto via partidária quanto administrativamente, desde que a prefeita ou prefeito estejam fazendo um bom trabalho, o que via de regra, já têm um potencial para a obtenção dos votos. Todas afirmaram que um segundo mandato é oportunidade de seguir com projetos e programas que ainda não tiveram tempo de ser consolidados. Edileuza Lopes, prefeita de Rochedo, foi convidada pelo partido a sair candidata a prefeita para o primeiro mandato e disse que sua candidatura para a reeleição foi natural, pois é nesse ponto que “entra a voz do povo”. Para ela, a reeleição foi muito mais fácil, porque já trabalha no próprio mandato, no dia a dia. Uma das motivações que fez a prefeita continuar foi a oportunidade de seguir em frente. Ela disse que desde o seu primeiro dia de posse, já entrou pensando na reeleição. E completa:

Então, eu não tive nenhum problema para a reeleição. Eu fui reeleita com a grande maioria esmagadora. Eu costumo falar que só perde a reeleição

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Junho/se-liga-coligacoes-partidarias-so-podem-ser-feitas-para-as-eleicoes-majoritarias>

43

Estudo

completo

disponível

em:

https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202410_ET_Candidatos_Eleitos_outubro_2024_2.pdf

porque o prefeito é muito ruim, muito ruim. O prefeito que se destaca, o prefeito que trabalhou, o prefeito ou a prefeita que fez o dever de casa, não perde a reeleição... No dia a dia, o partido quer quem vai ganhar, o partido não vai querer perder eleição. O partido se interessa pela pessoa que vai ganhar e a prefeita que está lá dentro da prefeitura, que conduz o município, não tem como perder eleição. (Edileuza Lopes)

Marcela Lopes disse que o filho a incentivou a continuar e que a escolha foi difícil, pois estava decidida a não sair mais candidata para acompanhar a vida acadêmica dos filhos, já que uma prefeitura exige dedicação “praticamente” exclusiva. Ela começou a refletir sobre tudo que já havia feito para a cidade e pensou que aquela era a hora de colher os frutos, pois já tinha colocado as contas da prefeitura em dia, viabilizado recursos estadual e federal para aquisição de maquinários, ou seja, “tudo estava mais propício”.

Então assim, poxa, agora é que eu vou colher, eu não vou? Eu vou de novo. Então eu fui de novo. E hoje estou colhendo todos os frutos do meu primeiro mandato. Só que é exaustivo, a luta diária de matar um leão por dia não acabou. Continuo enfrentando machismo, continuo enfrentando desigualdade. Tudo isso eu continuo enfrentando, não mudou. (Marcela Lopes)

Mara Caseiro disse que a primeira eleição foi muito difícil, como todo o mandato, pois ouvia dos adversários o preconceito por ser mulher: “ah, essa mulherzinha não vai a lugar nenhum”, ela conta. A prefeita disse que superou essas falas, pois também existia um sentimento da população sobre a mulher ser mais sensível, mais honesta, e que o segundo mandato foi automático, pois estava com vários projetos em andamento. “Aí veio, eu falo que veio da população, o meu nome para ser candidata a prefeita. E aí eu encarei o momento e então vou abraçar, porque ou a gente muda Eldorado ou se muda de Eldorado, porque as coisas eram muito difícil”. (Mara Caseiro).

Na construção da sua segunda candidatura, Marta Araújo enfrentou problemas partidários. Ela conta que foi “quase obrigada” a sair do partido para garantir a chance de sair candidata e migrou do PDT para o PT. O tom da prefeita foi de justificar a sua propositura ao segundo mandato. “E aí foi um pouco de teimosia da minha parte também, querer sair de novo, eu sempre fui muito otimista e idealista. Quando a gente projetou várias coisas e eu não consegui nos quatro anos, fazer”. (Marta Araújo). A prefeita também relatou a morosidade na liberação de recursos para os municípios e disse que se comprometeu com a sociedade a executar os projetos que tinha colocado

em pauta. “É uma motivação pessoal muito forte que você quer cumprir e você sente que o tempo foi bem exíguo”. (Marta Araújo).

A mesma ânsia de dar continuidade ao que já tinha começado é compartilhada por Maria Odeth, de Caracol. O motivo para ir à reeleição foi os muitos projetos que estavam para ser concluídos. “Eu queria muito, muita coisa para o município”. (Maria Odeth). E Sandra Cassone, de Itaquiraí, conta que o seu nome não teve rejeição para a construção da primeira candidatura e então ganhou consenso no partido. Mas já para a construção da candidatura à reeleição, os muitos não acabam “arrumando inimigos” dentro do próprio partido. A campanha para o segundo mandato já foi mais profissionalizada, com contratação de pessoas. E completa:

E aquilo ali, quando você demite uma pessoa, não é só uma pessoa que fica desagrada com você, é o grupo de pessoas. Então, lá no trabalho para reeleição, ali em 2008, já não foi tão simples como 2004, porque eu já tinha, eu já tinha oposição dentro do partido, só que assim o meu nome se fosse fazer uma votação na época, o meu nome estava super na frente, mas já não era aquele consenso, todo mundo, amiguinhos de mão dada. A campanha já foi mais pesada, já teve menos pessoas trabalhando gratuitamente. (Sandra Cassone)

3.6 - Os capitais políticos familista e institucional das prefeitas reeleitas em Mato Grosso do Sul

Historicamente, os capitais políticos são utilizados na política como estratégias adotadas para que uma candidatura tenha sucesso eleitoral. Araújo (2016) explica que os capitais políticos respondem aos interesses e necessidades de cada organização e tendem a estar associados para a obtenção de vitória. “E eventualmente ter mulheres pode ser uma estratégia simpática que agrega votos”. (Araújo, 2016, p.44)

Nesse sentido, as representantes femininas eleitas e reeleitas em Mato Grosso do Sul, de 1996 a 2020, possuem capitais políticos familistas e institucionais construídos ao longo do tempo, por meio das relações familiares e sociais e que, conseqüentemente, alcançaram candidaturas que tiveram êxito por oito anos seguidos. Segundo Miguel (2015), o chamado “capital familiar” é a existência de parentes próximos ocupando posições de liderança política, o que gera familiaridade e interesse que estimula uma opção similar. “Capital” porque fornece a seu detentor um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento do campo, uma marca dotada de certo valor (sobrenome) e visibilidade derivada do parente, incluindo redes de contatos, cabos eleitorais, dirigentes

partidários, financiadores de campanha e jornalistas que favorecem a carreira. O autor afirma que a origem familiar é um traço presente em boa parte da elite política brasileira e que ela é crucial para o ingresso de mulheres na política, estando presente nas carreiras de políticas vinculadas aos partidos tradicionais ou de direita, se caracterizando como “um indício de atraso político, tendendo, portanto, a se reduzir com o amadurecimento da democracia no País”. (Miguel, 2015, p.723)

Das seis prefeitas reeleitas entrevistadas, três possuíam capitais políticos familistas que apoiaram suas candidaturas. A prefeita de Caracol, Maria Odeth, teve o esposo vereador antes de ser eleita. Ela conta que ingressou na política, primeiramente, apoiando o esposo que, além de vereador, foi candidato a prefeito, e se encantou com as causas sociais. Ela foi convidada a ser candidata a vereadora e se elegeu em 2000, sendo a mais votada na época e a única mulher na Casa de Leis. “E aí foi assim, eu fui vereadora, aí eu fiz um bom trabalho e as pessoas já começaram a me ver com outros. Já começaram a me convidar para ser candidata a prefeita”. (Maria Odeth)

A prefeita de Miranda, Elizabeth Almeida, que teve o esposo prefeito antes de ser eleita e a prefeita de Corguinho, Marcela Lopes, teve o pai prefeito antes de ser eleita e que a ajudou durante a segunda tentativa para a prefeitura. “Vi meu nome no jornal e eu tive 8% sem nem ter saído candidata. Então fui falar com meu pai e ele falou que não dava, que estava muito em cima, mas que se eu conseguisse, em uma semana, crescer meu índice para 15%, ele me ajudaria. Acho que ele não achou que eu fosse conseguir. Eu fui de porta em porta, na cara e na coragem”. (Marcela Lopes).

Além delas, vale destacar o capital familiar das prefeitas reeleitas Ilda Machado e Simone Tebet, que não concederam entrevista à pesquisa, nas várias tentativas entre os meses de abril a outubro de 2024. Ilda Salgado Machado exerceu o cargo de prefeita por 16 anos, não consecutivos, e é esposa do deputado estadual Londres Machado que é o atual recordista brasileiro de legislaturas consecutivas, com mandatos sucessivos iniciados em 1971, ainda quando o Estado era Mato Grosso. A prefeita foi eleita em 2004 e reeleita em 2008 e depois foi eleita novamente em 2016 e reeleita em 2020, exercendo quatro mandatos à frente da prefeitura de Fátima do Sul, passando pelos partidos PL, PR e PSD. A filha do casal, Grazielle Machado, também já foi vereadora por três vezes na capital, Campo Grande, e também já exerceu o cargo de deputada

estadual na Assembleia Legislativa de MS. Ilda Machado é um exemplo de capital familista em Mato Grosso do Sul.

Araújo (2016) afirma que a cultura política patriarcal ainda domina os partidos e determina a seleção de candidaturas, bem como os investimentos em mulheres candidatas, transformando os campos geradores de políticos, tradicionais e patrimonialistas, em “celeiro” de indivíduos interessados em política institucional.

Simone Nassar Tebet, prefeita reeleita de Três Lagoas, também possui forte viés familista. Seu pai, Ramez Tebet, foi prefeito da mesma cidade, deputado estadual da primeira legislatura da Assembleia Legislativa em MS, vice-governador, secretário estadual, ministro e senador da República sendo reeleito com a maior votação já obtida por um político em Mato Grosso do Sul, mais de 730 mil votos. Simone Tebet foi também eleita deputada estadual, senadora da República e, atualmente, ocupa o cargo de ministra do Planejamento no governo federal.

Apesar de não ter dado entrevista para a pesquisa, Simone Tebet discorre sobre a participação das mulheres na política em diversos veículos de comunicação ao longo da sua trajetória. Em outubro de 2024, por exemplo, ela falou ao programa Conexão GloboNews⁴⁴, para a reportagem especial com o tema: “Violência política contra mulheres: voz e poder” e relata que já sofreu “tanta” violência política que não tinha se dado conta de que o que tinha sofrido era violência. “Quanto maior o espaço de poder da mulher, maior a discriminação sobre ela” e destaca que o silenciamento das mulheres na política é a violência mais velada e escondida que se tem, mesmo considerando o seu capital familista.

Simone Tebet é advogada e professora, foi vice-governadora de Mato Grosso do Sul (2011-2015), a primeira mulher a presidir a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a primeira líder da bancada feminina e também a primeira a ser candidata à presidência do Senado, nos seus 200 anos de história. No primeiro semestre de 2024, ela concedeu entrevista à TV Senado⁴⁵ sobre os avanços e desafios dos direitos das mulheres e discorreu que é necessário repensar a lei que dá início ao processo de

⁴⁴ Programa disponível no Youtube pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=cxFvy5QPBlw>

⁴⁵ Programa disponível no Youtube pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=afSCekIS-6w>

impeachment de presidentes no Brasil, pois o processo fica na mão do presidente da Câmara Federal, “e isso pode levar a decisões não republicanas”. À época, ela votou a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

O Observatório da Mulher contra a violência no Senado, bem como mudanças na Lei Maria da Penha foram iniciativas de Simone Tebet e, segundo ela, as mulheres serviam apenas como cota para cumprir a Lei de Cotas e recebiam seus pacotes de santinhos com quantias muito modestas diferentes dos homens, o que a indignava. E destaca:

O problema não está na pauta da violência contra a mulher. Nós avançamos em 2015, como há muito tempo não se avançava, desde a lei do feminicídio que foi de 2015 até agora. O problema está quando a gente fala de espaço de poder, na vida pública, com mandato, ou mesmo na iniciativa privada quando a gente diz o seguinte: precisa ter mais mulheres aqui no Senado, mais mulheres nos CEOs das empresas, mais mulheres participando da economia brasileira, aí a coisa fica difícil porque ninguém quer perder poder. Isso não é só no Senado, a crítica não é especificamente para o Senado ou para a Câmara, é a cultura brasileira nesse sentido. Nesse aspecto nós temos muito que avançar. (Simone Tebet)

Araújo (2016) identifica ainda outros capitais políticos emblemáticos que dão origem às candidaturas, como a participação associativa ou política anterior e as trajetórias individuais de campos religiosos ou outros tipos de atividades individuais, o chamado capital institucional. Exemplo de capital institucional é da prefeita reeleita de Rochedo, Edileuza Lopes, que fez sua carreira política por meio da atividade profissional que exercia, ela era médica da rede pública de saúde da cidade. “Mas interior, em cidade pequena é assim, você se sobressai pelo trabalho, principalmente em Rochedo, que nunca teve uma médica”. (Edileuza Lopes). E completa:

Então, foi assim: os políticos do município diziam assim: não Edileuza, você tem que ser candidata para ajudar todo mundo. Eu ia para a zona rural, vacinava a zona rural em peso, conhecia todo mundo. Rochedo, Corguinho, Rio Negro e essa zona rural inteira. E aí fui convidada para ser candidata a vereadora. Não me lembro por qual partido e nem o ano também. Eu sei que, sem seguida, eu fui candidata a vereadora até a eleição, fui a segunda mais votada. Fui presidente da Câmara no mesmo mandato. Depois eu fui vice, do senhor Francisco de Paula Ribeiro, vice-prefeita, aí depois prefeita duas vezes, foi tudo seguido. (Edileuza Lopes)

Mara Caseiro reuniu capital institucional com o capital político familiar, visto que era dentista da rede pública de saúde de Eldorado e disse que sua vida política começou quando enxergou que o setor público não funcionava, o que a incomodava muito. Ela conta que via servidores públicos sem salários, farmácia pública sem

medicamento, uma completa falta de respeito com a população. E como ela tentava solucionar os problemas, as pessoas começaram a ver nela uma possibilidade de melhoria. “A gente conversava muito com as pessoas e tentava resolver e solucionar alguns problemas. Não porque eu queria voto, porque eu não tinha a menor intenção de ser política, porque queria que o sistema funcionasse. O que a gente queria era ver aquelas pessoas sendo atendidas, sendo bem atendidas”. (Mara Caseiro)

A primeira tentativa de Mara Caseiro na política foi sua candidatura para a vice-prefeitura, em apoio ao sogro que foi candidato a prefeito na época. “E as pessoas já falavam para mim na época: você que tinha que ser a prefeita e não ele, porque as pessoas viam em mim uma esperança. Aí ele foi candidato e eu vice dele”. (Mara Caseiro). Em 1996, Mara Caseiro saiu candidata a vereadora, sendo a mais votada do município e completou: “Eu falo que veio da população o meu nome para ser candidata a prefeita. E aí eu encarei o momento e então abracei. Porque a gente muda Eldorado ou se muda de Eldorado, porque as coisas eram muito difíceis. Comércio fechando, entendeu?”. (Mara Caseiro)

Marta Araújo também entrou na política por meio do seu capital institucional. Ela era professora e foi convidada a ser candidata a vereadora para a eleição de 1996. Ela ficou na primeira suplência e assumiu o cargo dois anos depois, era a única mulher da Casa de Leis a assumir a presidência. Marta apoiou a candidatura de Mara Caseiro à prefeitura no ano 2000, onde assumiu o cargo de gerente geral do município. “Eu tive uma experiência na administração também. Aí foi se construindo a ideia de sair candidata a prefeita”. (Marta Araújo). Marta diz também que sempre trabalhou na comunidade, em associações e entidades. Ela ajudou a criar a APAE, o Lar dos Idosos e o Lar do Menor do município de Eldorado. Ela completa:

E também o fato de estar numa administração e ver as dificuldades que é, a gente não fica ingênua na questão e fica imaginando como poderia ser. Então, essas duas coisas me fizeram pensar bastante. Mas aí, como o meu nome aparecia nas pesquisas, sempre em primeiro lugar, aí vem o grupo político e fala: é você, você consegue e você acaba indo. Eu não tive, eu tive muito juízo e acabei saindo. (Marta Araújo)

Sandra Cassone, prefeita reeleita de Itaquiraí, também era da área da educação. Diretora de escola, ela conta que sempre discutia com grupos de pessoas as melhorias para a cidade e das políticas públicas, principalmente voltadas à educação. Em 2000, ela disputou a prefeitura pelo PT, mas não foi eleita, e conta que essa movimentação abriu

um espaço de discussão para ser candidata no próximo pleito. Como seu nome não tinha rejeição dentro do partido e nem entre os populares, Sandra foi candidata e eleita para comandar o município. Vale lembrar que, depois dos mandatos femininos nesses onze municípios do campo de pesquisa, apenas Douradina elegeu Nair Branti no último pleito, em 2024. Nair Branti é viúva, mãe de uma filha, pedagoga, servidora pública e se intitula “Católica, apostólica, romana” na sua bio, em rede social.

Reafirmamos que dentre as 13 mulheres reeleitas até 2020 em Mato Grosso do Sul, que poderiam compor o recorte para as entrevistas da presente pesquisa, cinco delas não concederam o depoimento para a pesquisa: Eledir Barcelos de Souza, de Santa Rita do Pardo; Elizabeth de Paula Pereira Almeida, de Miranda; Ilda Salgado Machado, de Fátima do Sul; Nair Branti, reeleita em Douradina e Simone Nassar Tebet, de Três Lagoas. Foram várias as tentativas via telefone por contato direto e indireto por meio de assessores, entre os meses de abril a outubro de 2024.

Elizabeth Almeida, prefeita reeleita de Miranda, estava com entrevista agendada, solícita a dar o seu depoimento, sendo que no dia marcado ela sofreu uma trombose, precisando ser submetida a uma cirurgia de emergência. Depois, várias tentativas foram feitas, inclusive com a filha dela, Juliana Almeida, ex-vereadora e ex-prefeita, mas sem sucesso. Elizabeth Almeida foi eleita em 2000 e reeleita em 2004, pelo Partido dos Trabalhadores - PT nas duas candidaturas, mas no segundo mandato renunciou⁴⁶ ao cargo. A ex-prefeita enfrentou uma tragédia familiar, com o assassinato do marido e ex-prefeito, Paulo Roberto de Almeida, por seu filho, Roberto Paulo Pereira de Almeida, segundo noticiou a imprensa regional.

Já a prefeita eleita em Douradina, Nair Branti, se recusou a participar dessa pesquisa, ela seria uma das entrevistadas como prefeita reeleita. Num primeiro contato, feito em maio, a prefeita eleita não respondeu. Um mês depois, ela solicitou que as perguntas fossem enviadas para a entrevista ser agendada, no entanto já era pré-candidata à prefeitura de Douradina. “Eu entrei nessa política assim, para poder ajudar os homens”. No outro dia, se recusou a dar o depoimento, afirmando que

⁴⁶ Notícia sobre Beth Almeida, disponível em:

[Beth Almeida renuncia ao cargo de prefeita de Miranda - Geral - Cassilândia Notícias](#)

[TRE-MS julga recurso à cassação de prefeita de Miranda - Dourados News](#)

[Filho de ex-prefeito de Miranda condenado por matar pai - Dourados News](#)

[Desistência de prefeitos abre caminho para renovação em MS? - MS Notícias](#)

“analisando as questões ontem de noite e hoje, troquei ideia com Eli. Não posso na pré-campanha falar por conta que minha história é muito forte e pode causar muitos problemas!! Um forte abraço, em outro momento talvez!”. Houve nova tentativa para a realização da entrevista, passado o período eleitoral, mas a prefeita não retornou o contato. Ilda Machado e Simone Tebet foram contatadas via assessores que, por várias vezes, disseram que estariam tentando inúmeras vezes a agenda com as mesmas, mas sem sucesso. E Eledir Barcelos atendeu ligações, visualizou mensagens, mas não retornou o contato para agendar a entrevista.

Importa destacar que entre as entrevistadas, todas elas disseram que as mulheres quando assumem os cargos de gestão, especialmente um cargo executivo, têm um olhar diferenciado para a coisa pública, para com as pessoas, sendo as mulheres mais resolutivas, mais humanas e mais sensíveis, na opinião das prefeitas reeleitas. Todas elas também apontaram que cerca 50% de seus secretariados eram constituídos por mulheres, assumindo secretarias de educação, incluindo direções de escolas, saúde, assistência social e em algumas cidades pastas voltadas ao desenvolvimento e infraestrutura. Esses aspectos estiveram presentes em seus relatos:

Muitas vezes, você chega lá contando histórias que se a pessoa contasse para mim, eu já ia junto com a pessoa resolver. O homem não, ele sempre deixa pra depois. Ele não é tão sentimentalista igual à mulher. Às vezes a mãe chega com a história de um filho, ele não tem a sensibilidade que tem a mulher para resolver os problemas da família, ele não tem o sentimento, não é tão aguçado nesse sentido e de tudo que ele vê, assim, ele não presta atenção e quer ajudar. Eu acho que a mulher é muito melhor na gestão, porque ela tem sentimento à flor da pele. Ela quer ajudar. (Edileuza Lopes)

Mas nós, mulheres, temos que olhar de uma forma diferente para a política. A política é justamente lutar pelo futuro dos nossos filhos. Se tem alguém que pode fazer isso, somos nós, mulheres, porque nós temos a parte racional também, mas nós vamos sempre colocar a nossa pitada fraterna e é disso que a política precisa...Enquanto as mulheres não entenderem que elas têm direito e que elas têm o dever, porque isso é um dever nosso, de encarar a política, de enfrentar esse mundo, as coisas não vão mudar. A gente vai continuar perdendo espaço e deixando que os homens tomem posse de tudo, e não é assim...Não tem essa diferença, nós não somos menos, nem incapazes de administrar o município ou qualquer coisa. Nós somos capazes de fazer tudo aquilo que nós quisermos fazer. (Marcela Lopes)

Mas eu falo que o fato da gente ter sido prefeita também abriu as portas para que outras mulheres também tivessem o direito de sonhar e de realizar. A Mara consegui, eu também posso. Posso estar lá, né? E assim foi como vereadora, assim como foi como prefeita, eu acredito que a gente também trouxe esse incentivo para que outras mulheres também pudessem sonhar e realizar o seu sonho ., Porque é aqui que a gente toma as grandes decisões para o nosso município, para o nosso estado, para nossa nação, né? E as mulheres têm que estar inseridas na política. (Mara Caseiro)

As cidades com menos de 20 mil habitantes enfrentam uma realidade diferente de cidades maiores, que é a falta de profissionais especializados, incluindo médicos; dificuldades de transporte escolar; de asfalto e manutenção de estradas e muitas de moradia. A prefeita reeleita de Eldorado, Marta Araújo, também reclamou da interferência partidária nas composições das pastas da gestão municipal. E completou:

Quando a gente vai para uma campanha e você tem que fazer composição política, você acaba tendo que fazer acordos políticos. Até uma das perguntas quando fala o que você faria diferente, eu acho que isso seria uma delas, porque você acaba tendo que aceitar indicação do partido e tem aquela pessoa. Então acho que você não faz apenas porque você tem vontade de fazer. Aliás, é muito pouco. Você faz aquilo naquelas condições que você está. Você acaba assumindo e isso atrapalha por causa de questões políticas. (Marta Araújo)

Sandra Cassone, por exemplo, criou uma diretoria específica para as mulheres, dirigida por uma sem terra, que acompanhava o trabalho das mulheres artesãs. O grupo era denominado “Milagre da Fibra”, já que a matéria-prima das peças e produtos era da fibra da bananeira. Ela também criou o ônibus Fantasia que, de forma itinerante, levava palestras às mulheres da cidade e do campo, incluindo acampadas. A prefeita também investiu fortemente na educação do assentamento Santa Rosa, criando uma escola onde os professores tinham um dormitório no local para os dias de aula. E também fez críticas à forma com que os partidos intervêm na gestão.

Eu acho que a administração, para dar certo, tem que ser uma engrenagem. Cada dentinho ali tem que entrar nos espaços corretos, se não for uma engrenagem bem, mas bem azeitada mesmo, não funciona. Por isso que o loteamento, eu acredito que o maior erro das administrações, tanto femininas quanto masculina, são os loteamentos de cargos e acaba virando subprefeituras...Então, quando eu fui montar uma administração, num coletivo que consegue administrar, colocar essa administração num grupo que pensa igual, vai embora. Agora, se um tiver puxando um lado, outro puxando para outro, não dá certo. (Sandra Cassone)

Os relatos das prefeitas reeleitas indicam que para os cargos da política institucional requer compromisso com a função pública, compreendendo o jogo que forças que as esferas partidárias exigem, mas especialmente compromisso com a gestão e com as pessoas, aspectos que as mulheres historicamente mantiveram.

Enfim, analisar os relatos das prefeitas reeleitas em Mato Grosso do Sul, construímos capacidades de reconstrução do entendimento da história da política institucional do estado e da atuação de mulheres nesse contexto, com olhar para os caminhos que interferiram para uma ação social mais concreta dessas mulheres,

enquanto sujeitas sociais, de pessoas com autonomia e exercendo cidadania. Bourdieu diz que no processo de pesquisas sociológicas lidam com problemas abstratos em operações científicas inteiramente práticas, unindo a teoria e a prática. Um campo bem definido do tema/problema em estudo equilibra a importância da teoria e prática, colocando este efetivamente em ação. “A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objecto que vai comandar - ou orientar - todas as opções práticas da pesquisa” (Bourdieu, 1989, p. 27). Limitar o campo de estudo é transformá-lo em um agente que sofre seus efeitos ou que nele produz.

Com as entrevistas podemos concluir que há deficiências no sistema eleitoral, nos dispositivos de participação criados pelo Estado, que não inclui cotas para o campo majoritário e nem para as eleitas. E, ainda, há muito que se praticar para diminuir e neutralizar a violência institucional das mulheres que assumem cargos de gestão na política institucional, além da necessidade de combater a violência no que se refere às questões raciais, de classe e de gênero, o que exclui e/ou oprime da política institucional, parte significativa da população brasileira, dentre ela as mulheres, mesmo sendo elas a maioria apta a votar e escolher representações.

As entrevistas confirmam que as prefeituras são o ponto de partida para outros cargos da política institucional e o fato de parecer menos exigentes porque envolvem número menor de habitantes e acontecem no local onde as prefeitas eleitas viveram, conhecendo a população, projetando segurança, isso nem sempre é verdadeiro, visto que as cobranças podem ser maiores, porque os laços de compromisso com o bem cuidar exigem maior dedicação quando as relações são com pessoas conhecidas e próximas. Algumas prefeitas reeleitas atuam na área da saúde, como dentistas e médica, exercendo o cuidado com as pessoas. A entrada na prefeitura, para o cargo de prefeitas, não as exige de ainda serem vistas pela população como as “doutoras”, aquelas que cuidam da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação conclui que o campo político é historicamente condicionado e construído socialmente e isso afeta a escolha das pessoas e a participação das mulheres na política institucional em Mato Grosso do Sul. Apesar do Estado ser considerado “acolhedor” para as candidaturas femininas, segundo as narrativas das prefeitas reeleitas, a escolha e a atuação das eleitas sofre com o machismo estrutural e a violência política. Percebe-se que esse comportamento é de homens e mulheres e que ficou naturalizado nas falas das entrevistadas.

Os relatos foram de seis, de 13 prefeitas reeleitas em Mato Grosso do Sul (duas já falecidas), eleitas no período de 1982 a 2020, e como resultado a pesquisa traz a narrativa dessas mulheres sobre a atuação na política institucional no estado. O material aponta que as duas principais condicionantes de não participação das mulheres na política institucional em MS estão vinculadas às questões partidárias e à divisão sexual do trabalho, que determina o espaço que a mulher ocupa na sociedade: o do cuidado e da responsabilização pela casa, família, marido, filhos e etc.

Nas questões partidárias, os problemas estão relacionados ao financiamento das campanhas femininas e às escolhas partidárias, ou seja, os partidos políticos ainda determinam quem vai ser candidata devido ao seu potencial de votos junto à população, e há indícios de que as legendas partidárias não são transparentes na distribuição dos recursos financeiros para as mulheres, que têm 30% das verbas garantidas em lei. As narrativas apresentam que a Lei de Cotas para candidaturas por gênero é um avanço do sistema eleitoral brasileiro, mas a mesma não garante eficácia de eleitas nesse mesmo percentual, justamente, porque são candidaturas que até então não são financiadas como deveriam pelos partidos políticos.

Outro fator tão importante quanto a questão de financiamento e que se torna um impeditivo para que as mulheres participem da política institucional é a responsabilidade pelo cuidado, fator determinante também pela quase renúncia das prefeitas reeleitas durante seus mandatos. A condição de uma divisão sexual de trabalho hierarquizada e que nunca foi pensada de forma interseccional, faz com que as mulheres sejam quase que, exclusivamente, responsáveis por essas atividades. As entrevistas naturalizam esse problema e ainda reforçam que a sobrecarga é uma questão “normal”, que toda mulher enfrenta. E nesse cenário de atuação de oito anos e de sobrecarga, a

maioria sofreu consequências em sua saúde física e mental, enfrentando doenças como câncer, separação conjugal, depressão e esgotamento mental, mas não remeteram que esses problemas foram gerados por esse sistema que determina o espaço que a mulher deve ocupar na sociedade. Além disso, todas foram alvo da violência política, da misoginia e do machismo estrutural, oriundo da construção de relações sociais que seguem a lógica patriarcal, o que demonstra que há muito que ser mudado no tecido social, que ainda vê a política como “coisa de homem”.

As seis prefeitas reeleitas entrevistadas acreditam que a reeleição de prefeitos e/ou prefeitas é consequência de uma boa administração e todas tinham capitais políticos que facilitaram a entrada delas na política e a sua participação efetiva obtendo o sucesso eleitoral. Das seis entrevistadas, quatro possuíam capitais políticos institucionais e duas, capitais políticos familistas. Há que se destacar que as prefeitas reeleitas Ilda Machado, Simone Tebet e Elizabeth Almeida também possuíam capitais políticos familistas que valiam ser narrados com mais profundidade, mas as mesmas não concederam as entrevistas para a pesquisa.

Apesar das prefeitas destacarem que o Mato Grosso do Sul é um estado acolhedor para candidaturas femininas, os homens ainda determinam quem vai ocupar os espaços na política institucional por meio das estratégias partidárias, pois eles estão nas composições de liderança das legendas, nas coordenações partidárias, nas coordenações da maioria das secretarias municipais, o que os referenciam em épocas de definição das representações para concorrerem nos pleitos. Em algumas narrativas, elas mesmas apontam que o convite para a participação nos pleitos veio dos homens e que são eles que determinariam as candidaturas. Mas, em nenhum depoimento, as prefeitas reeleitas sentiram a necessidade de ter homens ao lado para dar andamento nas políticas públicas e projetos municipais, ocupando espaços, como secretarias e diretorias, pelo mesmo critério utilizado por todas: o perfil para a pasta, mesmo que a escolha viesse de articulação política. Vale ressaltar que a pesquisa não aprofundou os estudos sobre as políticas públicas implantadas pelas gestões e a importância do fortalecimento de programas que afetam a vida de mulheres, seja ela preta, indígena, pobre, rica, branca, lésbica, travesti e etc, ou seja, políticas públicas com seus recortes necessários.

Percebe-se que é necessário um investimento externo maciço nas políticas públicas desses municípios abaixo de 20 mil habitantes, incluindo as básicas como

educação, saúde, assistência social e infraestrutura, já que a arrecadação municipal depende quase que 100% dos repasses dos governos estadual e federal e todas as prefeitas reeleitas percorreram o trecho atrás de indústrias e empresas na busca por empregabilidade. Das seis entrevistadas, duas seguem com a carreira política, a deputada estadual Mara Caseiro, e a prefeita de Corguinho, Marcela Lopes. Se considerado as 13 reeleitas, esse número sobe para mais duas: Simone Tebet hoje é Ministra de Planejamento e Orçamento do Brasil e Nair Branti, eleita para a prefeitura de Douradina, pela terceira vez. Maria Odeth disse que pretende concorrer aos próximos pleitos, caso haja financiamento de sua campanha. As outras três, Marta Araújo, Sandra Cassone e Edileuza Lopes não querem mais participar da política institucional, apesar das duas últimas terem saído candidatas em pleitos posteriores.

Os partidos políticos de direita já entenderam que ter mulheres em suas chapas, além de ser obrigatório, é uma boa estratégia partidária, pois isso garante a destinação obrigatória dos 30% do financiamento de campanha para as candidaturas femininas. Em 2024, 13 prefeitas foram eleitas no Mato Grosso do Sul, sendo duas reeleitas, e todas filiadas a partidos com linhas de pensamentos e atuação semelhantes. O assunto vale outras análises para pensar se esses pleitos serão de continuidade de poder ou de alternância de poder, característica principal de uma democracia, e acompanhar como essas gestões, lideradas por mulheres, enfrentarão a política local, se estruturarão, se organizarão e se terão ações específicas voltadas às mulheres, principalmente de enfrentamento ao machismo estrutural que acompanha essa participação na política e em todas as áreas da sociedade.

Destaca-se também a importância de pesquisas futuras sobre quais são os tipos de candidaturas femininas vencedoras em Mato Grosso do Sul, onde o poder de propriedade e econômico são base para candidaturas políticas desde a criação do Estado. E se essas passam pelo viés religioso, narrativa que atualmente alcança adesões dos eleitores/as, vinculada a uma pauta moral e que, quase sempre, é preconceituosa, discriminatória, excludente e violenta fazendo o movimento contrário às lutas das mulheres pela liberdade, igualdade de gênero e pelo respeito à diversidade, à vida e às pessoas. Além disso, é necessário aprofundar os estudos de como os partidos políticos distribuem os recursos destinados às campanhas femininas via fundos de financiamento público e de como as legendas tratam as questões de interseccionalidade, ou seja, de candidaturas de mulheres negras, indígenas, LGBTQIA + e outras. Vimos que não basta

ser mulher para adentrar o jogo político, mas sim quais mulheres integrarão esse campo; quais vão fortalecer e diferenciar-se dos homens que sempre executaram projetos para o fortalecimento do machismo, da violência por meio de muitos espaços quase sempre negociados.

Todas as prefeitas reeleitas encerraram a participação dizendo que para uma mulher ganhar a eleição, tem que ter muita determinação e coragem e que por seu perfil e instinto maternal, de afeto, amor para com as pessoas e solidariedade, elas dificilmente perdem uma eleição se trabalharem bem em seu município. A palavra medo apareceu em quase todas as falas, para que as mulheres não tenham medo de enfrentar a política e que se esse espaço não for ocupado por elas, certamente, será por um homem, que não terá a visão de uma mulher principalmente para as demandas femininas. Outro destaque que apareceu em seus relatos, foi o da necessidade de formação e organização partidária como instrumentos de ampliar a participação da mulher na política institucional, junto a um partido político onde são ouvidas e respeitadas.

Vale lembrar que o medo levantado pelas entrevistadas está vinculado à violência que todas, de alguma forma, sofreram e ainda sofrem no campo político e que trazem efeitos drásticos para suas vidas pessoal e profissional. No geral, os atos de violência política contra mulheres são diversos, de violência física, moral, psicológica e sexual, além de ameaças contra a própria vida e disseminação de fake news. As prefeitas reeleitas também foram atingidas em suas dignidades e não pode haver indiferença dessa violência sofrida por elas, seja visível ou invisível. Mulheres precisam aprender a estar e a ocupar esses espaços, de forma não mais essencialista. Nenhuma mulher deve carregar o peso da culpa do mundo e precisamos ter em mente de que o medo também é ferramenta de dominação para o enfrentamento do machismo. A pergunta será: como viver a política e na política? Pois, participar da vida partidária e da vida pública é para todas nós.

A exemplo dessa violência está Dorcelina Folador, deficiente física e oriunda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, foi prefeita em Mundo Novo (MS) e assassinada a tiros, pelas costas, quando exercia o seu mandato. Dilma Rousseff, a única presidente mulher do Brasil, sofreu um Golpe⁴⁷ em 2016, sem qualquer justificativa

⁴⁷ “Quando uma presidente eleita é cassada, sob a acusação de um crime que não cometeu, o nome que se dá a isto, no mundo democrático, não é impeachment: é golpe”. Dilma Rousseff foi eleita para o seu segundo mandato em 2014, com 54 milhões de votos.

constitucional para o impeachment. Um Congresso Nacional, composto em sua maioria por homens, a destituiu do cargo, tendo como aliados setores da burguesia brasileira, como o empresariado e a grande mídia. De lá pra cá, o país vem colecionando lideranças políticas desastrosas para a sua democracia, sem diversidade e inclusão no campo político, incluindo a eleição de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil, dois anos depois, momento em que os ataques foram violentos contra as mulheres, a uma agenda de igualdade de gênero e ao conjunto de Direitos Humanos no país. Os homens misóginos sempre vão deslegitimar a competência das mulheres, especialmente na política, e vão atacar valores importantes e fundamentais como a igualdade de gênero, negando o entendimento de que as mulheres são pares, são cidadãs e que devem ser respeitadas na sua atuação, especialmente dentro da esfera pública.

Essa pesquisa também é dedicada a todas as políticas brasileiras, incluindo Alzira Soriano, Bertha Lutz, Marilu Guimarães, Dorcelina Folador, Benedita da Silva, Mariele Franco, Dilma Rousseff, Manuela D'Ávila, Érika Hilton, Sâmia Bomfim, Célia Xakriabá, Camila Jara entre tantas outras que ocuparam e ocupam o campo político com intenção de romper, de algum modo, o *status quo*. O mundo não pertence apenas aos homens, nem existe apenas para eles. O mundo é nosso, de todas as pessoas, em sua pluralidade e riqueza de existência. E é com essa perspectiva que se recorda o discurso emblemático de Dilma Rousseff no Parlamento Brasileiro, momento em que foram violados os direitos fundamentais das mulheres, bem como desrespeitadas suas lutas, conquistas e sua inabalável coragem. Finalizamos com as palavras de *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, pois a travessia das mulheres no campo político é árdua, demandando resiliência, força e uma coragem que desafia as adversidades e transforma realidades.

(...) Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática.

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.

(...) Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.

(Trecho do discurso de Dilma Rousseff, depois de perder o mandato, em 2016)

Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia. O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega. E depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. (João Guimarães Rosa)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, Clara. **Valores e desigualdade de gênero – mediações entre participação política e representação democrática**. Dossiê: Desigualdade, estratificação e justiça social. v.16, n. 2, e36-e61, abr-jun. 2016.

Araújo, Clara; Okado, Lucas; Chevitaese, Marcus; Romero, Karolyne. **Nota Técnica nº 3 – Trajetórias eleitorais e chances de eleição: somos todos iguais?**. Biroli, Flávia (coord). Observatório Nacional da Mulher na Política – UNB. Brasília, setembro, 2022.

Araújo, Clara. **As mulheres e o poder político: desafios para a democracia nas próximas décadas**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

Araújo, Clara. **Cotas femininas e financiamento de campanha**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer - Referência: v. 14, n. 3, p. 11–30, out., 2013.

ATENEA - Mecanismo para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe (recurso eletrônico) / org. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD-ONU Mulheres-IDEA Internacional. Brasília. 2020.

Biroli.F.; Quintela.D.F. - **Divisão Sexual do Trabalho, Separação e Hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias**. Política & Trabalho: revista de ciências sociais, [S. l.], v. 1, n. 53, p. 72–89, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.51417. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/51417>. Acesso em: 5 dez. 2024.

Borba, Ângela; Faria, Nalu; Godinho, Tatau (org.). **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores** / Ângela Borba, Nalu Faria, Tatau Godinho (organizadoras). — São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

Borón, Atílio. **A Coruja e a Minerva - Mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo**. São Paulo, Vozes. 2001.

Bourdieu, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Brambor, Thomas; Ceneviva, Ricardo. **Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 9-21, jul. 2012.

Castelo Branco, Samantha. **História Oral: Reflexões sobre aplicações e implicações**. Revista Novos Rumos Sociológicos | vol. 8, nº 13 | Jan/Jul/2020.

Comin, Jaqueline Teodoro. **Mulheres e Política Institucional em Mato Grosso do Sul: a relação entre o social e o constitucional**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFGD. Dourados - MS. 2019

Comin, Jaqueline. **Mulheres em Movimento - o feminismo no Brasil**. Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade, v. 8, p. 1–23, 2021.

Comin, Jaqueline. **A Lei 12.034/2009 nos pleitos eleitorais de Mato Grosso do Sul e as candidaturas “laranjas”**. REHR, Dourados-MS, v. 14, n. 28, p. 280-302, 2020.

Corrêa, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)**. Campo Grande: Editora da UFMS. 1995.

Franco, Gilmara. **O Binóculo e a pena – a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana: 1920-1940**. Dourados – MS. Editora da UFGD. 2009.

Foucault, Michel. **O que é um autor? In: Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Coleção Ditos e Escritos, v.3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

Giddens, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Hall, Stuart. **O papel da Representação - Cultura e Representação**. São Paulo: DP&A, 2005.

Köche, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

Kulaitis, Leticia Figueira Moutinho. **“Os Homens Estruturam um Mundo Deles e para Eles”: A Violência Política de Gênero como Estratégia Ortodoxa de Reprodução do Campo Político**. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 29, n. 1, p. 1–20, 2024. DOI: 10.5433/2176-6665.2024v29n1e49152. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/49152>. Acesso em: 4 dez. 2024.

Lage, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Limongi, Fernando.; Oliveira, Juliana de Souza.; Schmitt, Stefanie Tomé. Sufrágio Universal, mas... só para homens. **O voto feminino no Brasil**. Revista de Sociologia e Política, v. 27, n. 70, 2019.

Livro: Hollanda, Heloísa Buarque (org). **Pensamento Feminista Brasileiro – conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. Livro: Martins, Ana Cecilia Impellizieri; Andrade, Maria de (ed).

Livro: Hollanda, Heloísa Buarque (org). **Pensamento Feminista Brasileiro – formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. Livro: Martins, Ana Cecilia Impellizieri; Andrade, Maria de (ed).

Livro: Miguel, Luis Felipe; Biroli, Flávia. **Feminismo e Política**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2014. Livro: Jinkings, Ivana (ed).

Martins, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia Qualitativa de Pesquisa**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, Brazil. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwO6t6Ppp/?lang=pt>

Medina, Cremilda. **Entrevista**. In: MELO, José Marques (org). **Gêneros Jornalísticos na Folha de São Paulo**. Editora FTD: São Paulo, 1987.

Mesquita, W.A. **Participação feminina na política: como as fraudes às cotas de gênero afetam à democracia**. Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, v. 8, n.1, p. 86-104, 2022.

Méndez, Natália Pinto. **A mulher na sociedade de classes: contribuições para uma historiografia feminista**. Revista Estudos Feministas, v. 29, n. 1, p. 1–13, 1 jan. 2021.

Miguel, L. F., Marques, D., & Machado, C. **Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados**. Dados, 58(3), 721-747. <https://doi.org/10.1590/00115258201557>. 2015.

Ortiz, Renato. **Esboço de uma teoria prática**. In. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 1994.

Pereira, P.A.P. **Política Social: Temas e Questões**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. 2009.

Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020 (recurso eletrônico) / org. Instituto Alziras. Rio de Janeiro: Instituto Alziras, 2018.

Pinto, Célia Regina Jardim. **O feminismo bem-comportado de Heleith Saffioti**. Revista Estudos Feministas., v. 22, p. 321–333, 2014.

Pinto, Célia Regina Jardim. **Paradoxos da participação política da mulher no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n.49, p.98-112, março/maio, 2001.

Pinheiro, Maria Claudia Bucchianeri. **Onde a fraude à cota de gênero encontra a violência política de gênero: intersecções entre o art. 10, § 3º, da Lei das Eleições, o art. 326-B do Código Eleitoral e o art. 359-P do Código Penal**. São Paulo: Revista CNJ - Edição Especial Mulheres e Justiça, ISSN 2525-45002, 2022.

Porto, Ana Claudia Vaz.; Cavalcante, Claudia Valente. **Pode o pessoal ser mais que político? Resistências ao reconhecimento da cientificidade do feminismo e reflexões à luz da teoria dos campos de Pierre Bourdieu**. Educação em Revista, v. 24, n. 2236–5192, 2023.

Poulantzas, Nico. **Estado, Poder e Socialismo**. London: News Left. 1978.

Queiroz, Paulo Roberto Cimó. **Divisionismo e “Identidade” Mato-Grossense e Sul-Mato-Grossense: Um Breve Ensaio.** Diálogos – Revista de História da UEM, Maringá, v. 10, n. 2. 2006.

Quijano, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires. CLACSO. 2005.

Rezende, Daniela. **Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados.** Estudos Feministas. Florianópolis 25(3):530, setembro-dezembro, 2017.

Sacchet, Teresa. **Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres.** Cadernos Adenauer XIV, v.14, n.2, 2013.

Saffioti, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Scott, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

Solano.E.; Rocha.C.; Sendretti.L. - **Mulheres de Extrema-Direita: empoderamento feminino e valorização moral da mulher** - Dossiê 3 - Caderno CRH, Salvador, v. 36, p. 1-16, e023040, 2023

Sorj, Bila.; Araújo, Anna Bárbara. **A Mulher na Sociedade de Classes: um clássico dos estudos de gênero.** Revista Estudos Feministas, v. 29, n. 1, p. 1–16, 1 jan. 2021.

Spink, P. K.; **Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista.** Revista Psicologia & Sociedade; 15 (2): 18-42; jul./dez.2003.

Teixeira de Barros, A.; Da Silva Nascimento, W. **Mulheres partidárias: atuação militante e participação nas atividades dos partidos.** Revista Agenda Política, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 186–225, 2022. DOI: 10.31990/agenda.2021.1.7. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/590>. Acesso em: 23 out. 2024.

Weber, Regina. **Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais.** Dados. Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, 1996, p. 63-83.

Wood, Ellen Meiksins. **As origens agrárias do capitalismo.** Artigo publicado originalmente em Monthly Review. v.50, n. 3. 1998.

Wolff, Cristina Scheibe; Neckel, Roselane; Pedro, Joana Maria. **Mulheres na Política Brasileira Contemporânea: desafios e violências.** Caderno Espaço Feminino. Uberlândia, MG. V36, n.2, jul-sez. 2023.

Referências eletrônicas

BdF. **Em discurso de despedida, há seis anos, Dilma profetizou país de Bolsonaro.** Brasil de Fato. 31/08/2022. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2022/08/31/em-discurso-de-despedida-ha-seis-anos-dilma-profetizou-pais-de-bolsonaro> Acessado em 02/12/2024

Cepal - Nações Unidas. Disponível em
<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=4&lang=es> Acessado em 03/04/2024.

Instituto Alziras, 2018. **Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020** (recurso eletrônico) / (org. Instituto Alziras) - Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://prefeitas.institutoalziras.org.br/> Acessado em 29/03/2024.

Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em:
<https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas>. Acessado em 27/11/2023

Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em
<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home> Acessado em 03/04/2024.

Senado Federal. Disponível em:
<https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/panorama/#/>. Acessado em 11/06/2024

Senado Federal. Disponível em:
<https://webstories.senado.leg.br/web-stories/mulheres-no-senado/> Acessado em 11/06/2024

TSE Legislação. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao>. Acessado em: 12/06/2024.

Observatório Nacional da Mulher na Política. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/paineis-de-dados> Acessado em: 13/06-2024

Latinobarômetro. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>
Acessado em 14/06/2024